

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**SILVANA PONTEL DE OLIVEIRA**

REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI 13.415/2017) E SUAS IMPLICAÇÕES NO  
PROCESSO DE IGUALDADE E OU DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO

SÃO PAULO

2020

**Silvana Pontel de Oliveira**

REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI 13.415/2017) E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE IGUALDADE E OU DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Professora. Dra. Florencia Stubrim

SÃO PAULO

2020

## Ficha Catalográfica

OLIVEIRA, Silvana Pontel de. Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e suas implicações no processo de igualdade e ou desigualdades na educação. Silvana Pontel de Oliveira. São Paulo: FLACSO/FPA, 2020

Quantidade de folhas f.:102

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, ano.

Orientador/a: Professora. Dra. Florencia Stubrim

**Silvana Pontel de Oliveira**

REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI 13.415/2017) E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE IGUALDADE E OU DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Professora. Dra. Florencia Stubrim

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Florência Stubrim/FLACSO/FPA  
Orientadora

---

Prof. Dra. Cleonildi Tibiriça/Centro Paula Souza  
Avaliadora

---

Prof. Dra. Ana Luíza Matos de Oliveira/FLACSO/FPA  
Avaliadora

---

Prof. Drº Eduardo Tadeu Pereira/FLACSO/FPA  
Avaliador Suplente

## **AGRADECIMENTOS**

À Fundação Perseu Abramo e à Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO, pelo apoio e organização do curso com excelente orientação.

Aos professores da Fundação Perseu Abramo e aos demais profissionais envolvidos na organização do mestrado.

Aos participantes da banca examinadora pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas da turma de mestrado, pelas reflexões, pelas críticas e pelas sugestões recebidas.

Aos familiares pelo apoio e compreensão de sempre!

Aos amigos, que nunca me deixaram desistir e sempre estiveram ao meu lado!

*“Temos o direito de ser iguais quando nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza desigualdades.”*

*Boaventura de Souza Santos*

## RESUMO

O presente trabalho versa sobre a Reforma do Ensino Médio e suas implicações no processo educacional e tem por objetivo analisar os possíveis avanços e retrocessos da Reforma instituída pela Lei Nº 13.415/2017. Essa análise será realizada por meio de um levantamento documental e bibliográfico sobre a forma de organização do currículo do ensino médio, buscando destacar os pontos críticos desse nível de ensino e as respectivas propostas de superação, a partir dessa reforma e da Base Nacional curricular comum (BNCC), bem como os conceitos de igualdade, de educação inclusiva e currículo, em sua dimensão propedêutica e técnica abordando o contraponto existente entre a educação para cidadania ou para formação técnica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, comparando o que estava em vigência na legislação sobre o Ensino Médio e o que muda após a reforma. Para contribuir com a análise, utilizamos uma pesquisa feita pelo Estado de Minas Gerais realizada em 2019, que trouxe alguns dados da conjuntura do Ensino Médio na partir das respostas dos estudantes. O foco principal dessa pesquisa é apontar se a reforma aprovada gera oportunidades ou aumenta as desigualdades, tendo em vista as críticas que o ensino médio vem recebendo quanto ao extenso currículo, o agravamento no índice de evasão escolar, o descompasso entre o currículo proposto e a realidade e interesse da juventude, o sucateamento das escolas, a formação de professores frente aos desafios contemporâneos, dentre outros. Contudo, é preciso considerar também as críticas apresentadas a atual reforma, que, segundo especialistas e movimentos educacionais, podem colocar em risco as oportunidades de acesso à diversidade de conhecimentos e saberes aos alunos, devido à centralidade nas disciplinas de português e na matemática. Também, os impactos na diminuição da carga horária de determinados componentes curriculares, na flexibilização dos conteúdos e o comprometimento da atuação direta do professor são situações que precisam ser analisadas. Por fim, a pesquisa traz as diversas manifestações contrárias e favoráveis à Reforma do Ensino Médio e uma análise das principais legislações acerca do tema, além da análise de dados da pesquisa realizada com estudantes dos anos finais do ensino fundamental e estudantes do ensino médio, das escolas públicas de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Educação; Reforma do Ensino Médio, Currículo; Desigualdade.

## RESUMEN

El presente trabajo aborda la Reforma de la escuela secundaria (Ley 13.415 / 2017) y sus implicaciones en el proceso educativo y tiene como objetivo analizar los posibles avances y retrocesos de la Reforma instituida por la Ley N ° 13.415 / 2017. Este análisis se llevará a cabo mediante una encuesta documental y bibliográfica sobre la forma de organización y el currículum de la escuela secundaria, con el objetivo de resaltar los puntos críticos de este nivel de educación y las respectivas propuestas de superación, basadas en esta reforma y la base curricular nacional común. (BNCC), así como los conceptos de igualdad, educación inclusiva y currículum, en su dimensión propedéutica y técnica, abordando el contrapunto existente entre educación para la ciudadanía o para la capacitación técnica. Esta es una investigación cualitativa, que compara lo que estaba vigente en la legislación sobre Educación Secundaria y lo que cambia después de la reforma. Para contribuir al análisis, utilizamos una encuesta realizada por el Estado de Minas Gerais en 2019, que aportó algunos datos del contexto de la escuela secundaria a partir de las respuestas de los estudiantes. El objetivo principal de esta investigación es señalar si la reforma aprobada genera oportunidades o aumenta las desigualdades, en vista de las críticas que ha recibido la educación secundaria con respecto al amplio plan de estudios, el empeoramiento de la tasa de abandono escolar, la falta de correspondencia entre el plan de estudios propuesto y realidad e interés de los jóvenes, el desguace de las escuelas, la formación de docentes frente a los desafíos contemporáneos, entre otros. Sin embargo, también es necesario tener en cuenta las críticas presentadas a la reforma actual, que, según especialistas y movimientos educativos, puede poner en peligro las oportunidades de acceso a la diversidad de conocimiento y conocimiento para los estudiantes, debido a la centralidad en las asignaturas de portugués y matemáticas. Además, los impactos en la reducción de la carga de trabajo de ciertos componentes curriculares, en la flexibilidad de los contenidos y el compromiso del desempeño directo del maestro son situaciones que necesitan ser analizadas. Finalmente, la investigación trae las diversas manifestaciones en contra y a favor de la Reforma de la Escuela Secundaria y un análisis de la legislación principal sobre el tema. Además del análisis de datos de la investigación llevada a cabo con estudiantes de los últimos años de la escuela primaria y estudiantes de secundaria, de escuelas públicas en Minas Gerais.

Palabras llave: educación; Reforma de la escuela secundaria,; Desigualdad

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Frequência escolar líquida ao ensino médio segundo sexo, cor ou raça. Em% .....	29
---	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> Reformas do Ensino Médio 1890 a 1925.....	19
<b>Quadro 2</b> Mudanças da LBD após a Nova Reforma do ensino médio .....	37
<b>Quadro 3</b> Meta 7 PNE - IDEB 2015 A 2021 .....	52
<b>Quadro 4</b> Referência para resposta da pesquisa .....	73

## LISTAS DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola segundo grandes regiões – 2017.....	27
<b>Tabela 2</b> Taxas de abandono e distorção idade – série segundo grandes regiões (%) – 2017.....	27

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> Taxa de Matrículas no Ensino Médio/Brasil (2012/2018) em % .....	28
<b>Gráfico 2</b> Taxa Líquida de matrícula no Ensino Médio/Brasil (2017/2018) Em % .....	29
<b>Gráfico 3</b> Distorção idade- série – Ensino Médio.....	31
<b>Gráfico 4</b> Estudante de graduação por renda per capita (2001 a 2015) .....	44
<b>Gráfico 5</b> População Negra na Graduação de 2001 a 2015.....	44
<b>Gráfico 6</b> <i>Percentual de estudantes e da população brasileira com renda de até 2 SM per capita, % (2001 - 2015)</i> .....	45
<b>Gráfico 7</b> Observatório das Desigualdades.....	68
<b>Gráfico 8</b> Taxa de Frequência escolar bruta por grupo de idade (2016/2018) .....	69
<b>Gráfico 9</b> Adequação idade-etapa para pessoas entre 6 a 24 anos de idade, por grupo de idade e nível de ensino. Brasil (2018).....	70
<b>Gráfico 10</b> Pergunta 2.2. O ensino médio atual te ajuda a alcançar seus objetivos de vida?.....	73
<b>Gráfico 11</b> Pergunta 2.3. Você vê significado naquilo que estuda hoje no ensino médio?.....	74
<b>Gráfico 12</b> Pergunta 2.4. A sua escola te ajuda a definir o que você irá fazer no futuro e a desenvolver competências relacionadas à sua capacidade de se organizar, de ser responsável, de agir de forma cooperativa, de compreender o ponto de vista dos outros, de ter estabilidade emocional, entre outras? .....	74
<b>Gráfico 13</b> Pergunta 2.5 Como você aprende mais? .....	75
<b>Gráfico 14</b> Pergunta - 2.6 Dentre as alternativas, como seria a organização da sala de aula ideal para você. ....	76
<b>Gráfico 15</b> Pergunta 2.7: Que tipo de iniciativas você gostaria de ter na sua escola atual?.....	76
<b>Gráfico 16</b> Pergunta 2.8: Quais formas de avaliação são melhores para se aprender mais? .....	77
<b>Gráfico 17</b> Pergunta 2.9: Quais devem ser os papéis dos (as) professores (as) em sua escola?.....	78
<b>Gráfico 18</b> Pergunta 3.1: Abaixo estão listadas algumas das mudanças que irão ocorrer no ensino médio. Assinale aquelas que você conhecia antes de realizar esse questionário: .....	79
<b>Gráfico 19</b> Pergunta 3.2: Quando você gostaria de começar a escolher parte das matérias que irá realizar no Ensino Médio? .....	80
<b>Gráfico 20</b> Pergunta 3.3 Qual área do conhecimento você teria mais interesse em se aprofundar? .....	80
<b>Gráfico 21</b> Pergunta 3.5: Se você tivesse a oportunidade de escolher, em qual (is) turno(s) você se matricularia?.....	81
<b>Gráfico 22</b> Pergunta 3.7: Se sua escola tivesse 1 hora a mais por dia, o que você gostaria de fazer mais .....	82
<b>Gráfico 23</b> Pergunta 3.8: Você gostaria de fazer algum tipo de formação técnica e profissional (cursos técnicos e habilitações profissionais)durante o Ensino Médio? .	82
<b>Gráfico 24</b> Pergunta 3.9: Você gostaria de fazer cursos técnicos, aqueles que levam até 2 anos para sua conclusão e no fim te dão um diploma técnico? .....	83
<b>Gráfico 25</b> Pergunta 3.10 Você gostaria de fazer habilitações profissionais de menor duração, que podem ser feitas em até 1 ano e que te preparam para o mercado de trabalho, apesar de não oferecerem um diploma? .....	84
<b>Gráfico 26</b> Pergunta 3.11 Onde gostaria de fazer formação técnica e profissional? .	84
<b>Gráfico 27</b> Pergunta: 3.12 Quando gostaria de fazer a formação técnica e	

Profissional? .....	85
<b>Gráfico 28</b> Pergunta 3.13 Gostaria de ter aulas em vídeo com professores (as) especialistas em suas áreas, sempre com um professor de sua escola presente na sala de aula? .....	85
<b>Gráfico 29</b> Pergunta 3.14. O que gostaria de aprender nessas aulas? .....	86
<b>Gráfico 30</b> Pergunta 3.15 Você gostaria ter um tempo específico para desenvolvimento de seu projeto de vida durante o Ensino Médio? .....	87
<b>Gráfico 31</b> Pergunta 3.16 Quem você acha que deveria trabalhar o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes? .....	87

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**BNCC** - Base Nacional Curricular Comum

**CF** - Constituição Federal

**CNTE** - Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação

**EC**- Emenda Constitucional

**EM**- Ensino Médio

**ES**- Ensino Superior

**EMTI**- Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral

**EJA** - Educação de Jovens e Adultos

**ENEM** - Exame Nacional do Ensino Médio

**FENEP** - Federação Nacional das Escolas Particulares

**FIES** - Fundo de Financiamento Estudantil

**FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

**IBGE** - Instituto de Geografia e Estatística

**IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**INAF** - Indicador de Analfabetismo Funcional

**INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**MEC** - Ministério de Educação e Cultura

**MP**- Medida Provisória

**PCN** - Parâmetros Curriculares Nacionais

**PEC** - Proposta de Emenda Constitucional

**PNE** - Plano Nacional de Educação

**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PNADC** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua

**PROUNI** - Programa de universidade para todos

**SENAT** - Serviço Nacional de Transporte

**PCNEM** - Parâmetros Nacionais Curriculares do Ensino Médio

**SM**- Salário Mínimo

**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de apoio à pequena e média empresa

**SENAR** - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**SENAC** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para Infância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1. A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL SUAS TRAJETÓRIAS E A DESIGUALDADE EDUCACIONAL AO LONGO DA HISTÓRIA</b> .....	<b>17</b>
1.1. A HISTÓRIA DAS REFORMAS DO ENSINO MÉDIO .....	17
1.2. A EDUCAÇÃO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS .....	23
1.2.1. <b>As desigualdades educacionais no ensino médio</b> .....	25
1.2.1.1. <b>Dados das desigualdades educacionais</b> .....	26
<b>CAPÍTULO 2. LEGISLAÇÕES DO ENSINO MÉDIO</b> .....	<b>34</b>
2.1. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB) .....	34
2.2. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO – LEI Nº 13.415/2017 .....	36
2.2.1. <b>Itinerário formativo/áreas/currículo</b> .....	40
2.2.2. <b>Carga horária</b> .....	41
2.2.3. <b>Educação integral e integrada</b> .....	42
2.2.4. <b>EaD</b> .....	42
2.2.5. <b>Professor de livre docência</b> .....	43
2.2.6. <b>Papel da união, das secretarias, das escolas</b> .....	43
2.2.7. <b>Formas de adesão e implementação</b> .....	43
2.3. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A LDB. O QUE MUDA? .....	48
2.4. OS IMPACTOS DA REFORMA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014/2024 .....	50
2.5. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR /BNCC .....	58
<b>CAPÍTULO 3. EDUCAÇÃO, ESTADO E GOVERNO</b> .....	<b>64</b>
3.1. CONCEPÇÃO DO ESTADO .....	64
3.1.1. Aparelhos Ideológicos do Estado e a Divisão de Classes .....	65
3.1.2. Aparelho Ideológico escolar de Estado e a Ideologia .....	66
3.2. A REALIDADE DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E A BNCC .....	67
3.2.1. DIA DO CURRÍCULO - SEE/MG .....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>90</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>96</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>99</b>
ANEXO 1. QUESTIONÁRIO DE ESCUTA PARA UM NOVO ENSINO MÉDIO .....	99

## INTRODUÇÃO

*“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.” (FREIRE, 1999, p 104).*

O que será apresentado nas páginas a seguir trata de uma análise da Lei 13.415/2017 a qual se instituiu uma nova Reforma do Ensino Médio e a proposta de um novo currículo para esse nível de ensino, bem como as mudanças históricas na organização do Ensino Médio no Brasil.

Assim sendo, a presente pesquisa tem por objetivo analisar os possíveis avanços e retrocessos com a Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei Nº 13.415/2017, dentro da nova proposta curricular, a partir da definição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define as competências do Ensino Médio, dos itinerários formativos. Para tanto, lançamos mão de uma pesquisa de caráter qualitativo, por meio de análise documental e bibliográfica, a partir das leis e normatizações que tratam da Reforma do Ensino médio e das mudanças propostas para a BNCC.

O trabalho partiu de um cotejamento das leis e documentos inerentes ao tema, com estudo mais aprofundado das seguintes Leis: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024) com as vinte metas e a nova definição de currículo da proposta da Base Nacional Curricular (BNCC), bem como a Lei da Reforma do Ensino Médio e a reflexão de igualdade e desigualdade na educação com suas implicações na educação básica.

Ao trazer essas análises sobre a Reforma do Ensino Médio, destaca-se a forma como se deu a sua aprovação, por meio da Medida Provisória (MP), Nº746/2016, cuja tramitação limitou tempos e espaços para participação da sociedade nos debates sobre os conteúdos da Reforma. Destacam-se também nessa Reforma as alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, como também na Lei 11.494/2017, que a regulamenta o Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e impacta ainda em metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Dentre os objetivos específicos da pesquisa, destaca-se o mapeamento das contribuições e dos impedimentos dessa reforma, no enfrentamento dos problemas existentes no ensino médio no Brasil, assim como, a análise dos dados da Pesquisa realizada pelo Estado de Minas Gerais, sobre a compreensão e avaliação da reforma por parte dos alunos da rede pública estadual.

Além disso, esse trabalho se justifica pelo debate social, institucional, sobre a Lei 13.415/2017, visto que a promulgação, desta atravessa a discussão, que estava em curso, demonstrando uma centralidade do governo na tomada de decisões acerca da educação básica, sem a escuta da sociedade e instituições envolvidas com as políticas educacionais no país.

O Ensino Médio é pauta dos governantes, mas principalmente da sociedade e da comunidade escolar, uma vez que, segundo a LDB/1996, todos têm direito a um ensino gratuito e de qualidade. Nesse sentido, o currículo é uma tentativa de garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, levando em consideração as diferenças regionais, sociais e familiares. Ainda há muitas dúvidas e inquietações sobre como organizar a escola para essa Reforma, em um contexto de limitação de verbas para as escolas, uma vez que a EC 95<sup>1</sup> limita os gastos com a educação.

Nessa perspectiva, faz-se necessário investigar em que medida a Reforma do Ensino Médio, a partir da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e da Lei 13.415/2017 interfere no processo de igualdade ou desigualdades, no que diz respeito

---

<sup>1</sup>A política do “**teto dos gastos**” foi adotada em dezembro de 2016 por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 95. Ela prevê que, durante 20 anos, as despesas primárias do **orçamento público** ficarão limitadas à variação inflacionária. Isso quer dizer que, no período, não ocorrerá crescimento real das despesas primárias, que são agrupadas em duas grandes categorias, as despesas de custeio (com serviços públicos) e as despesas com investimentos. A **EC 95** não só congela, mas de fato reduz os gastos sociais em porcentagem per capita (por pessoa) e em relação ao **PIB**, à medida que a população cresce e a **economia** se recupera, como é comum nos ciclos econômicos (DAVID, 2018, publicada no site Outras Palavras. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/por-que-revogar-a-emenda-constitucional-95-2/>. Acesso em: 05. mai. 2019).

às oportunidades educacionais, por meio dos currículos diferenciados.

Para tanto, o trabalho dissertativo foi organizado em três capítulos: 1. A Educação Básica no Brasil, suas trajetórias e a desigualdade educacional ao longo da história, com uma abordagem do ensino médio no Brasil, as reformas mais significativas e os resultados destas reformas até o presente momento, bem como os dados das desigualdades educacionais; 2. Legislações: a Reforma do Ensino Médio; o Plano Nacional de Educação (PNE), em que se faz a análise das metas e das mudanças nas Leis, junto à Lei da Reforma; a LDB e o Currículo e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em que se discute o conceito de currículo e o debate acerca da BNCC no advento da reforma; 3. Apresentaremos a concepção de Estado e Aparelhos Ideológicos do Estado sua relação com os aparelhos repressivos, segundo o filósofo Althusser, para dialogar a Reforma do Ensino Médio proposta pela Lei 13.415/17. A realidade do Ensino Médio nas escolas públicas do estado de Minas Gerais, a partir de uma pesquisa realizada em 2019, momento em que serão apresentados dados coletados por meio uma abordagem dos estudantes, acerca da conjuntura do Ensino Médio no estado, com a análise dos questionários online aplicados e respondidos por esses estudantes. Nas considerações finais, apontamos a retomada do tema principal do trabalho, com a apresentação da análise dos resultados e as possíveis conclusões para o problema apresentado.

## **CAPÍTULO 1. A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL, SUAS TRAJETÓRIAS E A DESIGUALDADE EDUCACIONAL AO LONGO DA HISTÓRIA.**

### **1.1. A HISTÓRIA DAS REFORMAS DO ENSINO MÉDIO**

A educação no país ainda se constitui um lugar de *status* e dos que gozam de poder e de privilégios. Nesse sentido, ao verificar alguns períodos históricos, dentre eles, o período Jesuítico foi possível perceber quem podia ter acesso à educação em meados do século XVI, início da colonização do Brasil. A história mostra a realidade do tratamento privilegiado dado as famílias influentes e os grupos políticos que ocupavam o poder. Os Jesuítas vieram com a missão de catequizar os índios, mas também trouxeram sua metodologia de ensino e sua proposta de trabalho pedagógico.

A metodologia desenvolvida pelos Jesuítas pode ser vista no documento histórico de código pedagógico, plano de estudo, conhecido como *Ratio Studiorum*.

Os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla 'rede' de escolas elementares e colégios como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum* a sua expressão máxima. (SANGENIS, 2004, p. 93).

É possível dizer que os métodos jesuíticos são como os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, que tem como base a organização do currículo e que ao mesmo tempo se assemelham a proposição de itinerários formativos, se dividindo em currículo para os trabalhadores e para a elite. Além da educação voltada para os princípios cristãos de evangelização, a proposta de trabalho dos Jesuítas, estabelecia um conjunto de normas para nortear as atividades pedagógicas e a organização escolar dos colégios da ordem, buscando formas de planejamento na educação, daquele tempo.

Entretanto, em 1759, D. José enviou ao Brasil o Marquês de Pombal para cuidar das questões administrativas da colônia. Nesse período, denominado “pombalino”, ocorreu um declínio da educação brasileira, ocasionado pela expulsão dos Jesuítas, que marcou o fechamento da maioria das escolas existentes na colônia, uma vez que estas instituições de ensino eram administradas pela Companhia de Jesus e pertencia a esses missionários. De acordo com Niskier:

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas. (2001, p. 34).

Somente após a chegada da família real portuguesa, em 1808, surgiu a preocupação com a formação acadêmica para as elites no Brasil, pois anteriormente essa elite buscava formação fora do País, em geral em Portugal e outros países da Europa. Essa preocupação pautava-se na intenção de capacitar e de formar mão de obra qualificada para atender ao serviço público nas atividades administrativas da colônia. Entretanto, foi em 1834 a criação de um Ato Adicional que dava às províncias a prerrogativa de regulação sobre a instrução pública e o desenvolvimento da educação formal em estabelecimentos próprios.

Desde o Brasil colônia, a sociedade era dividida entre aqueles da base da pirâmide social, concentrados na esfera do trabalho: na agricultura, nas minas, nas manufaturas e nos afazeres domésticos. Esse período era caracterizado pela economia escravista. Enquanto aqueles pertencentes às elites, no topo da pirâmide, concentravam a riqueza, principalmente com a propriedade da terra, e a formação dos filhos deste grupo social se reservava a uma educação propedêutica, da considerada de maior valor intelectual e reservada a um setor privilegiado da sociedade para a manutenção da separação entre uma formação para o labor e outra para o pensar. Ao longo da história, essa divisão permaneceu, sobretudo, no período da industrialização que necessitava de operários especializados, com ofícios específicos.

Os primeiros estabelecimentos públicos de ensino foram criados: o Ateneu, no Rio Grande do Norte, e os Liceus da Bahia e da Paraíba. Até então, o ensino secundário, de responsabilidade dos liceus, que funcionavam na capital dos

estados, era de acesso restrito aos discentes masculinos. Havia também a escola normal, a partir da criação do Colégio D. Pedro II, (1837), que ministrava cursos técnicos profissionalizantes e estudos secundários, chamado hoje Ensino Médio, para o ingresso aos cursos superiores. No entanto, embora estas instituições carregassem o título de escolas públicas, o acesso a elas era reservado às elites, aristocratas e o ingresso ao curso superior dependia da aprovação em exames de seleção conforme expressa o autor a seguir:

Na tentativa de imprimir alguma organicidade, foram criados liceus provinciais que, na prática, não passaram de reuniões de aulas avulsas no mesmo prédio. Nesta metodologia, foi criado, em 1825, o Ateneu, do Rio Grande do Norte; em 1836, os Liceus da Bahia e da Paraíba; e, em 1837, o Colégio Pedro II, na Corte. Este colégio estava a servir de padrão de ensino as demais instituições de ensino (RIBEIRO, 1998, p.50).

Na República Velha, o curso secundário passou por reformas. Na verdade, é recorrente na história brasileira que reformas em várias áreas, não apenas na educação, partam dos grupos de poder estabelecidos. Uma das reformas mais significativas se deu em 1890, a chamada Reforma Benjamin Constant, que tinha como objetivo o ingresso nos cursos superiores e mudanças curriculares no Colégio D. Pedro II e passou a ser Ginásio Nacional.

Destacam-se, no quadro 1, as reformas da República Velha.

**Quadro 1** Reformas do Ensino Médio 1890 a 1925

REFORMAS	OBJETIVOS	DURAÇÃO DO NÍVEL
Benjamin Constant (1890)	Proporcionar à mocidade brasileira a instrução secundária e suficiente, assim para a matrícula nos cursos superiores da República, bem como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social.	7 anos
Epitácio Pessoa (1901)	Proporcionar a cultura intelectual necessária para a matrícula nos cursos de ensino superior e para obtenção do grau de bacharel em ciências e letras.	6 anos
Rivadavia Correia (1911)	Proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, aplicável a todas as exigências da vida, e difundir o ensino das ciências e das letras, libertando-a da preocupação subalterna do curso preparatório.	Externato – 6 anos Internato – 4 anos
Carlos Maximiliano (1915)	Ministrar aos estudantes sólida instrução fundamental, habilitando-os a prestar em qualquer academia rigoroso exame pré-vestibular.	5 anos
João Luiz Alves (1925)	Base indispensável para matrículas nos cursos. Preparo geral e fundamental para a vida. Fornecer a cultura geral para o país.	5 anos, certificado de aprovação, 6 anos bacharelado em ciências e letras

Fonte: SANTOS (2010, s/p)<sup>2</sup>

<sup>2</sup> SANTOS (2010) Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/rulianrocha.pdf>.

A análise dessas reformas é que todas foram definidas pelo Estado, sem participação popular e restrita à elite da época. A primeira reforma a instituir um currículo seriado e frequência obrigatória, com dois ciclos, fundamental e médio foi a Reforma Francisco Campos<sup>3</sup>.

Com a promulgação da segunda constituição republicana do Brasil, é que a Lei determinava a educação como um dever do Estado. Posteriormente, com a instalação do Estado Novo, marcado por um regime autoritário, a responsabilidade da educação passa a ser da união, dos estados e dos municípios.

No advento da Ditadura Militar, o ensino médio sofreu reformas e o antigo segundo grau, recebeu o nome de Ensino Médio. O regime tentou dar a esse novo modelo de ensino um caráter profissionalizante obrigatório, para atender à demanda de uma nova industrialização que prometia garantir aos técnicos profissionalizantes uma vaga no mercado de trabalho.

O Brasil também, desde 1942, oferece serviços de consultoria a empresas, serviços e cooperativas que visavam estimular uma educação técnica. Dentre eles, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Posteriormente, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, uma instituição de educação profissional aberta à sociedade. No decorrer, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), uma entidade privada brasileira de serviço social, sem fins lucrativos, criada em 1972, com o objetivo de capacitar e de promover o desenvolvimento econômico e a competitividade de micro e pequenas empresas, estimulando o empreendedorismo

---

Acesso em: 12.set.2019.

<sup>3</sup>A primeira reforma educacional de caráter nacional, realizada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, (1931), e deu uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. Estabeleceu definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, o ensino em dois ciclos: um fundamental, com duração de cinco anos, e outro complementar, com dois anos, e ainda a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal e deu a mesma oportunidade às escolas particulares, para que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. Com relação ao ensino de línguas estrangeiras, a reforma introduziu mudanças, não somente no conteúdo com maior ênfase às línguas modernas - francês, inglês e alemão, que prevaleceram sobre o Latim - mas principalmente quanto à metodologia com o uso do Método Direto. (Site HELB. História do Ensino de Línguas no Brasil. Disponível em: [http://www.helb.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=88:a-reforma-francisco-de-campos&Itemid=2](http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=88:a-reforma-francisco-de-campos&Itemid=2). Acesso em 10.jan.2020).

no país. Na década de 90, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), uma entidade de direito privado, paraestatal que tem como objetivo organizar, administrar e executar, em todo território nacional, a formação profissional rural e a promoção social de jovens e adultos que exerçam atividades no meio rural. Todos esses serviços estimulavam e estimulam até hoje a formação técnica.

Em 1942, veio a Reforma de Gustavo Capanema, marcada por decretos, conforme Saviani (2007):

As reformas foram sendo implantadas parcialmente e por meio de oito decretos – Leis: 1) Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o SENAI; 2) Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; 3) Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário; 4) Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial; 5) Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; 6) Decreto-Lei nº 8.530, de 2 janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; 7) Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que cria o SENAC; 8) Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola (p. 254).

Os decretos evidenciavam a ideologia do Estado Novo que se constituía de forma centralizada, dogmática, rígida, elitista, sem respeitar a opinião pública e a visão dos docentes e dos discentes. Além do dualismo evidente, que separava o ensino secundário do ensino profissional. O primeiro, “destinado às elites condutoras”; o segundo, “destinado ao povo conduzido”.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, também conhecida como Reforma Capanema, permaneceu em vigor até a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB) em 1961, promulgada por João Goulart. Neste período, também havia uma disputa política que apresentava conflito dualista de interesses, envolvendo, por um lado, os liberais: que defendiam a escola nova e a centralização do processo educativo pela União e, por outro, os católicos: que defendiam a escola privada e um estado mínimo para a educação, sem interferência nos processos educacionais.

A Ditadura Militar, inaugurada em 1964, novamente reformou a Educação brasileira com base em duas leis: a 5.540/68, que fixa normas de organização e de funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, assinada por Costa e Silva e a Lei 5.692/71, e a Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º

e 2º grau, assinada por Emílio Médici, impostas sem debates, mas discutidas e modificadas, à exaustão, aproximadamente vinte anos depois.

Com o processo de redemocratização culminando com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil passou por uma nova reforma da Educação brasileira até que, finalmente, fruto de um amplo debate, de tensões e disputas de projetos políticos, a emenda do senador Darcy Ribeiro deu origem à atual LDB, a de número 9.394/96, aprovada em 20 de dezembro de 1996, considerada uma das mais avançadas.

Hoje, com a reforma do Ensino Médio, pode ser comparada a Reforma Capanema, que também fez importantes modificações no sistema de ensino e se impôs pela via de decreto. A lei 13.415/1, vem desrespeitando a discussão acumulada em fóruns, conferências, congressos, debate entre educadores e estudantes, modificando sobremaneira a LDB/96 e retomando a proposta do dualismo educacional historicamente presente na educação brasileira.

A história do ensino médio no Brasil é a história do enfrentamento da ambiguidade de um nível de ensino que oscila entre as finalidades de promover a educação geral e a educação profissional, ora separadas, ora articuladas, ao sabor das políticas públicas de cada período. (KUENZER, 2009, p.7-8)

Esse caráter dualista entre o propedêutico e profissionalizante<sup>4</sup>, com a redução curricular e a flexibilização usada como mote para conduzir os educandos a uma ideia de liberdade de escolhas, nada mais é do que uma proposta de divisão para atender ao mercado de trabalho. Às classes mais favorecidas, uma educação voltada à pesquisa aplicada e ao saber científico. Às classes trabalhadoras, uma educação de cunho profissionalizante. Esta forma de organização do currículo tem ampliado a desigualdade na educação.

---

<sup>4</sup>Existe uma divisão de classes no sistema capitalista que considera a educação também dividida em classes, criando uma distinção entre o ensino técnico e o propedêutico. De um lado o *Homo Faber* e do outro o *Homo Sapiens*. O primeiro apresenta habilidades manuais, cadeias de produção e o segundo domínio intelectual. Uma dualidade entre o pensar e o fazer [...] na lógica liberal amparam-se projetos de educação que dividem a sociedade em *Homo sapiens* de um lado e *Homo faber* de outro. Ou seja, propostas capazes de orientar processos educativos formadores de pessoas com habilidades intelectuais que lhes permitam dominar outros sujeitos e, ao mesmo tempo, formadores de outro grupo de pessoas com grande capacidade de fazer, objetos de domínio dos primeiros, inviabilizando propostas educativas que objetivam o homem plenamente desenvolvido, “omnilateral” (RODRIGUES; ARAUJO, 2012, p. 109).

## 1.2. A EDUCAÇÃO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Quando se fala em desigualdades, pode-se associá-la a concentração de desigual de renda, concentrada na economia. Mas a desigualdade também se refere às diferenças sociais de acesso a cultura, a educação de qualidade. Nem sempre a pobreza ou a redução da pobreza é capaz de reduzir as desigualdades.

Há uma distância conceitual entre o que pode ser designado como desigualdade, diferença e igualdade. De acordo com o dicionário Michaelis<sup>5</sup>, diferença é qualidade ou estado de diferente; propriedade ou característica pelas quais pessoas ou coisas diferem umas das outras, relaciona-se com aspectos físicos, étnicos, sexuais, culturais, religiosos, de faixa etária. Entretanto, o conceito de desigualdade é definido como falta de equilíbrio; disparidade, distância e está vinculado à condição social, ou seja, desigualdade de condições financeiras, de classes sociais.

Dessa forma, pode-se dizer que a diferença tem por base as características dos seres e seu comportamento social, enquanto a desigualdade trata da relação de força, de dominação e exploração dessas diferenças, impondo-lhes um juízo de valor de superioridade ou inferioridade entre grupos e classes sociais. Ao passo que a igualdade é a busca das mesmas oportunidades, ainda que nas diferenças. Segundo Boaventura Santos de Souza:

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SOUZA, 2003, p. 56)

Tendo em vista que a desigualdade social está presente em todo o território nacional, em um contexto de inclusão e exclusão sociais, a educação assume nesse processo, um importante peso, uma vez que a escolarização e o analfabetismo configuram-se como índices de desenvolvimento humano, que dividiram e ainda dividem a sociedade em grupos econômicos distintos estabelecendo uma relação de antagonismo entre as classes sociais.

---

<sup>5</sup>Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/Editora Melhoramentos LTDA/2019>. Acesso em 21.set.2019.

Segundo Miguel Arroyo é necessário um atento olhar ao currículo e à vulnerabilidade social existente. Nesse sentido, a organização dos currículos nas redes públicas deve contemplar as mais diversas áreas considerando o contexto em que cada estudante vive. Como bem ressalta o autor:

A presença de milhões de crianças e adolescentes extremamente pobres nas escolas nos obriga a superar essas visões tão limitadas - a do pobre como imoral e não qualificado para o trabalho. Para compreender esses sujeitos, é necessário dar maior centralidade às condições sociais e materiais de suas vivências e sobrevivências como seres humanos. Os percursos escolares trazem as marcas das trajetórias de vida, das condições sociais que lhes são dadas para produzir suas existências (ARROYO, 2010, p.15).

No Brasil, o período de transição entre a ditadura e o regime democrático marcou o debate da política educacional que ganhou destaque como forma de retomar a esperança, de mudança, de transformação e, principalmente, solução para a diminuição das desigualdades no país, visto que a sociedade estava marcada por políticas de repressão, perseguições e autoritarismo.

Daí a necessidade de se considerar as desigualdades econômicas, sociais, de gênero e, assim, exigir políticas públicas, capazes de transformar a realidade, não apenas pela condição financeira, mas pela possibilidade de acesso à cultura como garantias legais.

A Constituição Federal de 1988 vem cumprir esse papel ao consolidar o fim do regime autoritário da ditadura militar e estabelecer uma nova ordem no direito educacional, como um direito atribuído a todos. Sendo assim, a União, Governo e Municípios se tornam responsáveis pela educação.

Artigo 205º: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Além disso, a constituição também estabelece, em seu Artigo 206, os princípios da educação básica, quais sejam:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;  
VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;  
VII - Garantia de padrão de qualidade.  
VIII - Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988).

Pela CF/1988, a educação Básica no Brasil se organiza da seguinte forma: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A legislação educacional brasileira preconiza que um indivíduo deve iniciar o ciclo básico aos quatro anos e concluí-lo aos 17 anos de idade.

[...] Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988)

### **1.2.1. As desigualdades educacionais no ensino médio**

Durante o militarismo, a educação no Brasil foi profundamente afetada por uma política repressora, em que os educadores eram perseguidos, assim como os estudantes. Muitos professores e alunos foram expulsos, exilados e mortos por defenderem a democracia e a liberdade de expressão. A ditadura durou mais de vinte anos, entre 1964 até meados de 1985. Nesse período, o regime restringia as liberdades individuais e políticas, censurava a opinião pública, a imprensa e as artes, criminalizando e torturando opositores.

Esse autoritarismo dos chefes de Estado tinha como proposta uma política educacional, com o objetivo da formação da mão de obra que fosse mais adequada ao modelo de desenvolvimento econômico defendido pelos militares e a difusão de uma ideologia, começando por impor aos jovens um padrão de comportamento regrado e obediente.

O regime militar, com uma pedagogia que censurava a área das ciências humanas e exaltava as ciências exatas, eliminava a possibilidade de um pensamento crítico e se baseava no medo e na rigidez da disciplina.

Segundo o professor Rui Ribeiro de Campos, ocorreram várias formas de censura na educação:

Daí forçar a escola a trabalhar com certezas, pois a dúvida leva ao pensar e este a descoberta. Para trabalhar com verdades absolutas era necessário deixar de ensinar muita coisa; o conhecimento produzido se caracterizava por sua ligação com o sistema e o regime, aos quais servia e defendia. Por isso não se permitia o acesso a todo o conhecimento existente; o direito de acesso ao conhecimento também seria seletivo. (CAMPOS, 2013, p. 45)

Os tempos passaram e os jovens seguem buscando, no Ensino Médio do Brasil, demandas diferentes de formação e expressão de suas ideias. Muitos querem concluir o Ensino Médio para alcançar um lugar no mercado de trabalho, uma promoção; outros querem concluir o Ensino Médio para ingressarem em uma universidade. Além disso, os adolescentes e jovens buscam na escola um espaço de socialização, de lazer, de cultura e, em muitos casos, de um lugar onde esses estudantes se sintam seguros.

Por outro lado, nem sempre a escola garante a permanência dos estudantes, em muitos casos, a evasão se deve a fatores como a falta de estrutura, os conflitos interpessoais, a crise econômica, a ausência de projetos de formação dos educadores, os confrontos entre a escola, os jovens e o próprio sistema de ensino. Nessa perspectiva, o debate sobre a educação básica e a organização do currículo do ensino médio precisa equacionar na sua base as pautas sociais que se apresentam dentro e fora da escola. De acordo com o professor Miguel Arroyo:

[...] Na maioria das causas da evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de apontar a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra. Sabe-se que a escola atual precisa estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos como frutos dessa sociedade injusta e, para isso é preciso professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador (ARROYO, 1997, p.23).

Mesmo com o acesso garantido por Lei à educação, as condições de desiguais de ingresso, permanência e de ensino aprendizagem na escola não são as mesmas. Essa desigualdade interfere na média de escolaridade dos jovens, principalmente de 15 a 17 anos, quando se observam os resultados regionais.

#### **1.2.1.1. Dados das desigualdades educacionais**

Nesse tópico, apresentaremos os dados referentes às desigualdades educacionais, especialmente na faixa etária em que os alunos deveriam cursar o ensino médio. A

**tabela 1** apresenta o percentual de adolescentes fora da escola nas cinco regiões brasileiras, os níveis de adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola nas cinco regiões estão assim distribuídos: Região Sul com 14,2; região nordeste com 13,9%, região norte com 13,4%; região centro oeste com 13% e o menor percentual de adolescente fora da escola está na região sudeste com 11,3%.

**Tabela 1** Adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola segundo grandes regiões – 2017

Grandes Regiões	Número Absoluto	%
Região Norte	147.908	13,4%
Região Nordeste	450.759	13,9%
Região Sudeste	456.980	11,3%
Região Sul	191.754	14,2%
Região Centro Oeste	98.690	13,0%
<b>Brasil</b>	<b>1.346.091</b>	<b>12,8%</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- PNAD Contínua (2017) Segundo Trimestre

Os cenários mais graves se concentram nas Regiões Norte, Nordeste e sul, tendo em vista as condições socioeconômicas destas regiões, a dificuldade de acesso às escolas, como também a infraestrutura dos estabelecimentos de ensino. Esses são fatores que colaboram para a evasão e o abandono dos estudantes.

Além dos adolescentes fora da escola, temos ainda, como dado de desigualdades na educação, as taxas de abandono nas cinco regiões brasileiras. Está assim demarcado: a maior taxa está na região norte que corresponde a 9,8, seguido da região nordeste, que corresponde a 7,0; a região sul corresponde a 6,9, na região centro oeste corresponde a 5,6 e mais uma vez a região sudeste está em melhor condição e possui uma taxa de 4,5 de abandono no ensino médio. Na mesma linha segue as taxas de distorção idade série, sendo maior nas regiões norte (41,4) nordeste (36,2), região sul (26,3), região centro oeste (25,9) e o Sudeste com a menor taxa (20,8).

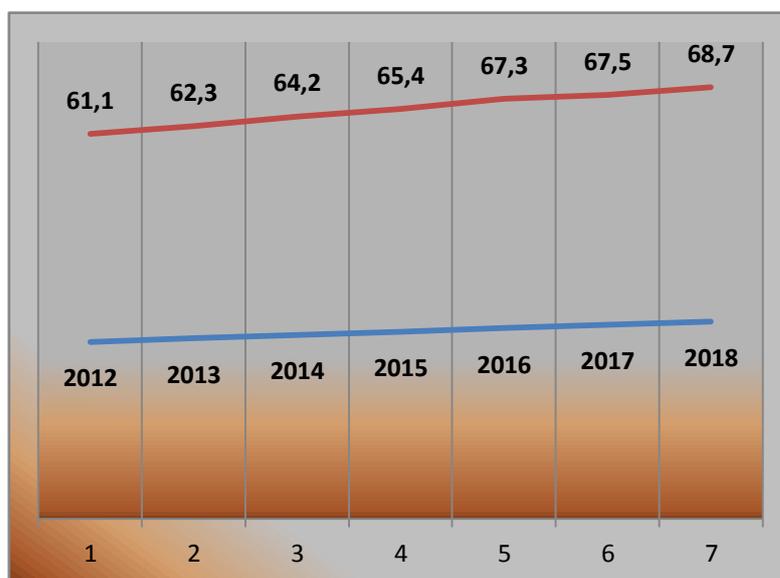
**Tabela 2** Taxas de abandono e distorção idade – série segundo grandes regiões (%) – 2017

Grandes regiões	Ensino fundamental		Ensino Médio	
	Abandono	Distorção idade série	Abandono	Distorção idade série
Região Norte	2,9	26,4	9,8	41,4
Região Nordeste	2,7	24,5	7,0	36,2
Região Sudeste	0,9	12,2	4,5	20,8
Região Sul	0,9	15,4	6,9	26,3
Região Centro Oeste	0,9	14,9	5,6	25,9
<b>Brasil</b>	<b>1,6</b>	<b>18,1</b>	<b>6,1</b>	<b>28,2</b>

Fonte: Ministério de Educação MEC Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais-INEP/17

Dados do Anuário da Educação Básica /2019 apontam que, em 2012, 61% dos jovens de 15 a 17 anos cursavam o Ensino Médio. De lá para cá, conforme se percebe no **gráfico 1**, esse percentual aumentou significativamente e, em 2018, chegou a 68,7%. Porém, se mantido o ritmo médio de crescimento registrado no período entre 2012 a 2018, a meta do PNE para a taxa líquida de matrícula nesta etapa da trajetória escolar será alcançada apenas em 2030, ou seja, seis anos após o estabelecido.

**Gráfico 1** Taxa de Matrículas no Ensino Médio/Brasil (2012/2018) em %



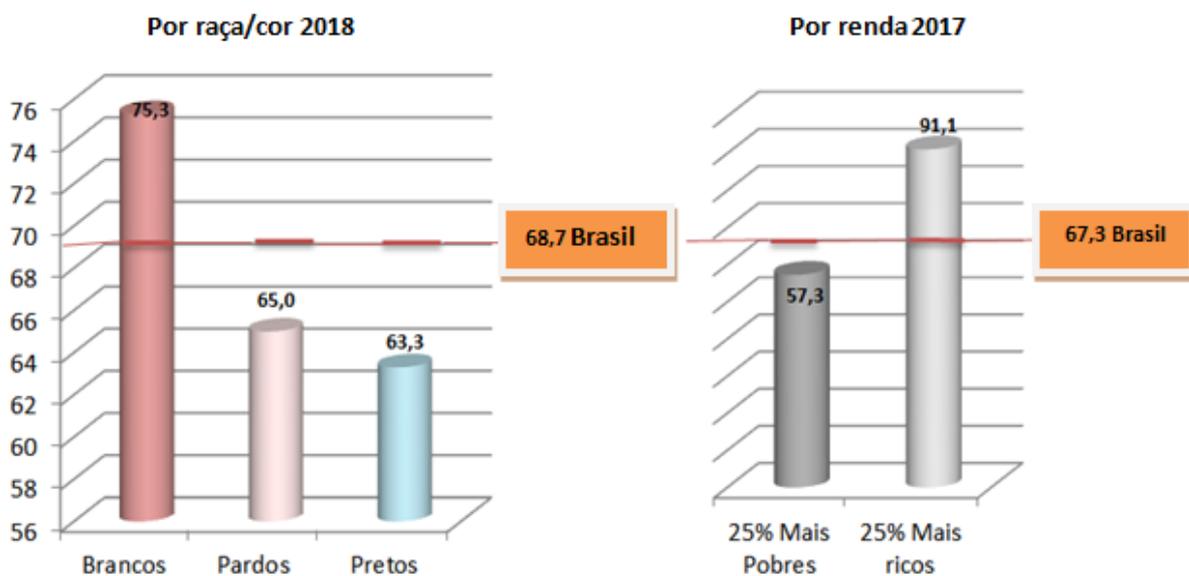
Fonte: IBGE/PNAD Contínua- Elaboração Todos pela Educação (2019)<sup>6</sup>

Vale observar também, no **gráfico 2**, a diferença entre o percentual de jovens de 15 a 17 anos que estão matriculados no ensino médio, no que diz respeito a cor, raça e renda. Sendo que entre os 25% mais ricos temos (91,5%) matrículas, enquanto os 25% mais pobres correspondem a 57,3%. Entre brancos, pardos e pretos a diferença permanece, na medida em que os brancos correspondem a 75,3%, os pardos a 65% e os pretos a 63,6, sendo a média nacional de matrículas no Ensino Médio (68,7%). Podemos ver que apenas os brancos estão acima da média, pretos e pardos estão abaixo da média nacional.

<sup>6</sup> Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019. Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf> - Acesso em: 10.dez.2019

Isso também ajuda a entender como as desigualdades se acirram no Ensino Médio e a não perder de vista que há um contingente expressivo de jovens que nem frequentam a escola nem concluíram os estudos. E os dados apontam que esses jovens são os negros, pobres e moradores da periferia.

**Gráfico 2** Taxa Líquida de matrícula no Ensino Médio/Brasil (2017/2018) Em %  
Raça/cor/renda



Fonte: IBGE/Pnad Contínua- Elaboração Todos pela Educação (2019)<sup>7</sup>

Na **Figura 1**, destacam-se dados sobre grupo etário de 15 a 17 anos, tendo em vista que essa faixa etária seria a que deveria estar frequentando o ensino médio, porém, apenas 68,4% estavam na idade/série adequada, percentagem que não apresentou diferença em relação a 2016 (68,0%). Entre as mulheres dessa faixa etária, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino médio foi 73,5%, maior do que a observada entre os homens (63,5%). Entre as pessoas brancas, essa taxa foi 76,4%, enquanto, para as pessoas pretas ou pardas, 63,5%. A Meta 3 do PNE, também estabelece que a taxa de frequência escolar líquida ao ensino médio seja elevada para 85,0%, até o final da vigência do Plano, porém os desafios para alcançar essa meta são muitos, além de parte do atraso vir do ensino fundamental.

**Figura 1** Frequência escolar líquida ao ensino médio segundo sexo, cor ou raça. Em%

<sup>7</sup> Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019. Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf> - Acesso em: 10.dez.2019



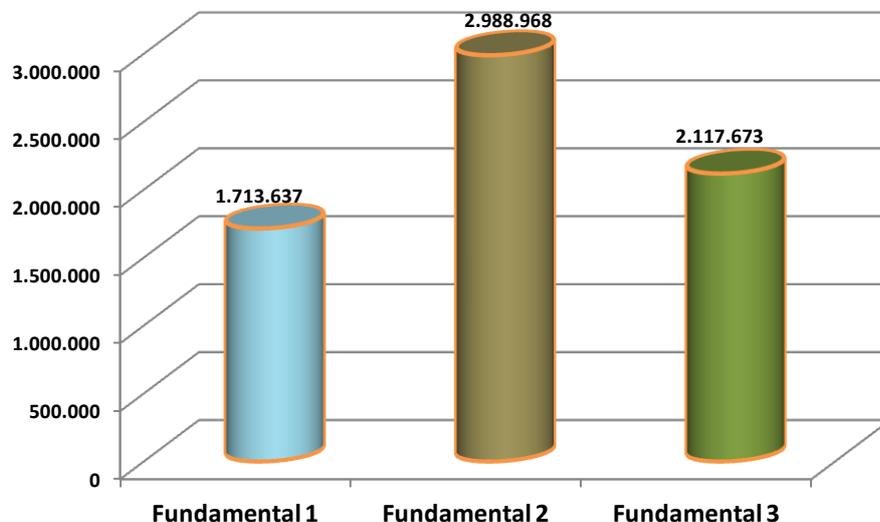
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio Contínua 2016/2017.

Desde o Brasil colônia, a educação básica, à época chamada primária, era proibida aos índios, mulheres e negros, fruto de uma visão hierárquica e discriminatória marcada pela política de privilégios de uma sociedade elitizada. Esse prejuízo histórico, ainda que reparado na legislação, não foi superado, uma vez que a sociedade se mantém estratificada, não só pela situação econômica, mas pelo acesso ao conhecimento à informação, com diferenças sociais evidentes, resultantes das desigualdades, que sempre distanciaram os pobres dos ricos, os brancos dos negros, além do distanciamento por questões de gênero.

Justamente por essa razão, pensar a escola e a educação no Brasil não passa apenas pela construção do currículo, questões acadêmicas, conteúdos disciplinares. A escola apresenta situações que extrapolam seus muros. Diante das desigualdades apontadas, sejam elas históricas, regionais, raciais, ou de gênero, é preciso refletir se cabe discutir uma Base Nacional Curricular Comum, sem levar em consideração a realidade heterogênea desse país.

Os números são essenciais para entender como as desigualdades se destacam e aumentam nessa última etapa do Ensino Médio. No Brasil, há mais de 35 milhões de estudantes matriculados no ensino fundamental e médio. Entre eles, mais de sete milhões vão à escola, porém estão em situação de "distorção idade-série", isto é, possuem dois ou mais anos de atraso escolar. Esses dados fazem parte do estudo "Panorama da distorção de idade-série no Brasil", divulgado em 29 de agosto de 2018, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

**Gráfico 3** Distorção idade- série – Ensino Médio



Fonte: UNICEF (2018)

Nota: Os números consideram apenas os dados da rede públicas estaduais

De acordo com o **gráfico 3**, a partir do estudo apresentado pelo UNICEF, foi possível identificar que, no ensino médio, mais de 2,1 milhões de adolescentes estão em situação de distorção idade-série, o que corresponde a 28% dos jovens dessa etapa. Este é o maior percentual de estudantes com dois ou mais anos de distorção escolar. As regiões brasileiras apresentaram, de forma desigual, a distorção de idade-série. Segundo a pesquisa, os indicadores mais elevados estão no Norte e Nordeste, os jovens em distorção idade série correspondem a 41% e 36%, respectivamente, em cada uma dessas regiões. Nas zonas urbanas, as populações indígenas e negras são as mais afetadas, no que se refere à taxa de estudantes que estão com dois ou mais anos de atraso escolar: 12,6% são brancos; 9,4% são negros; 33,1% são indígenas;

Essa desigualdade tem como consequência alguns disparates com relação à média de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos de idade, no Brasil, que em 2016 era de 10,2 anos e esses dados sofrem alterações, quando se analisa a situação entre centro e periferia, entre espaço urbano e espaço rural, entre as diferentes regiões, visto que nas regiões Norte e Nordeste, os estudantes apresentam menor escolaridade que os residentes nas demais regiões, apontando diferenças superiores há um ano de estudo na média de escolaridade.

A população de 18 a 29 anos de idade, residente no campo, apresentou, em 2016, escolaridade média de apenas 8,5 anos de estudo, dois anos inferior à média registrada entre os que viviam nas áreas urbanas (IBGE, 2016).

Por isso, para alcançar a educação como direito, é necessário ir além da legislação e das garantias educacionais. De acordo com Gentili (2000), debater “direitos” não produz eco, se não houver, principalmente, a defesa da ampliação das condições materiais, objetivas e concretas dos trabalhadores, ou seja:

[...] A educação como direito social remete inevitavelmente a um tipo de ação associada a um conjunto de direitos políticos e econômicos sem os quais a categoria de cidadania fica reduzida a uma mera formulação retórica sem conteúdo algum. Partindo de uma perspectiva democrática, a educação é um direito apenas quando existe um conjunto de instituições públicas que garantam a concretização e a materialização de tal direito. Defender “direitos” esquecendo-se de defender e ampliar as condições materiais que os asseguram é pouco menos que um exercício de cinismo (GENTILI, 2000, p. 247).

Percebe-se que a garantia da igualdade na educação está intimamente ligada aos programas sociais com investimento econômico. Mas há nesta ideia de igualdade uma dicotomia, uma vez que as aspirações dos estudantes estão relacionadas à ascensão social por meio da escolarização e do trabalho. Mas ao optar pelo trabalho, os estudantes tem dificuldade em conciliar o labor com os estudos e muitos desistem da escola. Assim, a baixa escolaridade afeta a mobilidade social e esse círculo vicioso faz gerar mais desigualdades.

Segundo Arroyo (2010), na década de 1990, o destaque passou a ser as desigualdades de acesso e de permanência. Mais recentemente, se avança para as desigualdades de aprendizagem, de qualidade dos percursos. Observa-se que os fatores de abandono e distorção idade-série estão ligados a vários aspectos, desde a dificuldade de acesso - principalmente nas regiões mais pobres do país - nas periferias e no meio rural. Além disso, a necessidade dos adolescentes e jovens pela busca de emprego e garantia da sobrevivência gera o cansaço, a desmotivação e, somado a isso, o desinteresse, visto que a escola não oferece um currículo interessante, adequado à realidade dos jovens na contemporaneidade.

No próximo capítulo será apresentada uma análise da LDB, PNE, a Lei 13.415/2017, a BNCC e suas respectivas alterações e impactos em face da Reforma do Ensino Médio.

## CAPÍTULO 2. LEGISLAÇÕES DO ENSINO MÉDIO

Neste capítulo, além de descrever e analisar a atual Reforma do Ensino Médio, trataremos as legislações que se relacionam com ela, dentre elas: LDB, PNE e BNCC, pontuando as mudanças, os limites e as possibilidades do diálogo quanto as implicações no processo das desigualdades na educação, bem como a ampliação ou limitação de oportunidades aos estudantes.

### 2.1. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação define e regulariza a organização da educação brasileira. Na década de 90, mais precisamente, em 1996, a nova LDB, veio com a proposição de impulsionar as políticas curriculares para o EM e, a partir dela, surgiu a proposta das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio em 1998. Posteriormente, em 1999, foram estabelecidos os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que apresentam as orientações, as definições e as propostas pedagógicas para o desenvolvimento das competências curriculares para essa etapa.

A ideia dos PCN's veio como um suporte, um instrumento norteador na construção curricular, estabelecendo que o currículo para o Ensino Médio não deve ser estático, mas sim respeitar a política de igualdade e a ética da identidade, considerando as diversas realidades, as especificidades dos indivíduos e suas realidades.

Um dos pontos de destaque nos PCN's trata dos princípios que devem orientar a educação escolar: "a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito". O Art. 3º da LDB, também trata desses princípios quais sejam:

- Art. 3º** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I** - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II** - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
  - III** - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
  - IV** - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
  - V** - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

- VI** - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII** - Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII** - Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX** - Garantia de padrão de qualidade;
- X** - Valorização da experiência extraescolar;
- XI** - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII** - Consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).
- XIII** - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018) (BRASIL, 1996).

Outro aspecto relevante da LDB de 1996 diz respeito à implementação do conceito de educação básica, nível de ensino que corresponde aos primeiros anos de educação escolar, e à introdução, em 2013, da educação infantil como primeira etapa desse nível, que também inclui o ensino fundamental e o ensino médio.

A LDB também determina que os currículos da educação infantil, fundamental e média tenham uma base nacional comum, porém, respeitando as diversidades de cada região, dividindo as competências entre as esferas governamentais, colocando fim à obrigatoriedade do vestibular como única forma de ingresso à universidade, trazendo as creches para o sistema educacional, estimulando novas modalidades como a educação à distância e determinando a elaboração de um novo Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>8</sup> – que vigorou entre os anos de 2001 a 2010 apresentando metas para melhorar a educação no país.

Em 2014, foi publicada uma nova edição do Plano Nacional de Educação, com a finalidade de determinar diretrizes e estratégias para a política educacional estabelecendo um prazo de dez anos - 2014 /2024, para o cumprimento das metas.

No entanto, vale refletir em que medida será possível cumprir as metas do Plano Nacional de Educação decenal (2014-2024), levando em consideração a Reforma do Ensino Médio e a EC/95 que limitou os investimentos sociais em saúde, educação e assistência social por 20 anos, em uma decisão unilateral, sem dialogar com a sociedade.

---

<sup>8</sup> A primeira discussão sobre um Plano Nacional de Educação para o Brasil ocorreu em 1932, a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, um grupo de educadores da elite intelectual brasileira que lançou um manifesto ao povo e ao governo, estabelecendo a necessidade da construção de planos de Educação. O à repercussão do documento deu espaço para que a Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934 incluísse em seu texto um artigo específico sobre o Plano Nacional de Educação.

A Reforma do Ensino Médio foi aprovada com o risco de esvaziamento das escolas e de professores qualificados, com o desprestígio dos conteúdos de ciências humanas e sociais. Posteriormente, na mesma toada neoliberal, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência foram homologadas. Somado a isso, a proposta da Carteira Verde e Amarela, já no governo Bolsonaro, foi anunciada reforçando a precarização das relações de trabalho, combinadas com o enfraquecimento do Ensino Médio.

Nesse contexto, importa analisar os impactos da Reforma no PNE (2014/2024) na medida em que, dentre as 20 metas estabelecidas no PNE, 13 delas dizem respeito, mais especificamente, ao Ensino Médio e à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dessa forma, optamos por apresentar primeiro a Lei da Reforma do Ensino Médio, para então discorrer sobre cada uma das metas, já com um processo de análise do comprometimento do cumprimento dessas metas, em função da reforma que passaremos a relatar no tópico a seguir.

## 2.2. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO – LEI Nº 13.415/2017

Atualmente, percebe-se um retorno à ideia de divisão entre a formação acadêmica e a formação técnica. Isso porque a flexibilidade curricular acomoda as duas possibilidades ou a escolha de uma delas, sem prejuízo legal para os estudantes, no texto da Lei 13.415/2017.

Na proposta de Reforma do Ensino Médio, a partir da organização do currículo, Art. 35, modifica o Art. 3º da LDB, que versa sobre a BNCC com a flexibilização do currículo. É preciso se perguntar como cumprir resultados desejáveis no IDEB se o currículo será fragmentado e nem todos os estudantes terão acesso ao currículo integral.

No que tange ao Art. 36 da LDB, vale um destaque, visto que muda radicalmente a proposta curricular para o Ensino Médio, quando estabelece os itinerários formativos e as condições para que se cumpram esses itinerários, além de acréscimo de oito parágrafos. Conforme alterações descritas no **quadro 2** abaixo:

**Quadro 2** Mudanças da LDB após a Nova Reforma do ensino médio

Mudanças	LDB	Lei da Reforma do Ensino Médio – 13.415/17
<b>Carga Horária</b>	Art. 24. § 1º- A carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;	§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.
<b>Disciplinas Obrigatórias</b>	Art. 26 - § 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.  Art. 36 - IV - serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.	- O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica, mas não especifica se atingirá os itinerários formativos do ensino médio.  - A partir de agora, a decisão de incluir artes, educação física, filosofia e sociologia nas aulas do ensino médio dependerá do que será estipulado pela BNCC, que ainda não está definida.
<b>Ensino Técnico Profissionalizante</b>	A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. ..	A formação técnica e profissional passa a ter peso semelhante às quatro áreas do conhecimento. A mudança também inclui a possibilidade de “experiência prática de trabalho no setor produtivo” ao aluno.
<b>Língua estrangeira</b>	Art. 26. § 5º - Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.	O inglês passa a ser a língua estrangeira obrigatória em todas as escolas. As escolas podem oferecer uma segunda língua, que deve ser, preferencialmente, o espanhol.
<b>Formação de Professores.</b>	Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal.	Fica permitido que as redes de ensino e escolas contratem "profissionais de notório saber" para dar aulas "afins a sua formação".

<p><b>Currículo do Ensino Médio</b></p>	<p>Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:</p> <p>I – Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;</p> <p>II – Adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes</p> <p>III – será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.</p> <p>IV – Ciências humanas e sociais aplicadas;</p> <p>V – Formação técnica e profissional.</p>	<p>O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:</p> <p>I – Linguagens e suas tecnologias;</p> <p>II – Matemática e suas tecnologias;</p> <p>III – ciências da natureza e suas tecnologias;</p> <p>IV – Ciências humanas e sociais aplicadas;</p> <p>V – Formação técnica e profissional.</p> <p>A Língua Estrangeira será o inglês, de acordo com a obrigatoriedade da Lei da reforma. Se o estudante se interessar em estudar outra língua, esta será considerada uma segunda opção e dependerá da oferta no estabelecimento de ensino.</p>
<p><b>Os parágrafos de 5 a 12 foram acrescentados a LDB, após aprovação da Lei 13.415/17</b></p>		
<p>§ 5º</p>	<p>Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017).</p>	
<p>§ 6º</p>	<p>A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará: I -a inclusão de vivências práticas de trabalho no Setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; II- a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)</p>	
<p>§ 7º</p>	<p>A oferta de formações experimentais relacionadas ao inciso V do caput, em áreas que não constem do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, dependerá, para sua continuidade, do reconhecimento pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, no prazo de três anos, e da inserção no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no prazo de cinco anos, contados da data de oferta inicial da formação. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017).</p>	
<p>§ 8º</p>	<p>A oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do caput, realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017).</p>	
<p>§ 9º</p>	<p>As instituições de ensino emitirão certificado com validade nacional, que habilitará o concluinte do ensino médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)</p>	

§ 10º	Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017).
§ 11º	Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação: <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ I - demonstração prática;</li> <li>◦ II - experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017).</li> <li>◦ III - atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino credenciadas;</li> <li>◦ IV - cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais;</li> <li>◦ V - estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras;</li> <li>◦ VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017).</li> </ul>
§ 12º	As escolas deverão orientar os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional previstas no caput. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017).

Fonte: Elaboração própria da autora com base na LDB/1996 e a Lei da Reforma do Ensino Médio.

A reforma do Ensino Médio, aprovada de acordo com a Lei 13.415/2017 é responsável pelas maiores mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, quando esta completou vinte anos de vigência.

As mudanças mais significativas da reforma, a partir da LDB, começam com a proposta de aumento de carga horária. Antes era necessário cursar 2.400 horas no ensino regular e mais 1.220 no técnico, totalizando 3.600 horas, para ter uma formação profissionalizante. De acordo com a BNCC, do Ensino Médio, o estudante poderá optar por uma formação técnico-profissional dentro da carga horária do Ensino Médio, sendo 1.800 horas-aulas dedicadas às áreas do conhecimento da base e 1.200 para os itinerários formativos, totalizando 3.000 horas.

Outra mudança diz respeito à retirada de obrigatoriedade de algumas disciplinas como Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia. Além disso, a escola escolherá os itinerários formativos para que o estudante possa escolher quais matérias irá cursar, de acordo com os seus interesses e também com as condições e a infraestrutura das escolas para ofertar esses itinerários. Também haverá a possibilidade de que profissionais com “notório saber” possam lecionar disciplinas, que estão além da capacidade de oferta das instituições de ensino públicas. Neste caso, haverá permissão para que as instituições públicas de ensino possam firmar convênios com empresas e escolas privadas para atenderem as demandas do

itinerário V – referente à formação técnica e profissional. No caso da Educação de Jovens e adultos (EJA) haverá a possibilidade de o estudante concluir o curso a distância.

Entretanto, de todas as mudanças apresentadas, um dos pontos muito criticados é a flexibilidade do currículo, visto que, para muitos teóricos, não exige a formação integral do estudante, uma vez que ele poderá optar pelas disciplinas do seu interesse. Em conformidade com as ideias de FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS:

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (2005, p. 85)

Também a LDB/96, estabelece como um dos grandes pilares do Ensino Médio, o aprofundamento do que foi adquirido no Ensino Fundamental, dando condições para que os estudantes possam prosseguir nos estudos, sem abandonar a formação humana, levando em consideração os aspectos éticos, morais e o seu desenvolvimento crítico, reflexivo e intelectual. Isso, sem desprezar a ciência, a tecnologia, o mundo do trabalho e o conjunto de disciplinas inerentes que possam garantir essa formação, apontando para uma flexibilidade do currículo, estabelecida pelo Art. 26 da lei, sem prejuízo para a formação integral do estudante.

### **2.2.1. Itinerário formativo/áreas/currículo**

A BNCC propõe que o currículo seja organizado em cinco itinerários formativos. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por esses itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, de acordo com o Art. 36 da Lei 13.415/2017, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;

V - formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

As disciplinas, filosofia, sociologia, educação física e artes não serão obrigatórias. Quanto à língua estrangeira, o Inglês pode ser ofertado em um ano, dentro do itinerário da base e o Espanhol não será ofertado dentro da proposta. As disciplinas comuns a todos os estudantes ao longo do ensino médio serão Português, Matemática e Inglês.

As demais disciplinas não serão escolhidas pelos estudantes, como vem divulgando as propagandas do governo federal, mas pelas instituições de educação nos Estados e Municípios, conforme suas condições estruturais e financeiras. As escolas e os estudantes terão que se submeterem aos itinerários escolhidos pelas instituições educacionais, e se os estudantes não tiverem a oferta de estudos compatíveis com seus anseios, terão que arcar com toda a despesa para buscar alternativas que os contemple.

### **2.2.2. Carga horária**

A LDB previa, em seu em seu Art. 24, a carga horária mínima, obrigatória, de 800 horas anuais, cumpridas ao longo de 200 dias letivos. Com a Lei 13415/2017, que altera o Art. 24 da LDB, a carga horária altera-se para 1400 horas ao ano e passa a vigorar de seguinte forma: 840 horas (60%), do tempo será dedicado a estudar os conhecimentos estabelecidos pela BNCC, ou seja, as disciplinas de Português, Matemática e Inglês. Nos 560 horas (40%) da carga restante, o aluno se dedicará aos conteúdos específicos da área que ele escolheu. Se essa escolha for de apenas um itinerário, sua carga horária poderá ser reduzida.

Ainda que a proposta de estender a carga horária seja efetivada, o ensino integral somente terá condições de se realizar, quando as escolas oferecerem as 1,400 mil horas anuais. Vale considerar que as escolas têm até cinco anos para implementar as mil horas anuais de ensino e gradativamente chegar ao tempo integral. A lei do Novo Ensino Médio não determina que todas as escolas passem a ter o ensino integral, mas sinaliza que, progressivamente, as matrículas nessa modalidade sejam ampliadas.

### **2.2.3. Educação integral e integrada**

De acordo com o governo federal, o investimento previsto para a Educação integral, seria de R\$ 1,5 bilhão até 2018, correspondendo a R\$ 2.000 por aluno/ano com previsão de atender, aproximadamente, 500 mil novas matrículas de tempo integral. Os recursos seriam repassados às Secretarias Estaduais de Educação, que teriam a responsabilidade de executar o Plano de Trabalho já aprovado pelo MEC, quando da adesão ao programa. Vale lembrar que o PNE estabelece que, até 2024, o país deve atender, pelo menos, 25% das matrículas da educação básica em tempo integral.

Cabe destacar que de acordo com os dados do Ministério da Educação (MEC), divulgados no dia 31 de janeiro de 2018, o Censo Escolar da Educação Básica, a pesquisa anual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostra que o Brasil conta com 184,1 mil escolas — sendo que a maior parte (112,9 mil, o que equivale a dois terços) é de responsabilidade municipal. Do total de colégios, 21,7% são particulares. 116 mil instituições de ensino oferecem ensino fundamental. O ensino médio é oferecido em 28,5 mil instituições de ensino que atendem 7,9 milhões de matriculados, dos quais 7,9% em 2017 estavam frequentando atividades em tempo integral.

Nesse caso, a obrigatoriedade da escola em tempo integral, não deve ignorar o conceito de escola em tempo integral e educação integral. O tempo na escola precisa ser significativo e não uma mera questão de carga horária ampliada.

### **2.2.4. EaD**

O Conselho Nacional de Educação (CNE) deliberou que 20% da carga horária do Ensino Médio diurno, até 30% do noturno e 80% da EJA - Educação de Jovens e Adultos, seja realizada na modalidade Educação a Distância (EaD), A BNCC também permite que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se cumpra totalmente à distância, sem garantir sequer condições de acesso à internet aos estudantes e comprometendo a qualidade da educação ofertada, uma vez que prescinde da mediação presencial do professor.

### **2.2.5. Professor de livre docência**

No itinerário de formação profissional, será permitido aos profissionais de notório saber, reconhecidos pela rede de ensino, ministrar as aulas. Porém, não fica claro como se definirá, qual a certificação e tempo exigidos para classificar “notório saber”.

### **2.2.6. Papel da união, das secretarias, das escolas**

A instituição de ensino precisará se reorganizar e repensar sua capacidade física, os valores de anuidade, os contratos de prestação de serviços educacionais, os prontuários dos alunos e documentos necessários, principalmente em caso de parceria com outras instituições, para implementar a Reforma do Ensino médio e cumprir as diretrizes da BNCC. Será necessário rever os custos, os contratos de prestação de serviços, a documentação escolar. Ainda há muitas questões que não estão esclarecidas na BNCC e que dizem respeito ao funcionamento da escola. Das mais complexas, será entender e organizar parcerias público / privada para atender as demandas do itinerário V, formação técnica e profissional, caso a escola faça essa escolha.

### **2.2.7. Formas de adesão e implementação**

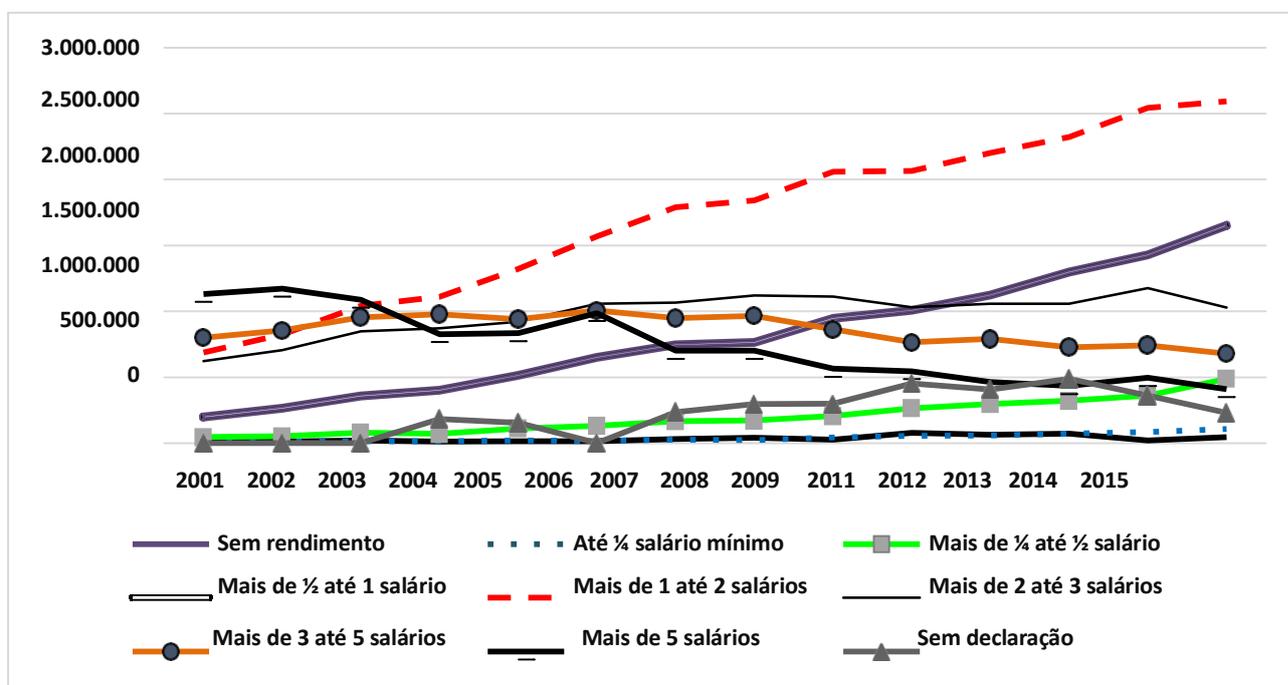
Os dados educacionais divulgados pelo INEP apontam um crescimento de jovens pretos e pobres nas escolas públicas e universidades, nas duas últimas décadas, fruto de iniciativas como a política de cotas (racial e social), bem como dos programas de democratização do acesso ao ensino superior, por exemplo: Programa Universidade para todos (PROUNI); Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o qual, apesar de não ser uma proposta de gratuidade ou de percentual de gratuidade, facilita o financiamento em universidades privadas para jovens de baixa renda.

Além disso, na gestão de Lula a ampliação dos recursos da união para o FUNDEB, que se manteve no governo Dilma, com a continuidade da ampliação do orçamento e o avanço na formação dos estudantes, alcançou uma geração

significativa de adolescentes e jovens ingressando na universidade, ainda que pese o número de evasões no Ensino Médio, que não é um fator isolado do nosso país.

De acordo com o **gráfico 4**, os dados comprovam a democratização do acesso ao ensino superior por renda, pois percebe-se o maior crescimento entre 2001 a 2015, no ingresso dos estudantes nas faixas consideradas sem rendimento, com renda per capita domiciliar de até 3 salários mínimos, o que nos leva a inferir que tal ampliação tenha ocorrido em função das políticas afirmativas, dentre elas, as cotas raciais e sociais.

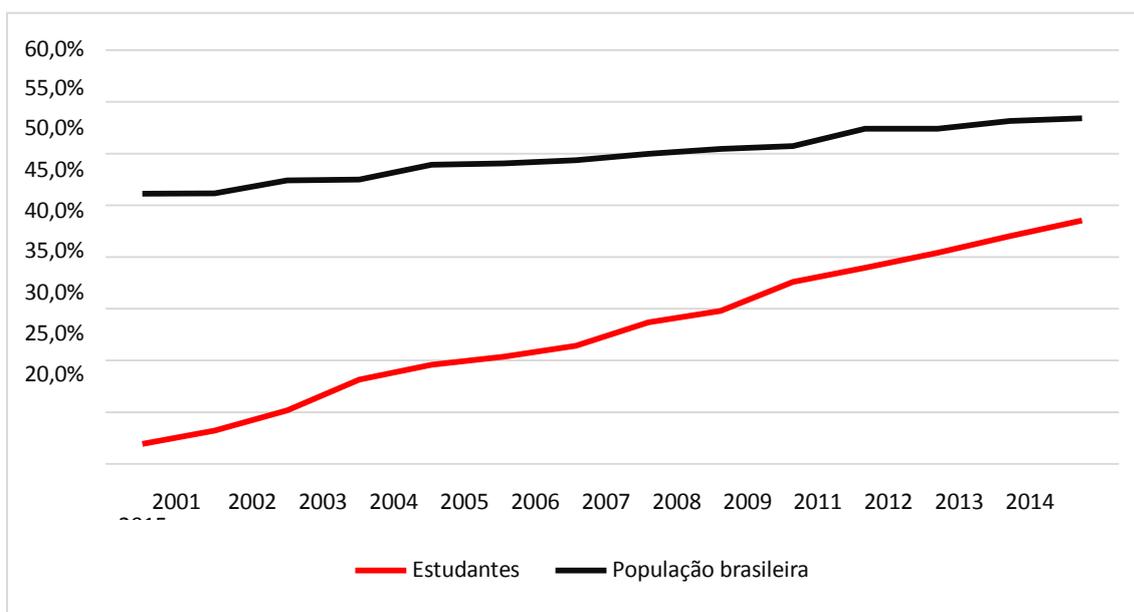
**Gráfico 4** Estudante de graduação por renda per capita (2001 a 2015)



Fonte: OLIVEIRA (2019, p.141)

No que se refere à inclusão racial, de acordo com os dados da pesquisadora, é possível perceber, no **gráfico 5**, um significativo aumento do acesso de estudantes declarados negros no Ensino Superior (ES). Esse aumento de estudantes no ES significa uma aproximação ao número de negros da população brasileira.

**Gráfico 5** População Negra na Graduação de 2001 a 2015

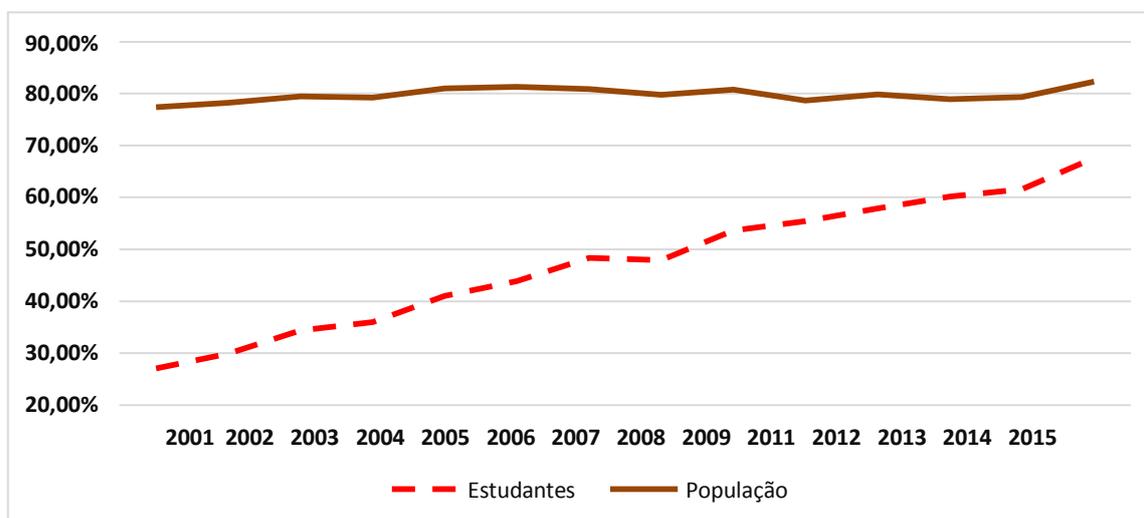


Fonte

: OLIVEIRA (2019, p. 151)

No **Gráfico 6** a pesquisa mostra dados sobre estudantes mais pobres e mais ricos, com base na PNAD.

**Gráfico 6** Percentual de estudantes e da população brasileira com renda de até 2 SM per capita, % (2001 - 2015)



Fonte: OLIVEIRA (2019, p. 145)

Nesse caso, percebe-se a possibilidade de aproximação significativa do acesso à universidade da população de baixa renda, com per capita em até 2 salários mínimos. No que diz respeito à renda, nota-se a maior participação do acesso à universidade entre os 70% mais pobres da população brasileira. Pode-se inferir que este resultado se deve às políticas públicas implementadas para a

ampliação do número de vagas nas Universidades Federais e à construção de novos campi.

Nota-se, a partir dos dados, que política desenvolvimentista dos governos Lula e Dilma, promoveu maior acesso à educação que foi tratada como política pública universal, estratégica e imprescindível para o novo projeto de desenvolvimento. Estávamos em um período de grandes avanços das políticas públicas, especialmente das políticas educacionais. Contudo, as políticas de inclusão na educação não esgotaram as desigualdades de acesso entre ricos e pobres, negros e brancos, apesar de saltos importante de quantidade e qualidade, principalmente no acesso à educação superior.

Entretanto, a recessão econômica, também um fator global, a partir de 2013, começou a gerar conflitos entre a garantia de direitos e a crise econômica que começa a dar sinais evidentes na sociedade. Essa inflexão e o processo de retração econômica dos estados culminaram no golpe institucional em 2016.

Um golpe que veio com a narrativa de anticorrupção e enxugamento das contas públicas do país que colocaria o Brasil nos trilhos com uma agenda ultraliberal. Para sustentar esta meta, o governo Temer, apresentou rapidamente a proposta de reformas. A Reforma do Ensino Médio foi a primeira delas, que além de propor o corte de investimentos na educação, também determina uma base mínima para ser desenvolvida nas escolas e a inclusão de itinerários externos, que visam atender as demandas das instituições educacionais privadas e as demandas de mercado.

Para consolidar as políticas da gestão de Temer, foram apresentadas reformas por meio de decretos e emendas. Foi nesse período, a partir de 2016, que ocorreu a extinção de secretarias e ministérios criados ao longo da gestão Lula e Dilma para garantir as políticas públicas e afirmativas do governo. Temer extinguiu o Ministério da Igualdade Racial, das Mulheres e dos Direitos Humanos, apresentando um total descaso com essas pautas sociais.

Sabe-se da urgência de muitos estudantes em ter uma profissão, ingressar no mercado de trabalho e ter reconhecimento profissional; o que muitas vezes faz com

que os governos e a própria legislação apresentem alternativas de formação técnica para tentar atender a essa demanda. Porém, a oferta do ensino técnico, não necessita dissociar-se do ensino propedêutico incentivando sempre a formação continuada, caso contrário, mais uma vez, essa política de um currículo seletivo, fragmentado e sem um debate das diferentes realidades dos sujeitos implicados na proposta, reforçará uma sociedade de classes em que os filhos de famílias com poder aquisitivo avantajado invistam em um estudo científico, visando à formação acadêmica, os cursos universitários e os pobres sejam relegados ao ensino técnico, para atender às exigências do mercado, sem a chance de uma educação humanista e integral. De acordo com os autores Ramos e Frigotto:

A contrarreforma é expressão do pensamento conservador, valendo-se de uma lógica economicista e pragmática expressiva de nosso capitalismo dependente, em um tempo de hegemonia neoliberal e cultura pós-moderna; a cultura do fragmento, do imediato, do utilitário e do enxuto. Trata-se de uma política que liofiliza a educação básica retirando-lhe conteúdo de formação científica e ético-política que se esperaria numa sociedade que tem as pessoas e não o mercado como a razão da política pública (RAMOS, FRIGOTTO, 2016, p.37).

Nessa perspectiva, a ideia de flexibilização curricular torna-se mero reducionismo do currículo, desprezando a universalização e integralidade dos sujeitos na construção de uma educação transformadora, participativa e democrática. De acordo com Paulo Freire:

Não se permite a dúvida em torno do direito, de um lado, que os meninos e as meninas do povo têm de saber a mesma matemática, a mesma física, a mesma biologia que os meninos e as meninas das “zonas felizes” da cidade aprendem, mas, de outro, jamais aceita que o ensino de não importa qual conteúdo possa dar-se alheado da análise crítica de como funciona a sociedade. (FREIRE, 1996, p. 44).

Freire nos alerta que o acesso à educação precisa privilegiar a formação humana, o desenvolvimento do senso crítico e integral dos estudantes, tendo como mediadores desse processo os educadores, os quais também carecem de formação continuada no exercício pleno da docência, considerando a realidade.

Outro aspecto importante a ser debatido tem a ver com a dualidade de a educação brasileira focalizar principalmente o ensino médio e o debate entre o ensino técnico e o propedêutico que ganhou consistência na década de 80. Isso reacende o debate na atualidade. De acordo com Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005):

A literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão. ... Neste nível de ensino se revela com mais evidência a contradição entre o capital e o trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? (p. 31).

A centralidade do debate entre o técnico e o propedêutico não deve se limitar a uma questão teórica, mas a uma profunda discussão ideológica, principalmente quando a divisão entre técnico e científico reforça a divisão de classes.

### 2.3. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SEUS IMPACTOS NA LDB

As mudanças na LDB/96, propostas pela Reforma do Ensino Médio, por meio da Lei 13415/2017 apresentam pontos significativos e vem provocando debates por todo país, especialmente acerca da viabilidade da implementação da Base Nacional curricular - BNCC nas escolas públicas e particulares. Uma das polêmicas no texto da Lei dessa reforma é que a BNCC não está totalmente definida, trazendo no texto dúvidas sobre a organização dos itinerários formativos.

Desde o governo Temer, com continuidade no atual governo, as propagandas oficiais do MEC difundem uma ideia de que os estudantes poderão escolher os arcos formativos que lhes interessem. Porém, a escolha será das instituições de ensino e os estudantes serão submetidos ao currículo que a escola puder ofertar.

Dessa forma, percebe-se uma fragilidade no processo de escolhas, uma vez que as escolas em situação de maior vulnerabilidade, sem a estrutura necessária para ofertar os cinco itinerários, tendem a escolher apenas um e limitar os estudantes a nenhuma opção Além disso, essa situação provocará a redução do currículo do ensino médio, especialmente para as populações mais pobres do país.

Essa diferença impõe aos estudantes pobres das periferias a escolha pelo itinerário profissionalizante, uma vez que a demanda dos estudantes mais pobres é a formação básica para ingresso no mercado de trabalho. Essa realidade das diferenças sociais, culturais e de renda tende a aumentar, pois os estudantes com melhores condições financeiras terão a chance de ter um currículo mais completo e concorrer aos vestibulares, aos concursos e até mesmo às vagas de emprego, com maiores possibilidades de êxito.

Ainda no cerne do debate, há uma enorme preocupação quanto à valorização dos professores, pois a Lei da Reforma estabelece que profissionais com notório saber serão autorizadas a ministrar aulas, tanto nos espaços escolares quanto em instituições conveniadas, no caso das escolas que optarem pelo itinerário de formação profissional. Isso significa que a habilidade didática, o domínio do conhecimento específico da formação pedagógica e das licenciaturas tendem a não ter o seu devido valor, visto que o notório saber se limita a experiência profissional, sem a formação exigida pela LDB e orientada no PNE.

Essa permissão legal abre precedentes para uma desvalorização da formação acadêmica e da formação continuada dos profissionais da educação. Outro ponto diz respeito aos profissionais principalmente os professores de Filosofia, de Sociologia, de Artes e de Educação Física correm o risco de não ter suas vagas garantidas nas escolas, por não serem essas disciplinas obrigatórias na base curricular. Dessa forma, é preciso pensar na situação dos servidores concursados para atuarem nessas áreas. Sem contar que a disciplina de Espanhol, sequer está figurada como opção de estudo de língua estrangeira no currículo. Ainda sobre a formação, vale ressaltar que não fica claro na lei o período de experiência necessária para que um profissional de notório saber possa atuar na função de professor, menos ainda de que forma este notório saber deverá ser comprovado.

Sobre a Educação de Jovens e adultos (EJA), a fragilidade no currículo é ainda maior, isso porque os estudantes da EJA poderão fazer todo o ensino médio a distância. Entretanto, a lei não apresenta qualquer oferta de mídias, centros de referência com estrutura técnica de computadores, laboratórios, redes de internet, precarizando ainda mais um currículo que já é reduzido.

Como professora do ensino médio, percebo outra grave preocupação - pauta debatida inclusive pelo Conselho Nacional de Educação e demais servidores, sindicatos e sociedade civil - trata-se da proposta de escola integral obrigatória, tendo em vista que a realidade de nossos alunos do ensino médio, que estão fora da faixa regular de ensino, trabalham durante o dia e não têm condições de estudar à tarde. E a Lei da reforma como foi promulgada, não oferece qualquer apoio financeiro, bolsa, transporte, verba para passagens aos estudantes, o que resultará

em não adesão, por parte de muitos estudantes, ao Ensino Médio. Isso pode, ainda, provocar a ampliação da evasão escolar que já é significativa nesse nível de ensino.

Quanto à estrutura das instituições para implantar progressivamente a escola em tempo integral, é necessário discutir recursos, infraestrutura, aporte financeiro para reformas, compra de suprimentos, investimento em internet e laboratórios. Ocorre que a EC95, que está em vigência, limita os gastos com as políticas públicas e faz crer que não haverá disposição do governo para adaptar e melhorar a estrutura das unidades escolares para esse atendimento.

#### 2.4. OS IMPACTOS DA REFORMA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014/2024

Em 2014, foi publicada uma nova edição do Plano Nacional de Educação, com a finalidade de determinar diretrizes e estratégias para a política educacional, estabelecendo um prazo de dez anos, 2014 /2024, para o cumprimento das metas.

Tendo em vista que, das 20 metas estabelecidas no PNE, 13 delas dizem respeito, mais especificamente, ao Ensino Médio e à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por isso, ao ter apresentado no tópico anterior a Reforma do Ensino Médio, mesmo que promulgada após o PNE, importa-nos analisar os efeitos da reforma nesse plano aprovado para o período de 2014 a 2024.

A Meta 3 propõe a Universalização do Ensino, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e a elevação, até o final do período de vigência deste PNE, 2024, da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%. Para que esta meta seja cumprida, um dos desafios que o Brasil precisa enfrentar é o da evasão escolar.

De acordo com pesquisa apresentada em 2018, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cerca de 900 mil adolescentes que estão fora da escola e não concluíram o ensino médio foram matriculados no início de sua trajetória escolar na idade adequada, mas não conseguiram concluir essa etapa. Há diferenças significativas na frequência à escola dos adolescentes de 15 a 17 anos, segundo sua cor/raça e renda familiar. Enquanto 93,2% dos adolescentes

autodeclarados brancos frequentavam a escola em 2017, eram 90,2% os autodeclarados negros que o faziam. Entre os 25% mais ricos, 94,9% frequentavam ou haviam concluído a educação básica até 2015 e, entre os 25% mais pobres, apenas 80,7%.

A questão é que de acordo com o INEP, as diferenças de renda e raça não alcançaram redução e isso impedirá que, até 2024, o país alcance o patamar de 85% das matrículas no Ensino Médio, conforme previsão do PNE. Também as desigualdades regionais são grandes, no Nordeste, em 2017, apenas 62,7% dos jovens de 15 a 17 anos estavam no ensino médio ou já haviam concluído, enquanto no Sudeste esse indicador chegou a 77,7%.

A Meta 4 propõe universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou *superdotação* na rede regular de ensino. De acordo com o INEP, em 2017, cerca de 90, % dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades estavam na escola. O sexo feminino (91,1%) registra maior cobertura de atendimento educacional, em relação ao sexo masculino (90,4%). Em 2010, um total de 897.116 (oitocentos e noventa e sete mil, cento e dezesseis) crianças e adolescentes com deficiência, em idade escolar, frequentavam a creche ou escola, o que corresponde a 82,5% do total de alunos. O Distrito Federal tinha o maior percentual de matrículas de pessoas com deficiência em 2010 (90,4%). O menor era registrado no Amazonas (75,5%).

Ocorre que embora essa meta tenha alcançado os números desejáveis, o debate sobre inclusão e o que significa incluir, precisa ser revisto, uma vez que grande parte das escolas públicas não apresenta estrutura suficiente para receber esses estudantes. Faltam banheiros adequados, rampas, salas com aparelhagem especializada, atendimentos individualizados, o que impede que esses alunos sejam de fato incluídos no processo de ensino aprendizagem.

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica 2017, o ensino médio conseguiu quase dobrar o número de matrículas de pessoas com deficiência, passando de 48.589 (quarenta e oito mil, quinhentos e oitenta e nove) para 94.274 (noventa e quatro mil, duzentos e setenta e quatro), em 2017. Mas esse grupo ainda

corresponde a um percentual irrisório do total de matrículas na etapa, apenas 1,2%. Quando chega à escola, no entanto, o aluno não encontra o amparo necessário ao seu atendimento. Somente 46,7% das instituições de ensino médio apresentam dependências adequadas para esse público. O banheiro adequado para pessoas com deficiência só existe em 62,2% dessas escolas. Além disso, a formação dos professores de apoio não ocorre de maneira efetiva. A inclusão não pode ser tratada apenas como números de estudantes matriculados, mas precisa ser proficiente.

A Meta 6 traz a oferta da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica. Dos números apresentados pelo INEP, em 2017, apenas 17,4% dos estudantes das escolas públicas frequentavam o ensino integral e somente 28,6% das escolas têm 25% dos estudantes nessa modalidade de ensino. A região Norte foi a que apresentou o pior resultado. No Nordeste, é onde se tem mais estudantes matriculados e, no Sul, tem-se mais escolas de ensino integral. O ensino médio foi o que mais teve aumento, mas ainda é o ensino que tem menos estudantes matriculados.

Uma das razões da dificuldade para cumprir essa meta está pautada na necessidade dos estudantes dessa idade, de trabalhar para ajudar no sustento da família. Infelizmente, muitos jovens abandonam o ensino regular ou a EJA, em função da carência de uma renda. A proposta de Educação Integral precisa levar em conta esta situação.

A Meta 7 prevê fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, como melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):

**Quadro 3** Meta 7 PNE - IDEB 2015 A 2021

<b>IDEB</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>	<b>2021</b>
Anos iniciais do E. F	5,2	5,5	5,7	6
Anos finais do E. F	4,7	5	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: PNE 2014/2024

O quadro 4 apresenta os resultados para o alcance da meta 7 de melhoria da qualidade da educação, por meio da análise do IDEB, nos diferentes níveis da educação. Os números apresentados a partir do IDEB, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental apresentaram um crescimento entre 2015/2019, com previsão de continuidade para 2021, enquanto, no ensino médio, o aumento da taxa de aprovação apresentou uma tendência à estagnação no desempenho dos alunos, caracterizada pela oscilação da proficiência em língua portuguesa e diminuição da proficiência em matemática (PNE 2014/2024).

O desafio para cumprir essa meta passa exatamente pelo enfrentamento das desigualdades existentes no Brasil, visto que a garantia na qualidade da educação e a melhoria na aprendizagem dependem de infraestrutura, de investimentos, da articulação entre os sistemas de ensino e unidades escolares, da melhoria das condições de trabalho, da valorização, da formação e do desenvolvimento profissional de todos aqueles que atuam na educação.

Quanto à meta 8, o PNE visa elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres. Pretende também igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma pesquisa realizada pela Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNADC, em 2018, mostra que em cerca de 47,3 milhões pessoas, de 15 a 29 anos de idade, 13,5% estavam ocupadas com algum trabalho e estudando, 23% não estavam ocupadas nem estudando, 28,6% não estavam ocupadas, porém estudavam e 34,9% estavam ocupadas e não estudando.

Entre as pessoas brancas, 16,1% trabalhavam e estudavam, ou se qualificavam - percentual maior que entre as pessoas de cor preta ou parda, 11,9%. A proporção de pessoas brancas apenas trabalhando (36,1%) e apenas estudando (29,3%) também superou o de pessoas de cor preta ou parda, 34,2% e 28,1%, respectivamente.

Percebe-se, a partir dos dados do PNADC e da proposta da meta 8, que alcançar esse resultado será um grande desafio do PNE, uma vez que para combater a desigualdade é preciso garantir a elevação da escolaridade e a qualificação desses jovens para o ingresso ao mercado de trabalho.

Entretanto, o que impõe desafios diários é a permanência desses jovens nas escolas, porque a renda para a maioria das famílias é mais urgente do que a instrução, embora grande parte desses jovens saiba que para melhorar a renda é importante elevar a escolaridade.

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015, até o final da vigência deste PNE; erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional é que o que pretende a meta 9 do PNE. Porém, não se pode considerar que essa meta seja cumprida em 2024 na sua totalidade, visto que há uma disparidade entre a educação urbana e rural e, ao mesmo tempo em que se percebem as diferenças entre uma e outra, entre cada uma delas também existem diferenças no que tange à raça, gênero, localidade e renda.

Embora o Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) apresente um dado de que 71% da população brasileira podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, ainda assim, se as desigualdades regionais, de raça e de gênero não diminuïrem, a possibilidade de recuo nessa marca pode ser um fator preponderante para o não cumprimento da meta. E, se a comparação se der nos limites da Reforma do Ensino Médio, que autoriza 100% de possibilidade do ensino a distância para estudantes da EJA e profissionais de notório saber para ministrar ensino profissionalizante aos estudantes dessa modalidade, essa situação pode se agravar.

A meta 10 visa oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio. De acordo com o relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (2018), o percentual de matrículas da EJA - na forma integrada à educação profissional, em 2017, era de 1,5%, distanciando-se 23,5 dos 25% de matrículas estabelecidas para 2024. Nas grandes regiões do País, há uma tendência de queda na oferta dessas matrículas, desde 2015. Em 2017, o

maior resultado para esse indicador é o do Nordeste (3,0%), ao passo que o do Sudeste é o menor (0,4%). Os estados com os resultados mais expressivos, em 2017, estão no Nordeste: Bahia (4,7%), Ceará (4,5%), Piauí (4,0%), Pernambuco (3,1%) e Rio Grande do Norte (2,3%). As escolas situadas na área urbana, durante todo o período analisado, são responsáveis pela maior parte dessas matrículas, atingindo 84,5%, em 2017, ao passo que na área rural esse resultado é de 15,5%.

A rede estadual foi a responsável pela maior oferta das matrículas da EJA integrada à educação profissional, atingindo 70,6%, em 2017. O restante das matrículas, nesse ano, foi distribuído entre as demais redes, da seguinte maneira: municipal (9,6%), federal (16,9%) e privada (2,9%). Quanto às etapas de ensino, em 2017, o percentual de matrículas da EJA referentes ao ensino fundamental foi de apenas 0,5% e, ao ensino médio, 3%. Em relação às características individuais dos estudantes, a maior parte das matrículas da EJA integrada à educação profissional, em 2017, construiu-se de mulheres (59%) e de alunos autodeclarados negros (53%).

Ao analisar a meta 10 do PNE e a Reforma do Ensino Médio, percebe-se que a situação da EJA pode ser mais agravada, uma vez que o perfil dos estudantes que compõem essa modalidade de ensino revela o caráter excludente das políticas educacionais em curso e as desigualdades presentes na sociedade brasileira, evidenciadas por uma proposta que visa separar as etapas do ensino fundamental do médio, produzindo uma formação fragmentada e desconexa, confirmando assim, a perspectiva privatista, ao traçar que até 20% do ensino médio diurno poderá ser realizado pela modalidade à distância (EaD), enquanto no noturno poderá atingir até 30% da carga horária, chegando à 80% nos casos da Educação de Jovens e Adultos.

A Meta 11 vem com a proposta de triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de gratuidade na expansão de vagas.

Quanto ao número de matrículas, pode até ser que elas se realizem. O desafio será garantir a permanência do estudante e sua conclusão de curso. Por outro lado, não se pode considerar a qualidade da oferta, pois de acordo com a BNCC, no texto da Reforma do Ensino médio, profissionais de notório saber poderão

ministrar aulas para os cursos profissionalizantes. Porém, o próprio texto da reforma não define a expressão “notório saber”. Além disso, é preciso considerar outros fatores como a estrutura da escola para a oferta dos cursos, como serão realizados os convênios entre escolas e instituições terceirizadas para atender a essa demanda e como será garantido o acesso dos estudantes de baixa renda a essas instituições aprovadas para ministrarem os cursos.

Quanto a Meta 12, a previsão é de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta. Esta ficará na dependência do índice de conclusão da etapa do Ensino Médio e da possibilidade de os estudantes que concluíram essa fase escolar ingressarem nas universidades, uma vez que a proposta de Reforma deixa clara que haverá uma divisão na formação dos estudantes entre o ensino propedêutico e o ensino técnico.

Também vale ressaltar que, até o presente momento, o MEC não apresentou proposta de mudança nas avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para o ingresso na universidade e os vestibulares não sinalizaram qualquer mudança nas exigências para aprovação. Isso quer dizer que o estudante que não cumprir todos os itinerários formativos poderá ser prejudicado no processo de seleção, em detrimento dos estudantes que frequentarem todos os itinerários.

O texto da Meta 16, visa formar, até o último ano de vigência deste PNE, 50% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*, em sua área de atuação, e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos dos vários sistemas de ensino.

Como ofertar a formação continuada, uma vez que a Reforma do Ensino médio permite o ingresso de pessoas sem licenciatura nas unidades escolares para ministrarem aulas pela via do notório saber? Se essa permissão for de fato consumada, a tendência de diminuição na contratação de professores de carreira para o exercício do magistério irá se tornar uma prática comum para a educação básica e contribuirá sobremaneira para a desvalorização dos professores.

A Meta 17 pretende valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PN. Está muito vinculada à meta 16, uma vez que as duas metas dispõem sobre a valorização e investimento nos profissionais do magistério.

Porém, neste caso, como em outros que demandam investimentos nas Políticas Públicas, é preciso refletir como esses rendimentos serão incorporados nos vencimentos dos professores, se a maioria dos estados brasileiros não consegue cumprir o piso salarial, já que a Proposta de Emenda Constitucional (EC), 95, em vigor, institui a limitação do crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos.

Para refletir sobre o cumprimento da Meta 18, que propõe assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação pública, básica e superior, de todos os sistemas de ensino e - para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal - fica o mesmo questionamento envolvendo a EC/95.

Ao ler o texto da Meta 19, que pretende garantir, em leis específicas - aprovadas no âmbito da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios - a efetivação da gestão democrática na educação básica e superior públicas, formada pela prevalência de decisões colegiadas nos órgãos dos sistemas de ensino e nas instituições de educação, e formas de acesso às funções da direção que conjuguem mérito e desempenho à participação das comunidades escolar e acadêmica; observada a autonomia federativa e das universidades, será preciso uma ampla mobilização da sociedade civil, uma vez que a despeito da Reforma do Ensino Médio, todos puderam assistir a uma decisão unilateral do governo, diante da população com a aprovação de uma Lei, desconsiderando o debate sobre o Ensino Médio e a BNCC.

Se essa prática tende a continuar, somente as mobilizações sociais poderão garantir o mínimo de democracia e participação popular nas decisões de âmbito

educacional no governo. Ainda assim, o desafio será enorme, visto que mesmo depois das ocupações nas escolas públicas pelos estudantes, em 2017, em defesa da educação e contra a Reforma do Ensino Médio, o governo manteve o Decreto que acabou se transformando na Lei da reforma.

Por fim, considerando que a Meta 20 do PNE deseja ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no final do decênio, cabe aqui uma análise do decréscimo do PIB, nos últimos meses e da ausência de um plano econômico do governo capaz de apresentar qualquer melhora nas condições econômicas deste país. É preciso considerar também que o MEC vem instituindo de forma autoritária, cortes na educação que ferem sobremaneira a Constituição Federal, a exemplo da EC 95.

Após termos apresentado e analisado a LDB, PNE e a relação destas e os impactos sofrido em cada normatização a partir da nova reforma do ensino médio, nos importa no tópico a seguir apresentar a Lei nº 13.415/2017.

## 2.5. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR /BNCC

O debate acerca do currículo do ensino médio pressupõe, antes, debater o que se entende por currículo educacional. Partindo de uma análise etimológica, definida pelo dicionário, a palavra “currículo” tem sua origem no latim “*curriculum*”, termo que, se traduzido à língua portuguesa, assemelha-se à ideia de “pista de corrida”.

[...] O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que “esses conhecimentos” e não “aqueles” devem ser selecionados. [...] “Um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão “seguir” aquele currículo” [...] (SILVA, 2007 p. 15-16)

O currículo tem absoluta relação com os termos: trilha, roteiro, percurso ou caminho a ser seguido, isto é, um tipo de trajetória orientadora que deve ser seguida, respeitando os indivíduos de diferentes contextos sociais, homens e mulheres, crianças e idosos, para que seja alcançada uma determinada finalidade, planejada. Veiga (2002) completa:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são, ou seja, o currículo propriamente dito (VEIGA, 2002, p. 7).

Entretanto, o modo como se organiza o currículo nas escolas passa também pela definição de alguns princípios básicos, ideológicos, políticos, e a necessidade de uma criteriosa análise e reflexão, por parte dos sujeitos em interação; corpo docente, corpo discente, comunidade escolar, autoridades governamentais, baseando-se em referenciais teóricos, metodológicos, pedagógicos, que abarquem toda a diversidade nesse processo de ensino aprendizagem.

Por isso, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve entre outros aspectos:

[...] questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante / classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma "questão de conteúdos". (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1).

Assim, de acordo com Silva (2007), não se pode considerar que o currículo seja estático, pois deve ser construído à luz da reflexão social, histórica, filosófica, cultural e política. A discussão do currículo é uma construção ampla, reflexiva e permanente.

A LDB/96 afirma que o papel do estado é garantir, juntamente com a família e a sociedade, uma educação inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana para o pleno desenvolvimento do estudante, seu preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho. Entretanto, essa oportunidade fica comprometida, uma vez que o currículo, que se constitui como uma Base Nacional e que estava em processo de discussão junto aos diversos movimentos e organizações ligadas à educação, passou a ser uma decisão de governo, homologada de forma autoritária, por meio de Medida Provisória, até ser transformada em Lei, sem considerar os diversos atores sociais nela envolvidos.

Quando o currículo se propõe a ser um projeto para o ensino médio no país, importante debater com a comunidade escolar e com todos os movimentos políticos

e sociais como fazer para aprimorá-lo, contemplando os mais diversos seguimentos para sua construção.

Antes da Medida Provisória, 746/2016, transformada em Lei, no ano de 2017, a discussão sobre o currículo do Ensino Médio, suas contradições e necessidade de mudanças, os especialistas, sindicalistas, estudantes e comunidade escolar estavam caminhando para uma unidade, no sentido de implementar as mudanças na Educação Básica e no currículo do Ensino Médio, considerando os desafios universalização do ensino.

Ao refletir sobre a execução desse currículo pode-se desenhar várias possibilidades. Pensando nas unidades escolares públicas que estão se organizando para trabalhar a base. A unidade escolar pode escolher apenas um itinerário formativo. Suponha que exista a unidade (A), que trabalhará com a base e o itinerário ciências da natureza e suas tecnologias. Mas para problematizar essa situação ainda mais, suponha que haverá o estudante (1) resistente a esse itinerário e sem ter outra opção próxima de sua residência. Caso ele queira cursar outra grade terá que se mobilizar individualmente para isso, visto que a Lei '3.415/17 não prevê auxílio financeiro para o transporte dos estudantes.

Em outra situação, suponha que o estudante (2) é de uma escola particular (B), e a ele será ofertado, além da base, todos os itinerários, com todos os recursos. Este estudante então fará o percurso completo. Numa terceira situação, suponha que outro estudante (3), desta mesma unidade particular (B), terá as mesmas oportunidades, mas fará a opção por apenas um itinerário.

Ainda, em uma quarta possibilidade, suponha que unidades tanto particulares, quanto públicas (A) e (B), ofertem a base e o itinerário de formação técnica e profissional, porém, nas escolas públicas, este deverá ser desenvolvido em unidade parceira. Ainda não está claro na lei como estas parcerias vão se realizar para emitir a certificação profissional dos estudantes. Além disso, teremos estudantes que farão o percurso completo, com toda a infraestrutura necessária à sua formação e teremos estudantes que farão um percurso reduzido e sem suporte técnico ou estrutural.

Essa forma de organizar o currículo seria interessante se não negasse o

direito à educação e ao conhecimento, principalmente quando se trata da escola pública e das camadas sociais mais pobres. Segundo (ARROYO, 2013):

[...] Tem de considerar os coletivos empobrecidos como sujeitos de direitos, direitos específicos à sua história. Se a negação da sua história, sua memória, sua identidade e seus saberes- valores coletivos faziam parte de uma relação política de subordinação, dominação, o seu empobrecimento extremo, massificado, na atualidade perpetua essa relação política (p.117).

Outra questão que gera discussões e dúvidas é o ensino em tempo integral, pois o Ministério da Educação e Cultura não deixa claro como será cumprida a carga horária de tempo integral, mas instituiu em uma ampliação de escolas com essa modalidade, visto que o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) pretende apoiar a criação de 257,4 mil novas vagas no ensino médio, com a ampliação da carga horária dos estudantes. No que se refere aos investimentos econômicos para subsidiar a ampliação, inicialmente previa-se uma ajuda de custo durante de quatro anos. No texto final da lei 13.415/2017, os senadores sugerem que ele se estenda para dez anos, mas sem demonstrar uma clara garantia financeira do governo, uma vez que a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional E.C 95, limita as despesas do Governo Federal por até 20 anos.

De acordo as informações do Ministério da Educação (MEC), em 2017, dos dados da educação básica, só 7,9% das matrículas do ensino médio são em tempo integral no Brasil. Segundo associações e movimentos educacionais, a adoção do tempo integral elevaria a mensalidade nas escolas particulares, provocando uma possível migração de estudantes para a escola pública, aumentaria a demanda das escolas públicas sem um adequado o aporte financeiro. Com a crise econômica, muitas famílias tiveram que cortar gastos e alguns pais transferiram filhos da rede de ensino particular para a rede pública. Segundo Amábile Pacios da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP):

As escolas particulares perderam entre 10% e 12% das matrículas em 2016, por causa, principalmente, da crise financeira. De acordo com Amábile: A FENEP identificou a saída de estudantes de escolas privadas, principalmente de famílias das classes C e D – parcela da população que teve ganho de poder aquisitivo antes da crise e agora sente mais os efeitos da desaceleração econômica. (Entrevista divulgada na Revista Exame do dia 15.fev.2016. Disponível em:<https://exame.abril.com.br/brasil/crise-faz-alunos-mudarem-de-escolas-privadas-para-publicas/> Acesso em 19.08.2019.)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) não prevê um currículo comum mínimo, apenas traz no bojo da Lei, as orientações curriculares e a necessidade de uma base comum. Também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) atendem ao Ensino Médio, organizando o currículo, ao propor uma visão dos sujeitos e as situações de aprendizagem, de modo a destacar as múltiplas interações entre as disciplinas do currículo, com a ideia relações entre os conteúdos, de maneira interdisciplinar, respeitando os múltiplos contextos de vida social e pessoal dos estudantes. Sendo assim, porque não discutir um currículo pautado nos princípios dos PCN's?

Vale destacar que não é apenas na escola que o conhecimento se realiza. Não é apenas com uma Reforma que as soluções para os problemas do Ensino médio se resolverão. Conforme SANTOS (2017), "Nos múltiplos tempos e espaços do ensinar e aprender, a escola e o conhecimento escolar precisam estabelecer diálogo efetivo com as outras dimensões da vida social" (p. 107).

Na atualidade, temos treze disciplinas obrigatórias no Ensino médio. De acordo com a LDB, a carga horária é de 800 horas e duzentos dias letivos. Somente professores com curso superior e licenciatura plena podem lecionar. Com a BNCC do Ensino Médio, os alunos deverão realizar toda a carga horária da base em 1,8 mil horas-aula, no máximo. As 1,2 mil horas restantes devem ser dedicadas ao aprofundamento no itinerário formativo de escolha do estudante. Esses itinerários, ou percursos, serão desenvolvidos pelos estados e pelas escolas, e o MEC vai disponibilizar um guia de orientação para apoiar a sua elaboração.

Essas medidas propostas em Lei ferem o direito dos estudantes a uma educação universalizada, uma vez que nem todo estudante terá condições de buscar os itinerários que deseja fazer nem terão acesso às tecnologias para o ensino à distância. Mas, ainda que consigam cumprir um itinerário desejável, poderão sair da escola sem um currículo completo. Principalmente no caso de estudantes da periferia, que sofrem com o acesso às unidades escolares e às tecnologias disponíveis para o ensino à distância. De acordo com APPLE (1994):

"A escola torna-se uma escola de classes sociais", pois o currículo transmitido em escolas onde os indivíduos pertencem à classe dominante

são completamente distintos dos conhecimentos das escolas das outras classes. A didática ensino/aprendizagem como opção única da escola é algo feudal, tipicamente de cima para baixo, solidificando o conceito de "educação bancária", onde aprender, como papel exclusivo do educando significa cristalizar a atitude de submissão e obediência. O educador, o "verdadeiro" educador, não precisa dessa submissão. Enquanto não se perceber que a didática deve ser estratégia emancipatória, educação representará o passado (p.61).

Há por parte do governo, a partir da aprovação da reforma a intenção clara de reduzir os currículos e a oferta de educação básica de qualidade, quando estabelece a Base Comum e propõe uma flexibilização que, em determinados casos, a exemplo do itinerário de formação Técnica profissional, dependerá das condições financeiras e estruturais das instituições e, além disso, das parcerias privadas para completar o currículo dos estudantes fora da escola, de maneira precarizada, sem nenhuma organização.

## CAPÍTULO 3. EDUCAÇÃO, ESTADO E GOVERNO

### 3.1. ESTADO E GOVERNO

É muito comum a confusão que há entre Estado e governo. Entende-se Estado como a unidade administrativa de um território, formado por um conjunto de instituições públicas que representam, organizam e atendem aos anseios da população que habita nesses territórios. Entre essas instituições, podemos citar o governo, as escolas, as prisões, os hospitais públicos, o exército, dentre outras. Já o governo se constitui por um grupo partidário e um conjunto de Programas sociais e econômicos que este grupo propõe para a sociedade. Pensando desta forma, o grupo social que compõe os governos definem suas agendas políticas, sociais e econômicas e seu modo de governar.

Quando se trata de políticas públicas para a educação sabe-se da importância dessa política para a sociedade e do quanto as garantias do Estado e as ações governamentais são fundamentais para a sua efetivação. Dessa forma, o debate sobre o conteúdo do que é público e do que é privado no sistema educacional, retorna de forma recorrente ao cenário de disputas, especialmente por verbas e financiamentos. Assim sendo, entender essa divisão histórica de classes nos ajudará a fazer uma leitura crítica da realidade.

#### **3.1.1 Aparelhos Ideológicos do Estado e a Divisão de Classes**

Para o autor marxista Althusser (1980), a sociedade se divide em classes, ao passo que o capitalismo se caracteriza pela divisão dessas classes e da exploração de uma classe pela outra. Quem serve a esse meio é a burguesia, detentora dos meios de produção. Ao contrário da classe burguesa, a classe proletária, por não possuir os meios de produção, precisa vender sua força de trabalho, sem ganhar o suficiente para a manutenção de sua prole, pois a burguesia paga pouco pela força de trabalho do proletariado, o que não é pago se torna lucro. As forças produtivas e as relações de produção do capitalismo permitem a manutenção da exploração para dar continuidade ao sistema capitalista criando um círculo vicioso que se perpetua nas gerações futuras.

Segundo o autor, todos os meios de produção estão interligados. A exemplo disso, poderíamos pensar em uma empresa que produz um determinado produto;

para que esse produto seja por ela fabricado, a empresa precisará de outros produtos e de tecnologias. Nessa situação, apresenta-se uma rede de atuações que faz com que tanto os meios de produção quanto as formas de dominação sejam interligadas.

Mas, para que as pessoas possam produzir, precisam ter condições para tal, e também ter um salário que remunere essa produção. Assim sendo, o trabalhador se torna dependente dessa manutenção para receber sua remuneração; e a contraparte desse trabalhador é a qualificação para o trabalho, ou aprendendo o manuseio de maquinários para produzir, ou criar formas de reprodução, a partir de novas tecnologias. Então o trabalhador precisa deter os saberes técnicos e o saber intelectual para ocupar seu lugar de classe trabalhadora.

Althusser (ibidem) também apresenta as questões ideológicas, quando afirma que o Estado é uma máquina repressora, que tem por objetivo a exploração de uma classe pela outra e que se divide em duas situações, quais sejam: o “aparelho do Estado” que significa a estrutura, as instituições, as escolas. E o “Poder do Estado”, quem se utiliza e quem se interessa por esse aparelho de Estado. Nesse caso, para Althusser, o aparelho do Estado pode até permanecer intacto, pois pode mudar quem fica ou quem domina esse aparelho, mas se essa mudança não for significativa, o aparelho de estado é irrelevante. Muda-se o Poder e o aparelho fica o mesmo. Então o que importa é o Poder de Estado e quem está inserido nele. O importante é conseguir o poder para depois utilizar o aparelho.

Quanto aos aparelhos de estado, na visão de Althusser, tem-se o Aparelho Repressor do Estado (ARE) e o Aparelho Ideológico do Estado (AIE). O controle dos aparelhos repressivos ou ideológicos do Estado também diz respeito ao controle de elementos de estruturação estatal: a infraestrutura e a superestrutura. Os AREs são compostos por instituições políticas, órgãos de segurança, departamentos de governo que delimitam conteúdos educacionais, tribunais de justiça. Praticamente todos os órgãos estatais são membros do Aparelho Repressor do Estado. O Estado que quer manter a hegemonia de uma determinada ideologia dominante deve, sobretudo, colocar em ação seu aparelho repressor, nesse caso para Althusser:

[...] o papel do aparelho repressivo de Estado consiste, essencialmente, enquanto aparelho repressivo, em assegurar pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise relações de exploração. Não só o aparelho de Estado contribui largamente para se reproduzir a ele próprio [...] mas também e, sobretudo, o aparelho de Estado assegura pela repressão (da mais brutal força física às simples ordens e interditos administrativos, à censura aberta ou tácita, etc.), as condições políticas do exercício dos aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1980, p.56).

Com relação ao Aparelho Ideológico do Estado (AIE), este é composto por órgãos de natureza privada. Althusser indica alguns deles: Aparelho ideológico educacional, familiar, religioso, da informação, cultural, sindical e político. Esses aparelhos podem ser privados ou coletivos, de ordem religiosa, associação de pais ou privados e individuais a exemplo das editoras e dos jornais.

### **3.1.2. Aparelho Ideológico escolar de Estado e a educação**

No mundo globalizado em que vivemos, orquestrado por uma política neoliberal, na qual o mercado determina os rumos da economia, o estado de bem estar social fica comprometido e se estabelece uma política de estado mínimo, sem a preocupação com os prejuízos que essa política traz para as áreas sociais, econômicas, educacionais e humanas.

Nesse contexto, a educação exerce um papel fundamental, não somente no que tange a formação humana, mas também no que se refere à formação para o mundo do trabalho, em que a qualificação profissional é fator preponderante para a ascensão social, por meio do trabalho.

Nesse sentido, cabe analisar o papel das instituições educativas, especialmente as de ensino, como aparelhos ideológicos do Estado.

Para Althusser (1980), a escola é um dos aparelhos de Estado mais importantes, pois nenhum outro aparelho dispõe da audiência obrigatória para constituir o AIE:

Segundo Althusser, a dualidade família-igreja foi substituída por família-escola. Este primeiro ponto é essencial para que consigamos entender a ruptura ou transição histórica da religião para a ciência, os conhecimentos, o saber. [...] pensamos que o aparelho ideológico de Estado que foi colocado em posição dominante nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classes política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, é o aparelho ideológico escolar [...] Podemos acrescentar: o duo escola-família substituiu o duo igreja-família (ALTHUSSER, 1980, p.60- 62).

Conforme o autor, o aparelho ideológico escolar e a luta de classes no interior

das escolas manifestam-se de forma predominante como luta ideológica, pela manutenção das ideologias hegemônicas, das classes dominantes e a resistência a essa imposição além da busca da construção de uma nova hegemonia. A escola, em seu papel de transmissora da cultura das classes dominantes, se constitui em importante instrumento de construção e manutenção da hegemonia ideológica, por meio do ensino e de outras formas ideológicas no seu interior.

O aparelho ideológico escolar abrange todas as crianças, de todas as classes, e vai reproduzir a ideologia dominante, num processo que parece natural, pois a escola é valorizada pela sociedade, uma vez que no ideal das pessoas, sem a educação elas terão dificuldades de progredir na vida. Assim, as crianças aceitam essa ideia de dominação de uma classe pela outra e a escola então se torna um Aparelho Ideológico de Estado por excelência.

Nesse sentido, vale a transposição das ideias de Althusser para confrontar com a Lei da Reforma do Ensino Médio no Brasil que, considerando o papel ideológico das políticas educacionais, precisa se consolidar com a consciência social. Para tanto, se torna necessário entender a lógica global e seu sistema de produção e de mercado, que usa a educação como forma de servir ao capital e a reprodução do capitalismo.

Considerando os conflitos e as questões que envolvem a formação humana e humanística, por meio da educação escolar, as análises não podem se prender apenas à discussão do currículo e da Base Nacional Comum Curricular, como forma de resolver ou aprimorar a educação dos jovens do Ensino Médio no Estado, tampouco às mudanças legais sem um aparato que considere as diferentes “juventudes” e suas relações regionais, culturais, respeitando as suas expectativas em relação à formação escolar de qualidade. Torna-se necessário compreender a realidade do País e do Estado no que tange às diferentes situações sociais e econômicas de cada região.

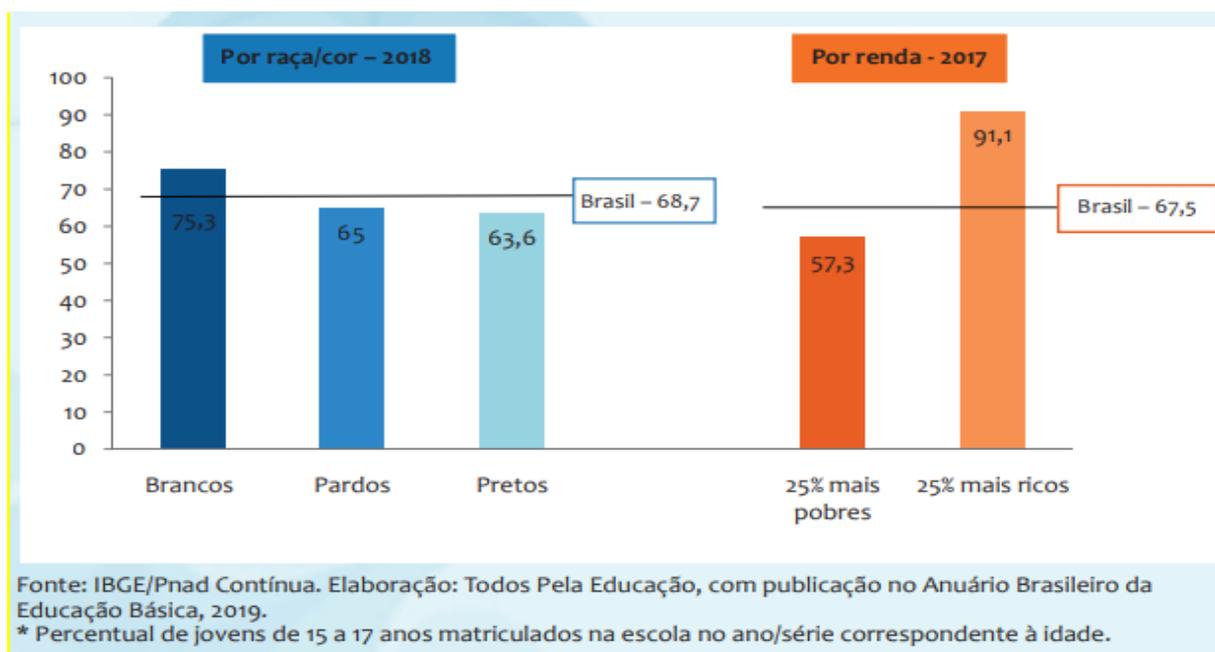
### 3.2. A REALIDADE DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E A BNCC

*Não basta saber ler que “Eva viu a uva”. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.*

*Paulo Freire*

A realidade do Ensino Médio no Brasil é muito diversa, a começar pela estrutura das unidades escolares, pelo acesso às escolas, pela condição social do educando e dos educadores. Os dados a seguir demonstram o distanciamento das classes sociais por renda, cor, região e gênero. Pensar uma Base Nacional Curricular diante dessa realidade é um desafio. A partir dessas reflexões, faz-se necessário entender qual é o propósito da Reforma do Ensino Médio, a quem essa reforma atenderá e quais possibilidades viáveis de melhora na base curricular essa reforma poderá proporcionar para minimizar as desigualdades.

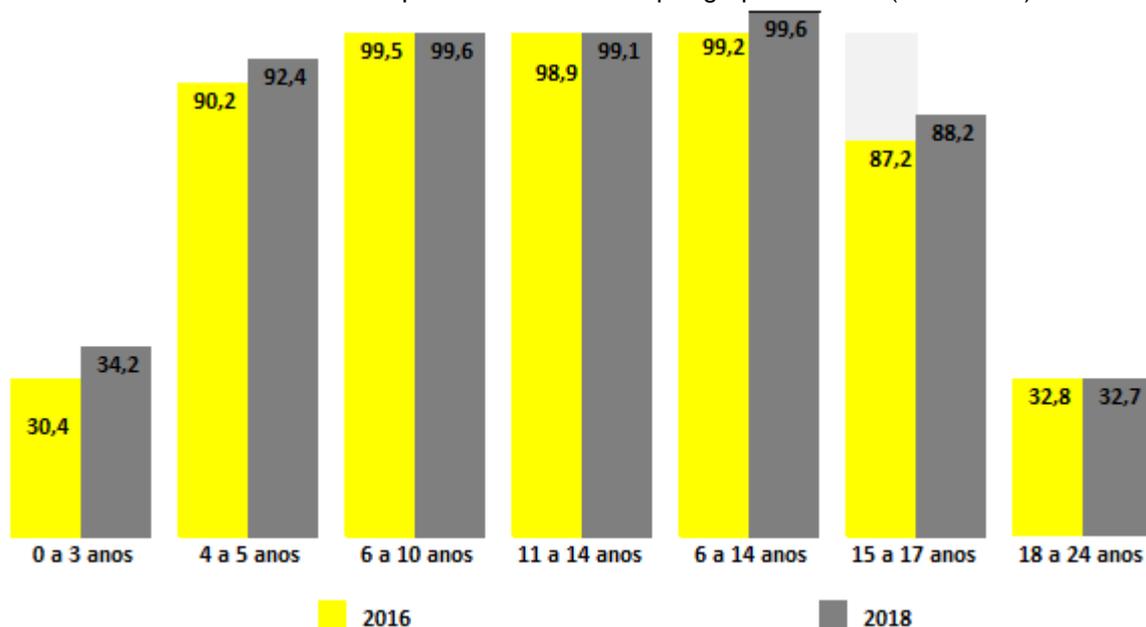
**Gráfico 7** Observatório das Desigualdades



No **Gráfico 7**, o percentual de matrícula no Ensino Médio, com dados por raça/cor e renda relacionados à correspondência entre idade/série e idade (2017/2018) apontam que 75,3% de estudantes brancos, entre 15 a 17 anos, estão matriculados na escola no ano/série correspondente à idade adequada. Tem-se o percentual de 65 % para estudantes pardos e de 63,6% para estudantes declarados pretos, sendo que a maior distorção recai sobre a população que se declara preta. Por renda, entre os 25% das matrículas dos mais pobres, 57,3 correspondem à

série/ano com idade adequada, e entre os 25% dos mais ricos, o percentual aumenta para 91,1%. Isso significa que os mais pobres e pretos configuram o grupo de jovens com maior distorção série/ano relacionado à idade.

**Gráfico 8** Taxa de Frequência escolar bruta por grupo de idade (2016/2018)

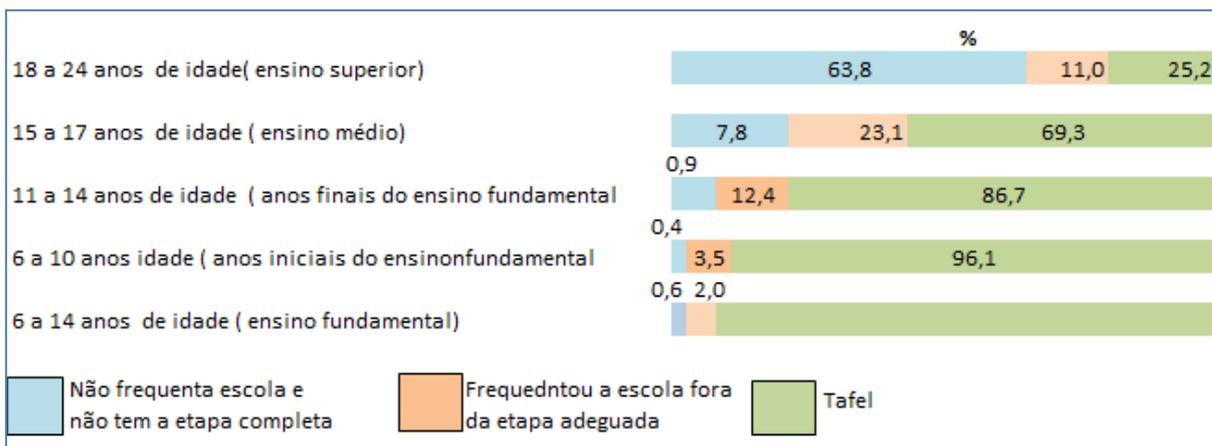


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-IBGE (2016/2018)

O **Gráfico 8** demonstra que a taxa de matrícula entre estudantes de 15 a 17 anos, período com idades adequadas para a frequência no Ensino Médio, está distante para a meta de universalização dessa etapa da educação básica.

De acordo com o resultado da Síntese de Indicadores Sociais 2019 (IBGE, 2019), a taxa bruta de frequência escolar dos estudantes de 6 a 14 anos de idade estava próxima da universalização. Por sua vez, a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade, que frequentava escola, foi de 88,2%. Em 2018, apresenta um valor que precisa ser ampliado para o cumprimento da meta 3 do PNE, a qual prevê a universalização da frequência à escola dessa faixa etária, até 2024.

**Gráfico 9** Adequação idade-etapa para pessoas entre 6 a 24 anos de idade, por grupo de idade e nível de ensino. Brasil (2018)



Fonte: IBGE, pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (2016/2018).

NOTA: TAFEL: Taxa ajustada de frequência escolar líquida, ou seja, frequenta escola na etapa adequada ou já concluiu a etapa.

Pelos números do **gráfico 9**, e pelos estudos realizados, sabe-se que a evasão e a distorção são mais presentes no Ensino Médio, infere-se que ocorra em razão da necessidade dos educandos de buscar renda para sua sobrevivência e a indisponibilidade de tempo para a dedicação mínima aos estudos ou às aulas presenciais. Para dirimir esta situação, será necessário investimento em políticas sociais e de renda, que possam garantir a permanência dos estudantes na escola.

As experiências em atrelar a política social às políticas educacionais, a exemplo das cotas e do Programa Bolsa Família, são positivas, mas ainda não minimizaram as desigualdades, visto que, na atual conjuntura, a distância entre ricos e pobres vem aumentando e essa vulnerabilidade social se apresenta em múltiplas dimensões.

Esse desafio precisa ser vencido. Em artigo publicado no 18º Seminário sobre Economia Mineira, em Diamantina, no ano de 2019, Souza. *et.al* (2019) afirma:

A vulnerabilidade social resulta de uma série de fatores sobrepostos. Entre os fatores destacam-se as dimensões educação, trabalho e renda. A desigualdade educacional entre a população é um dos fatores que dificulta a inserção qualificada no mercado de trabalho, contribuindo para a insuficiência e desigualdade de renda. Por outro lado, a necessidade de trabalho para aumentar a renda também dificulta uma trajetória regular no sistema de ensino, prejudicando o alcance de níveis mais altos de escolaridade. Para romper este ciclo vicioso, é necessário o aumento e focalização da oferta de serviços e políticas públicas. (SOUZA, *et .al*, 2019, s/p)

Grande parte dos adolescentes e dos jovens, principalmente os que estudam em escolas públicas, está em busca de qualificação educacional para o mercado de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, tem dificuldades em permanecer na escola, devido à necessidade de trabalhar e obter renda para seu próprio sustento, ou para ajudar no sustento da família. Assim sendo, a evasão é crescente nessa fase do ensino, principalmente no turno da noite.

No caso da EJA, a situação é mais séria. A modalidade poderá ser totalmente desenvolvida à distância, o que prejudicará não só a aprendizagem, mas a convivência, as trocas de saberes no ambiente escolar. Sem contar que não fica claro, na BNCC, como será organizada essa estrutura de aulas à distância.

Outra questão fundamental para entender a dimensão da reforma e a importância da Base Curricular é saber: que jovem a escola recebe para cursar o ensino médio? Como ele chega à escola e para quê? Qual é o lugar social desse jovem? E quem são os educadores e a coordenação pedagógica que recebem e trabalham com esses estudantes?

Na obra, “Juventude e Ensino Médio”, organizado por Juarez Dayrell, Paulo Carrano e Carla Linhares Maia, os autores debatem os conflitos vividos pelas escolas, pelos professores e pelos estudantes. Diante dos conflitos entre os pares da escola, os jovens têm sua opinião que quase sempre é a mesma. Os autores relatam a seguinte situação:

Para grande parte dos jovens, a instituição parece se mostrar distante dos seus interesses e necessidades. O cotidiano escolar é relatado como sendo enfadonho. Jovens parecem dizer que os professores pouco acrescentariam à sua formação. A escola é percebida como “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.112).

Nesta reflexão, há uma distância entre a expectativa dos educadores sobre a dos educandos, bem como entre o que a escola oferece e o que atrai esses jovens. Dessa maneira, é preciso considerar que a escola não é um fim em si mesmo. A escola é a continuidade do mundo lá fora, das contradições, da diversidade, das desigualdades sociais. É natural que, ao colocarmos tantas diferenças em um mesmo espaço, os conflitos apareçam.

Nesse sentido, precisamos dialogar com a sociedade, de forma permanente, o desafio de organizar um currículo que se aproxime cada vez mais da realidade dos estudantes, a começar pelo conceito de juventude, de escolarização e do próprio currículo. Para os autores, não existe apenas uma juventude com perfil único, que se identifica apenas pela idade.

A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem. Ela assume uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social. Nesse, o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias de sua vida, desde a dimensão afetiva até a profissional. Essa realidade ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos. As distintas condições sociais (origem de classe e cor da pele, por exemplo), a diversidade cultural (as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares etc.), a diversidade de gênero (a heterossexualidade, a homossexualidade, a transexualidade, por exemplo) e até mesmo as diferenças territoriais se articulam para a constituição dos diferentes modos de vivenciar a juventude. (DAYRELL Juarez e CARRANO, p.112)

Diante dessa realidade tão plural, vale refletir sobre quem é este jovem que está ingressando na escola; qual é o seu lugar social; qual é o seu perfil.

Na perspectiva de analisar os dados sobre o Ensino Médio em Minas Gerais, passamos, no tópico a seguir, a apresentar o resultado de uma Pesquisa realizada pela Secretaria de Educação de Minas Gerais, em 2019, por meio de aplicação de questionário online, enviados às escolas públicas, a fim de coletar a opinião dos estudantes acerca da escola, da organização curricular e os anseios dos jovens quanto ao novo ensino médio.

### **3.2.1. Pesquisa “Dia do Currículo” SEE/MG/2019.**

Lançamos mão da utilização dos dados coletados pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por considerar que as questões levantadas por essa instituição atendem os nossos objetivos e ajudam a revelar os problemas e hipóteses apresentadas sobre a Reforma do Ensino Médio.

Na pesquisa do Governo de Minas Gerais, realizada pela Secretaria do Estado de Educação de MG, com a ação denominada “Dia do Currículo” foram levantados alguns dados sobre a situação das escolas, os anseios dos jovens e a organização do currículo. A pesquisa foi por meio de aplicação de questionário *online* para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, em 798 municípios mineiros, com abordagem em 3571 (três mil quinhentos e setenta e uma) unidades

escolares, com estudantes do 8º e 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino médio. O número de estudantes do Ensino médio abordou 17% de estudantes do terceiro ano, 21%, de estudantes do segundo ano e 26% do estudantes do primeiro ano, totalizando 64% de estudantes do Ensino Médio a responderem o questionário, do total de estudantes consultados.

Das perguntas realizadas, cabe destaque para algumas que apontam para o desejo dos estudantes, suas expectativas e possibilidades de escolha dos itinerários, considerando a seguinte escala de referência:

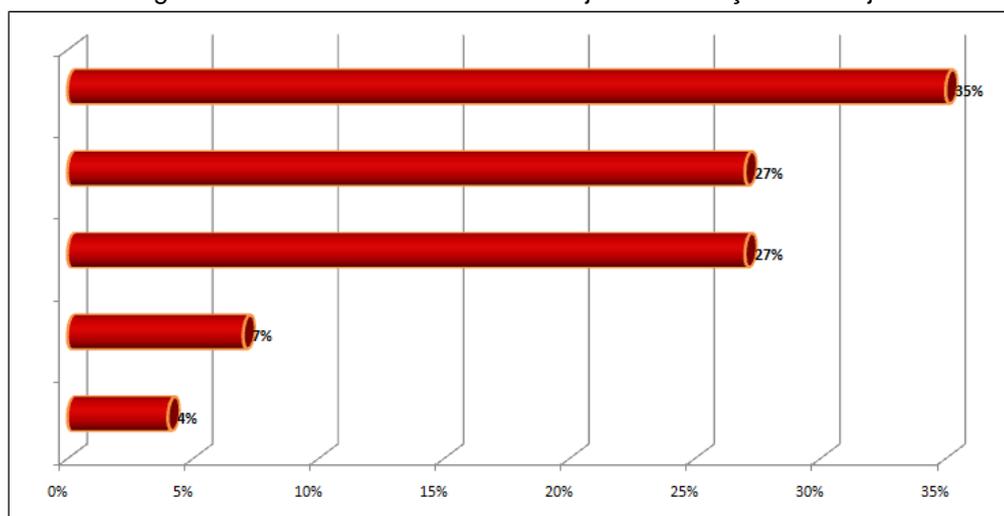
**Quadro 4** Referência para resposta da pesquisa

5	4	3	2	1
Demais	Sim	Mais ou menos	Pouco	Nada

Fonte: Pesquisa Dia do Currículo SEE/MG (2019)

Passaremos a destacar algumas perguntas que nos ajudaram a entender a opinião dos estudantes, implicados diretamente na reforma do Ensino Médio.

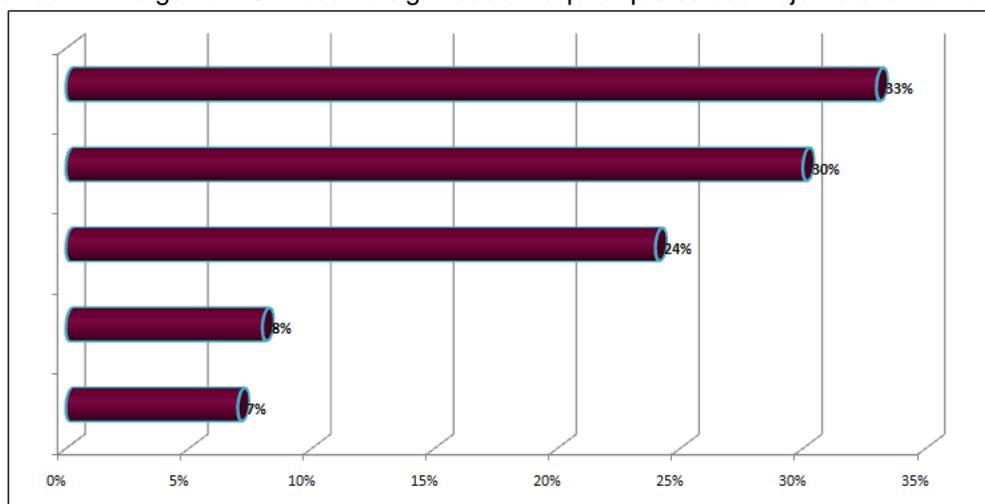
**Gráfico 10** Pergunta 2.2. O ensino médio atual te ajuda a alcançar seus objetivos de vida?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

O **Gráfico 10**, acima, aponta que 35% dos alunos consideram que o ensino médio ajuda demais a alcançar seus objetivos; 27% acham que ajuda sim; 27% consideram que ajuda mais ou menos; 7% acreditam que ajuda pouco e 4% que não ajuda em nada. Os números mostram que a maioria valoriza o Ensino médio e a escola como forma de realização das expectativas, seja para alcançarem um lugar no mercado de trabalho e melhorar a vida, seja para buscarem novos horizontes na universidade.

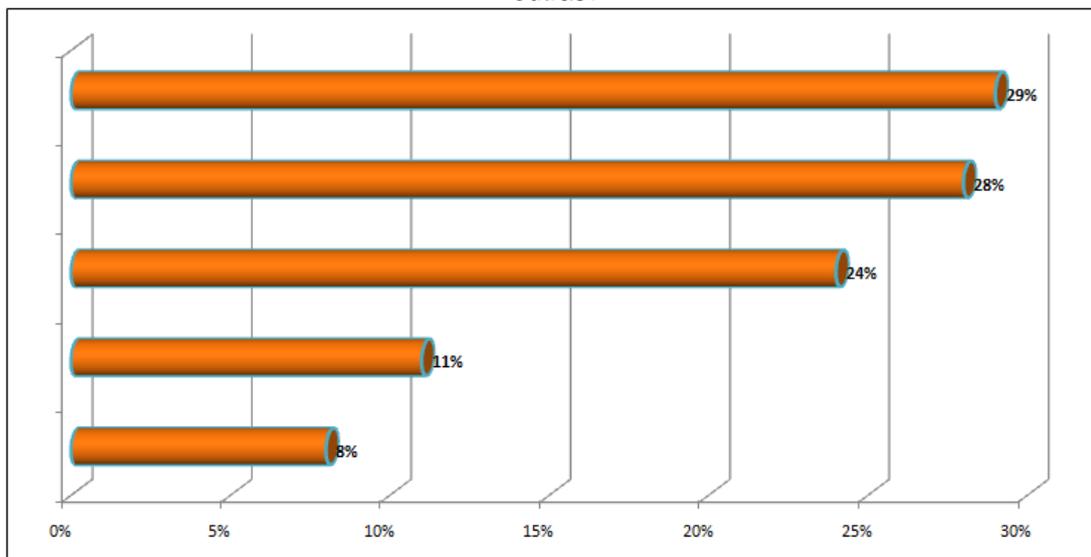
**Gráfico 11** Pergunta 2.3. Você vê significado naquilo que estuda hoje no ensino médio?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Percebe-se, na escala de referência, que 33% dos estudantes veem total significado (demais) no que estudam; somado ao número de 30% dos estudantes que responderam (sim). Observa-se então que um percentual de 63% de estudantes veem significado naquilo que estudam. Entretanto, se somarmos os grupos que veem pouco ou nenhum significado no que estuda, essa soma será de 39%. Pode-se considerar um percentual significativo, que precisamos entender.

**Gráfico 12** Pergunta 2.4. A sua escola te ajuda a definir o que você irá fazer no futuro e a desenvolver competências relacionadas à sua capacidade de se organizar, ser responsável, agir de forma cooperativa, compreender o ponto de vista dos outros, ter estabilidade emocional, entre outras?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Nesse caso, a maioria dos estudantes concorda que a escola colabora com as decisões dos estudantes para o futuro, o que nos mostra que eles confiam na instituição e que, na visão deles, a escola oferece suporte emocional para que eles façam suas escolhas. Porém, entre a soma dos números positivos,  $(29\%) + (28\%) = (57\%)$  que acreditam na ajuda da escola e o negativo,  $(24\%) + (11\%) + (8\%) = (43\%)$  que acreditam pouco ou não acreditam a diferença é de 14%. Isso mostra que ainda se apresenta um número significativo de estudantes que não veem na escola um lugar de apoio para os planos do futuro.

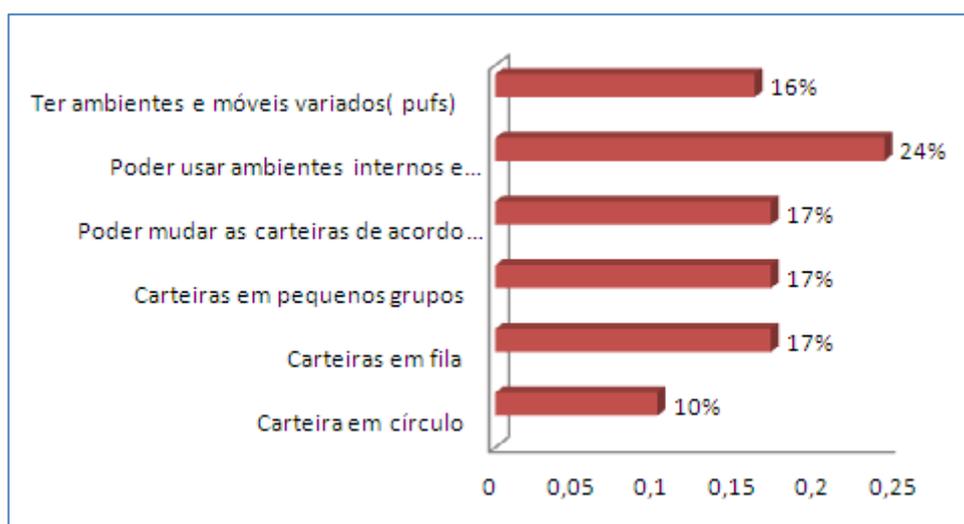
**Gráfico 13** Pergunta 2.5 Como você aprende mais?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Nesse gráfico, a pergunta é direta, sem a escala de referência. Percebe-se que os estudantes consideram importante a presença do professor como referência 28%, e grande parte aprende na interação com o grupo, 19%, e a maioria tem dificuldades em estudar sozinho, 12%. Essa realidade confirma a ideia de que a interação e a mediação são fundamentais para que se alcance a aprendizagem.

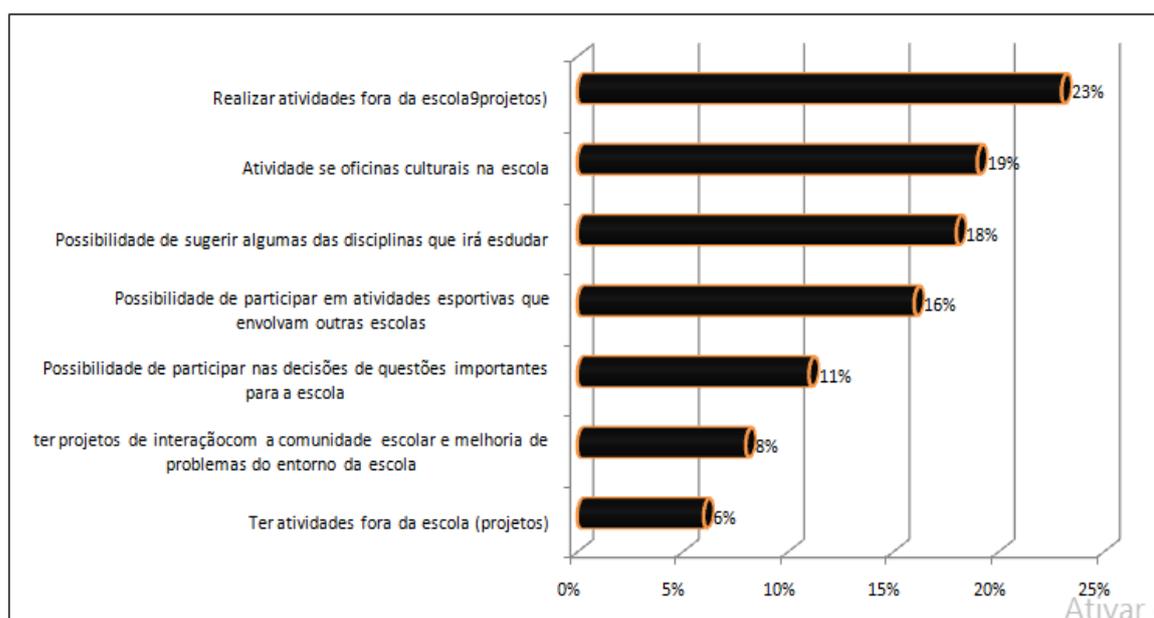
**Gráfico 14** Pergunta - 2.6 Dentre as alternativas, como seria a organização da sala de aula ideal para você.



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

No **Gráfico 14**, percebe-se que a organização tradicional e majoritária no espaço escolar, com carteiras enfileiradas,(17%), apresentam a menor adesão entre os estudantes. Em sua maioria, os educandos optam por organizações espaciais mais flexíveis dentro e fora da sala de aula, ou seja, buscam novas possibilidades no processo de mediação com os professores, em que a organização do espaço e do mobiliário traduza um desejo pelo novo e uma ruptura com a rotina: uma outra concepção pedagógica.

**Gráfico 15** Pergunta 2.7: Que tipo de iniciativas você gostaria de ter na sua escola atual?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Nessas respostas, os estudantes apontam para um desejo de praticar suas atividades fora da escola ou com atividades diferenciadas dentro da própria escola. Mais uma vez, a maioria dos estudantes, 23%, apresenta a vontade de realizar experiências fora da escola. Isso reafirma a ideia de que a escola, embora se configure como o lugar de referência para os estudantes, precisa se articular com outros processos educativos na comunidade e nos territórios da cidade. A cultura, o lazer e o esporte, significados como oportunidades educativas pelos estudantes, são linguagens e manifestações que mobilizam fortemente a juventude e evidenciam a escola como instituição do Estado, com maior capilaridade na nossa sociedade, onde uma parcela significativa da população a elege para promover a ampliação e acesso a outros direitos sociais: nela ou por meio dela.

**Gráfico 16** Pergunta 2.8: Quais formas de avaliação são melhores para se aprender mais?

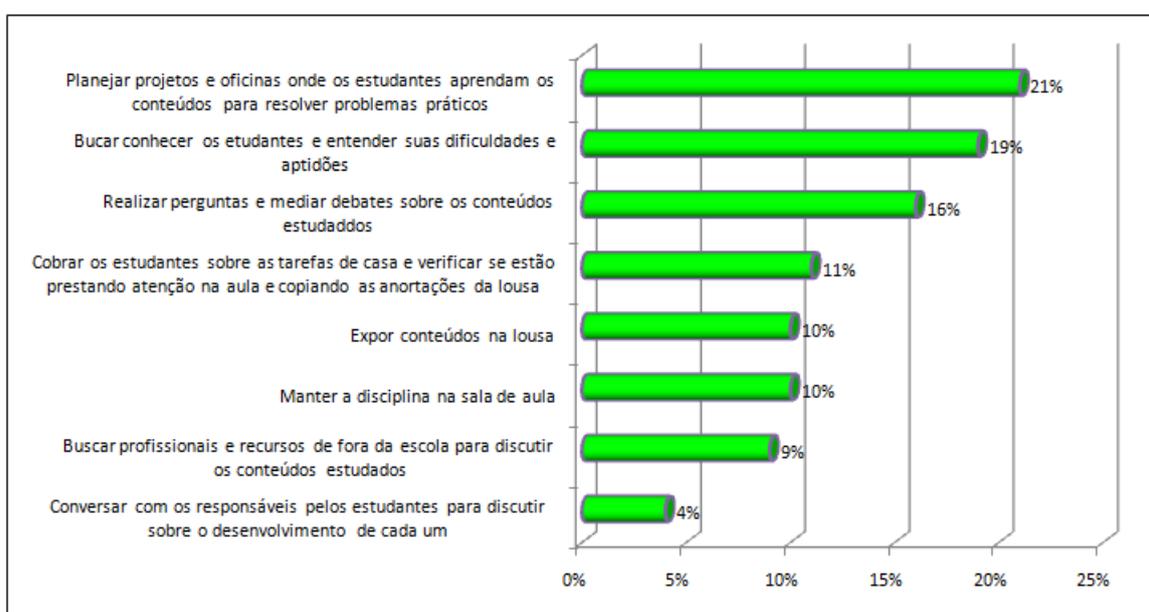


Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

A maioria dos estudantes gosta de trabalhos em grupo, oficinas e avaliações coletivas. Por isso, 32% gostariam de ser avaliados por meio de projetos. Mas ainda temos somados 18% que preferem provas bimestrais e 14% que optam por avaliações, ou seja, um total de 32% prefere a prova. Embora a prova seja o instrumento de avaliação mais utilizada nas escolas e nos testes nacionais, há um desejo patente de mudanças neste quesito. Isso demonstra que as escolas, redes e

sistemas educacionais insistem em processos tradicionais de avaliação, quase sempre traduzidos em provas com escalas quantitativas. As respostas majoritárias captam um desejo de diversificação e flexibilização do conhecimento construído. Em pleno século XXI, os estudantes estão dizendo que reconhecem o valor da avaliação, mas professores e instituições escolares precisam ampliar o repertório dos instrumentos avaliativos com métodos e estratégias que dialogam com as juventudes.

**Gráfico 17** Pergunta 2.9: Quais devem ser os papéis dos (as) professores (as) em sua escola?

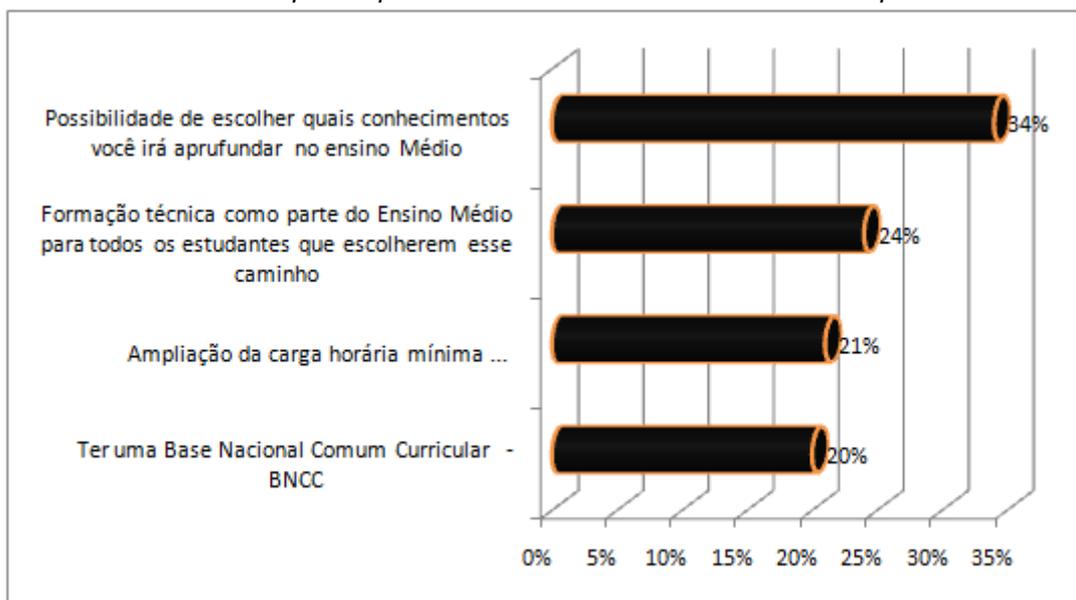


Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Mais uma vez, os estudantes anseiam por atividades que tenham significado prático para sua aprendizagem e querem que os professores compreendam suas dificuldades.

Até aqui, fica claro o perfil do estudante, seus desejos e suas necessidades, o que o estudante quer ao interagir com a escola e com a comunidade, suas preferências, o que pensa sobre as atividades coletivas, o que quer aprender dentro e fora da escola e o que espera dos professores para ajudá-los na caminhada escolar. A partir de agora, o questionário entrará na parte da pesquisa que aponta alguns aspectos sobre a Reforma do Ensino Médio.

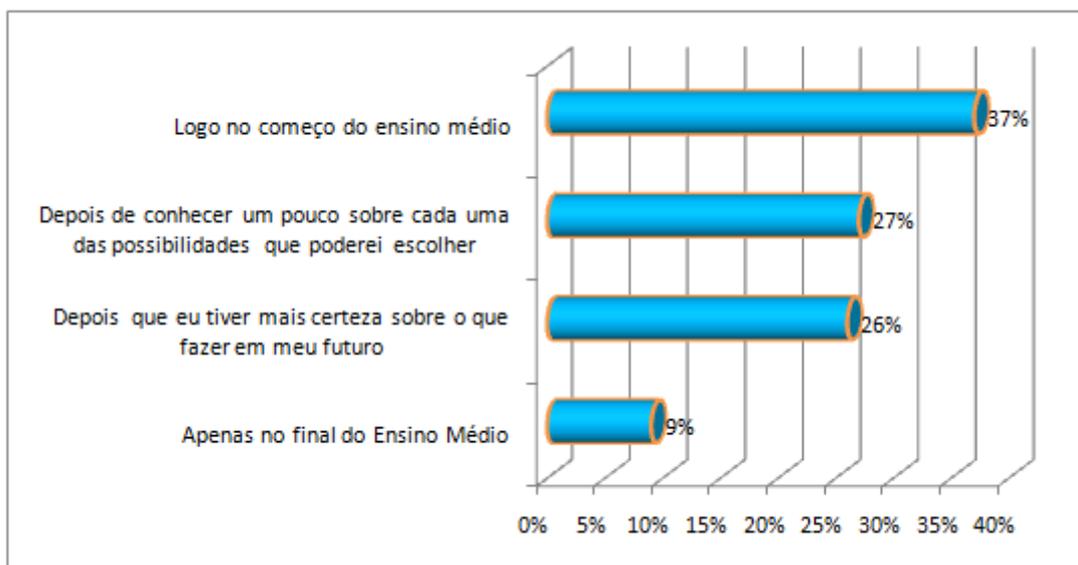
**Gráfico 18** Pergunta 3.1: Abaixo estão listadas algumas das mudanças que irão ocorrer no ensino médio. Assinale aquelas que você conhecia antes de realizar esse questionário:



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Um dos pontos mais debatidos, visados e tornados públicos pelo governo é a flexibilização do currículo. Parte considerável dos estudantes, 34%, já conhecia a essa proposta. Essa informação foi muito difundida nas propagandas oficiais. O gráfico 18 reflete aquilo que pensa o estudante sobre a reforma. Ele acredita que irá escolher seu currículo, mas essa possibilidade será indireta, uma vez que a instituição é que fará a escolha dos itinerários para ofertar. Percebe-se também um desejo dos estudantes, 24%, pelo itinerário de formação técnica, lembrando que essa pesquisa se realizou nas escolas públicas do Estado.

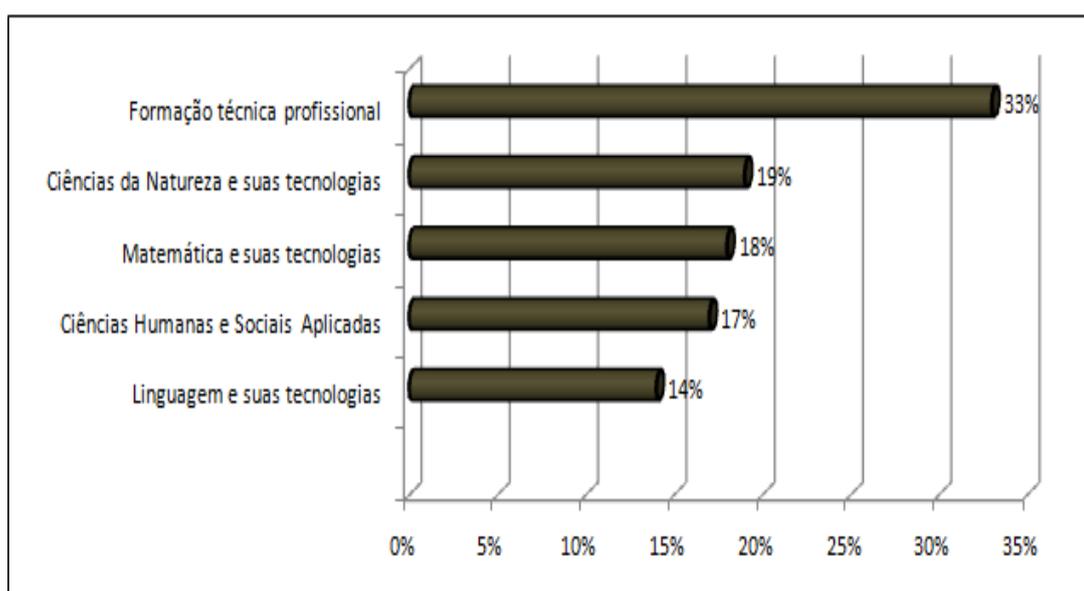
**Gráfico 19** Pergunta 3.2: Quando você gostaria de começar a escolher parte das matérias que irá realizar no Ensino Médio?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Percebe-se no **Gráfico 19**, a partir dos dados, que a maior parte dos estudantes deseja a possibilidade de escolher as matérias. Fica explícito que o estudante responde positivamente com a possibilidade da escolha. Entretanto, não há uma prevalência da temporalidade mais adequada, o que nos mostra indícios de informações ainda limitadas para uma escolha plenamente consciente.

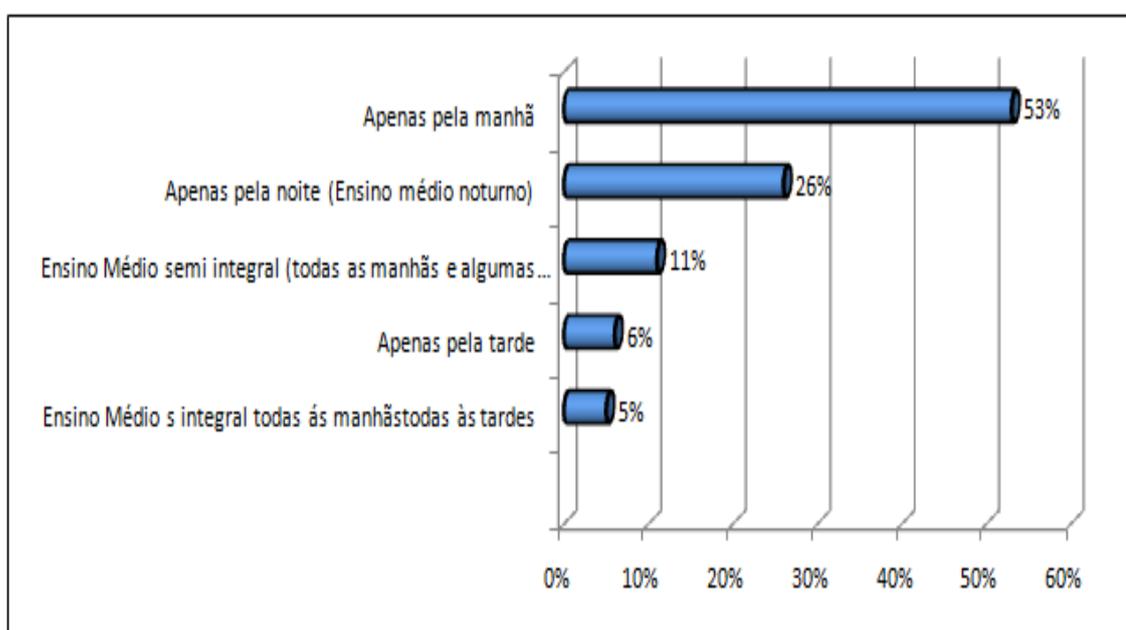
**Gráfico 20** Pergunta 3.3 Qual área do conhecimento você teria mais interesse em se aprofundar?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Mais uma vez, lembrando que essa pesquisa foi realizada em escolas públicas do estado de MG, o retrato da realidade social dos estudantes se conecta com o retorno dado à pergunta, pois uma parte considerável de estudantes pensa em uma formação profissional, 33%, dada a situação econômica em que muitos vivem. Isso mostra que a necessidade do itinerário formativo, para a formação técnica profissional, é uma forma de ingresso no mercado de trabalho e expectativa da melhoria das condições de vida.

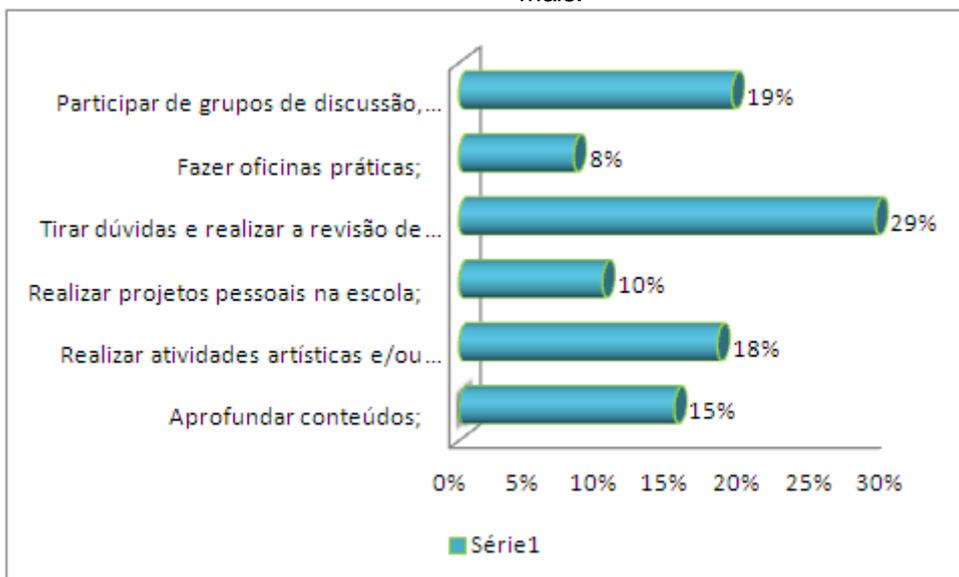
**Gráfico 21** Pergunta 3.5: Se você tivesse a oportunidade de escolher em qual (is) turno(s) você se matricularia?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Os estudantes que geralmente optam pelo ensino médio noturno são aqueles que têm como horizonte o trabalho. Entretanto, ao perceber que a maioria de estudantes escolheu o turno da manhã, pode-se traduzir, por um lado, o desejo dos pais e, por outro, que uma parte significativa dos jovens almeja se dedicar exclusivamente aos estudos, rompendo com uma ideia pré-concebida de que poderiam escolher o turno da noite com objetivo de ingressar numa atividade laboral.

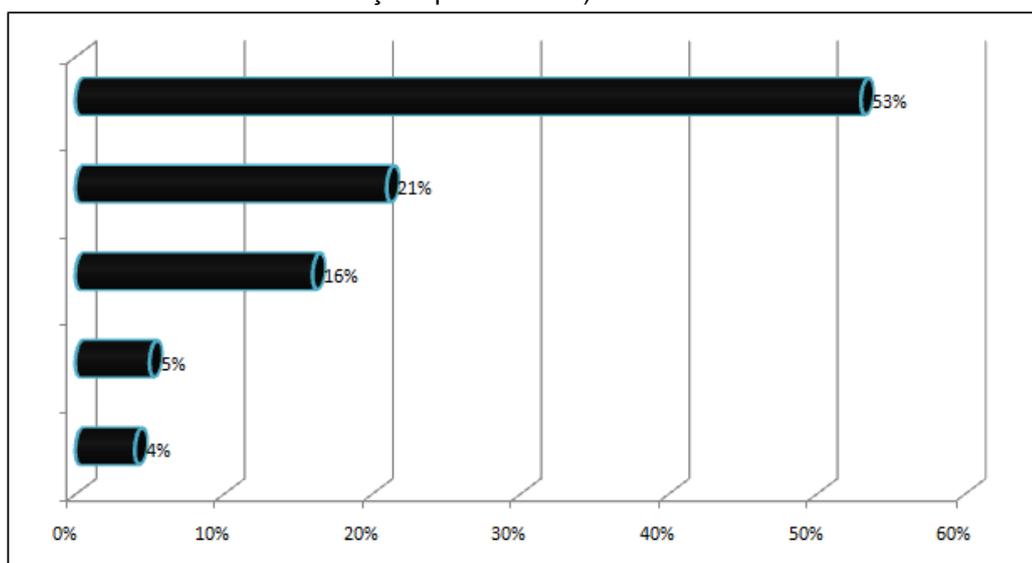
**Gráfico 22** Pergunta 3.7: Se sua escola tivesse 1 hora a mais por dia, o que você gostaria de fazer mais.



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Mais uma vez os adolescentes e jovens querem realizar atividades lúdicas e recreativas para além das atividades em sala de aula. Oficinas, 18%, atividades lúdicas e esportivas, 29%. A o passo que 34% reproduzem a ideia da escola com a lógica de conteúdos fragmentados. O dado reafirma o desejo dos estudantes em estabelecer conexões dos conteúdos escolares com atividades diversificadas nas áreas da arte e da cultura.

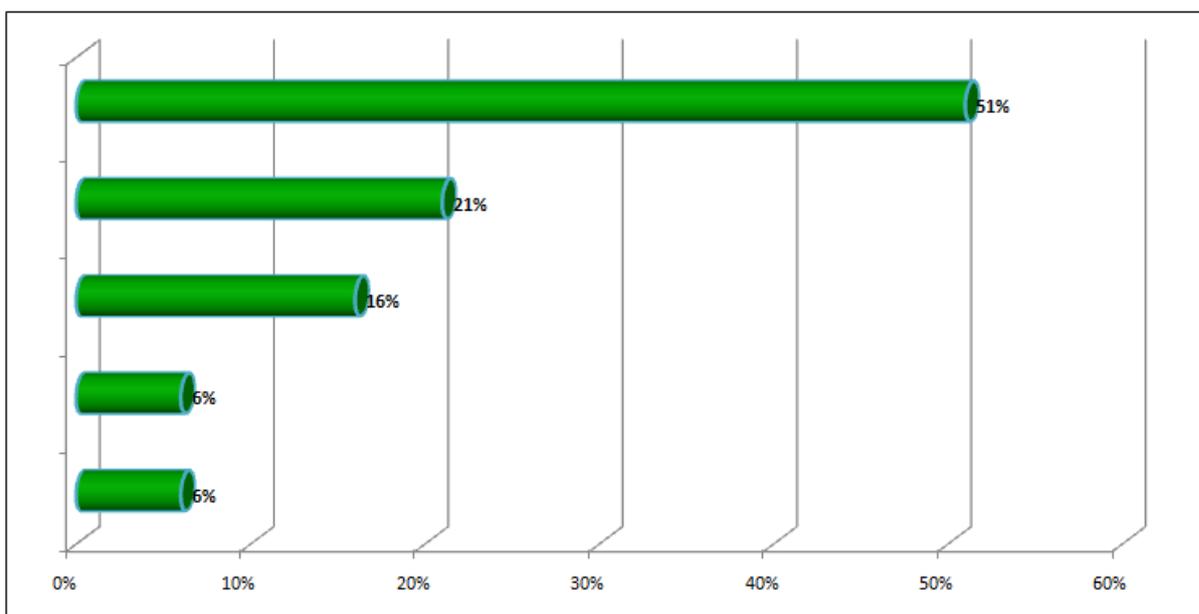
**Gráfico 23** Pergunta 3.8: Você gostaria de fazer algum tipo de formação técnica e profissional (cursos técnicos e habilitações profissionais) durante o Ensino Médio?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Essas respostas retomam a escala inicial. As respostas apontam para um desejo de formação técnica profissional que se alinha com a necessidade dos estudantes de buscarem sua profissão e emprego e reafirma a resposta dada na pergunta 3.3 do questionário, quanto ao itinerário formativo. Voltando à escala de referência, a maioria quer demais o itinerário de formação profissional, (53%), outros (21%) responderam sim e (16%), mais ou menos. Uma minoria, (5%), pouco e (4%) nada.

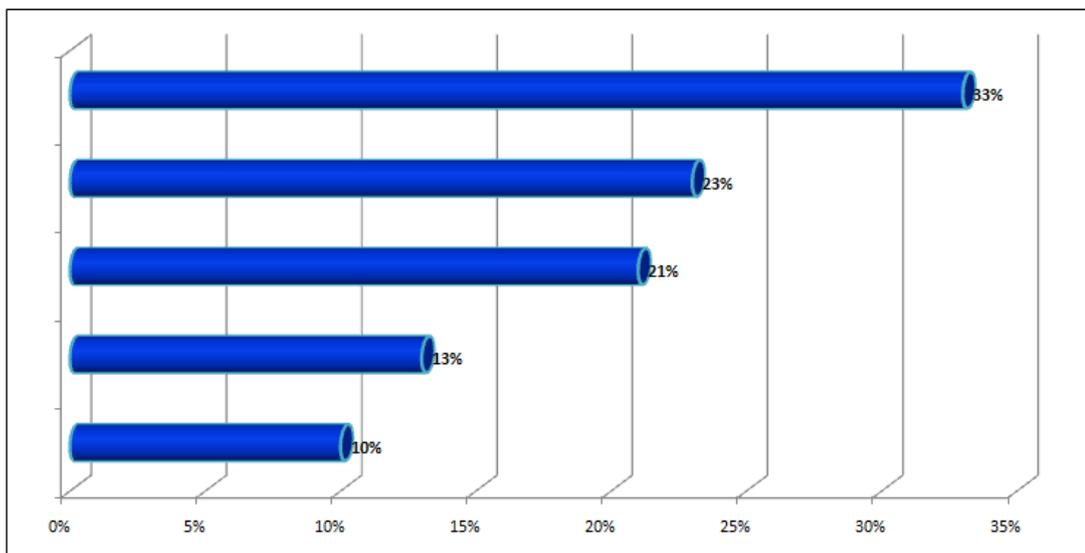
**Gráfico 24** Pergunta 3.9: Você gostaria de fazer cursos técnicos, aqueles que levam até 2 anos para sua conclusão e no fim te dão um diploma técnico?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Nesta questão, a resposta novamente aponta para a um desejo dos educandos em ter uma formação técnica, ainda que o tempo escolar seja reduzido. A escala dos que querem demais a formação é de 51%, ainda que esta seja acelerada, com redução de currículo; somados aos 21% que desejam essa configuração, torna-a significativa, em detrimento dos que desejam “mais ou menos” essa formação, 16%; Pouco (6%) e nada (4%).

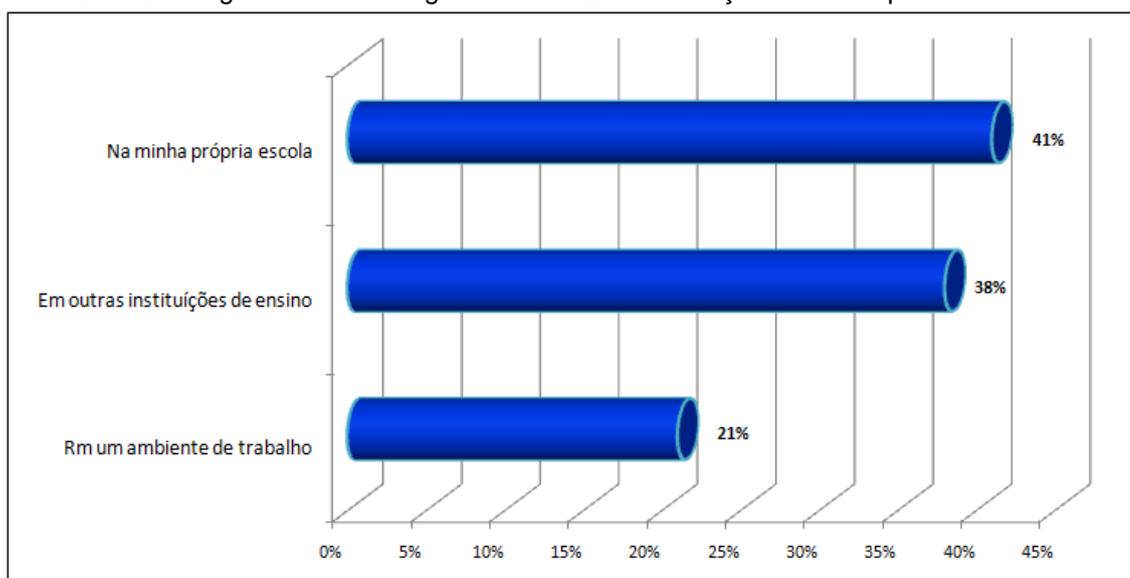
**Gráfico 25** Pergunta 3.10 Você gostaria de fazer habilitações profissionais de menor duração, que podem ser feitas em até 1 ano e que te preparam para o mercado de trabalho, apesar de não oferecerem um diploma



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

A resposta da maioria dos estudantes aponta para a necessidade de adquirir uma profissão de maneira formal pelas escolas. Demais e sim na escala, somando 56%, ainda que esta não seja legalmente reconhecida. Nessa questão, há uma pequena diferença, no caso, 54% e os que respondem “mais ou menos”, pouco ou nada,

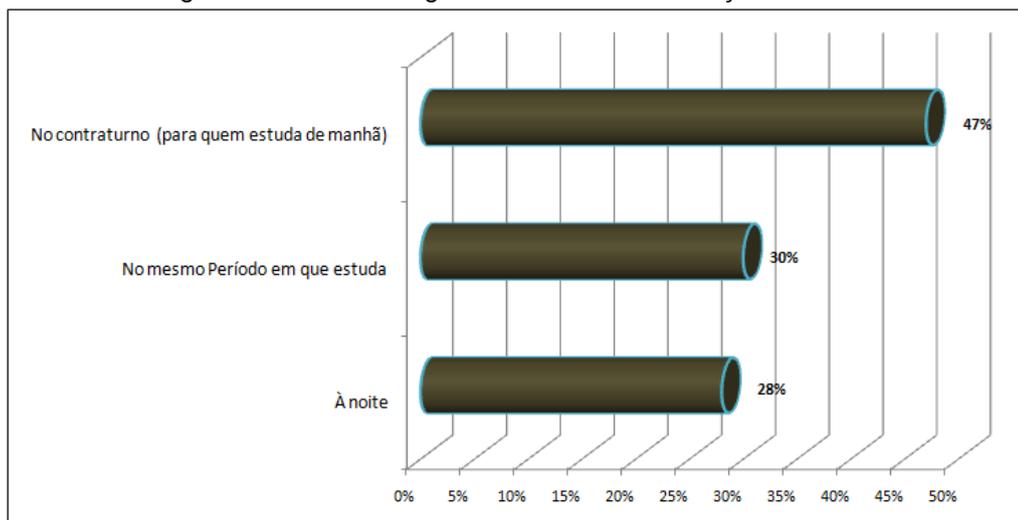
**Gráfico 26** Pergunta 3.11 Onde gostaria de fazer a formação técnica e profissional?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

A resposta, entre a maioria dos estudantes, aponta para o desejo de que a própria escola possa ofertar a formação Técnica Profissional. O que nos faz inferir que a escola é uma grande referência para os estudantes, pois 41% querem a própria escola e 38%, querem outra instituição de ensino. Aqui também reforça o desejo dos estudantes em ter atividades fora da escola, 38%.

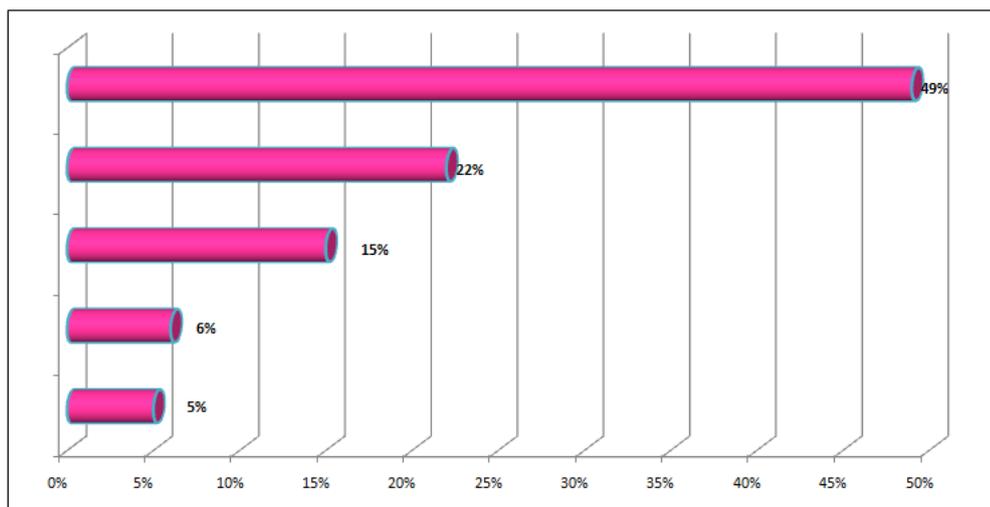
**Gráfico 27** Pergunta: 3.12 Quando gostaria de fazer a formação técnica e Profissional?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo”- enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

O fato a maior parte escolher o contraturno, 47% pode estar ligado ao desejo de muitos almejem o ensino profissionalizante, concomitante, à formação no Ensino médio. Pode-se inferir que eles têm uma relação de pertencimento com a escola.

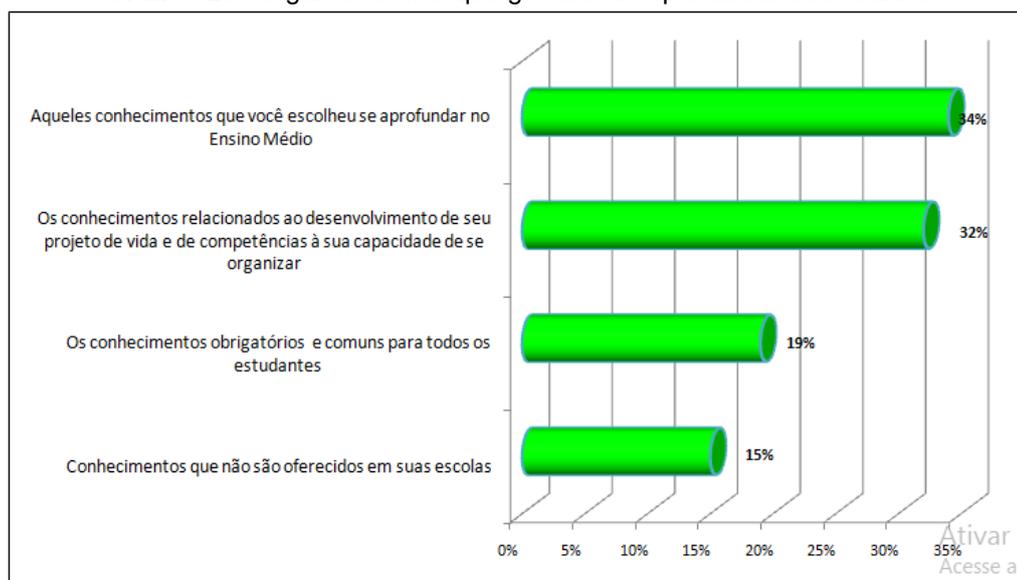
**Gráfico 28** Pergunta 3.13 Gostaria de ter aulas em vídeo com professores (as) especialistas em suas áreas, sempre com um professor de sua escola presente na sala de aula?



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

A resposta dos estudantes, no **Gráfico 28**, aponta para o desejo de que as escolas trabalhem com recursos audiovisuais, mas tendo por perto a presença do professor. O professor continua tendo um papel importante na mediação da aprendizagem, de acordo com a pesquisa. O desejo de ter o apoio dos professores por parte dos estudantes, dentro da escala de referência, se somado entre os que desejam demais, 49% e os que responderam sim, 22%, totaliza 71% dos entrevistados, um número significativo, diante daqueles que fazem pouca ou nenhuma questão, 27%. (verificar a escala de referencia acima)

**Gráfico 29** Pergunta 3.14. O que gostaria de aprender nessas aulas?

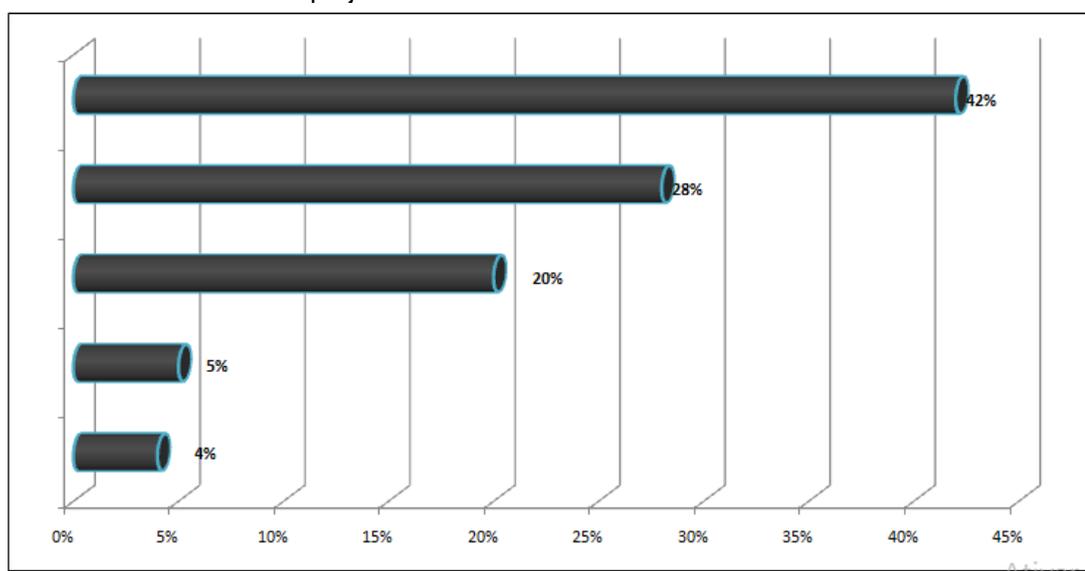


Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Essa resposta merece ser analisada em face da escolha do itinerário formativo técnico profissional que se reflete nas questões 3.3 e 3.6. De acordo com

a resposta da questão 3.14, é possível inferir que o projeto de vida dos estudantes está centrado na formação profissional e, quando o estudante aponta também a escolha do itinerário que quer aprofundar, fica nítido que o aprofundamento se refere à base técnica profissional, pois 34% corresponde a uma maioria que tem um itinerário definido. E sobre os 32% que responderam “projeto de vida relacionado ao conhecimento”, pode-se inferir Ensino Médio e profissionalizante, já que nessa pesquisa a maioria mostrou interesse pelo itinerário técnico profissional, ofertado na escola ou fora dela, sem o abandono das instituições.

**Gráfico 30** Pergunta 3.15. Você gostaria de ter um tempo específico para o desenvolvimento de seu projeto de vida durante o Ensino Médio?

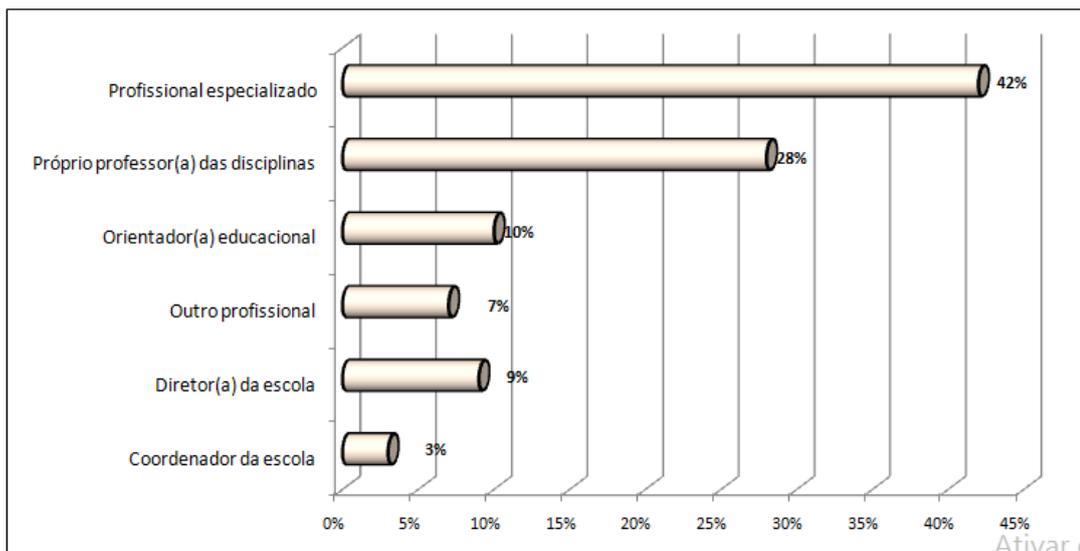


Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

As respostas dos estudantes reforçam a necessidade de ter um maior tempo para se dedicar àquilo que escolheu para estudar, nas suas especificidades, 42%. Isso evidencia o desejo de itinerários específicos. Se essa é uma demanda dos estudantes e indica que os eles não estão sendo atendidos em seu desejo.

(verificar escala de referencia acima)

**Gráfico 31** Pergunta 3.16 Quem você acha que deveria trabalhar o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes



Fonte: Relatório do “Dia do Currículo” - enviado pela SEE/MG para as escolas (2019).

Essa questão pode ser comparada à pergunta 3.13. Percebe-se que a maioria dos estudantes quer o professor na sala, como um mediador de conhecimento. Mas, quando se trata de um conhecimento específico profissional, ligado ao seu projeto de vida, que no caso se configura como formação técnica profissional, 45% desses estudantes querem alguém específico como professor da área de formação que escolher. Uma minoria quer que a equipe da direção desenvolva os projetos. Entre Coordenadores da escola, 3%, direção, 6% e orientador educacional, 10%.

Diante do questionário apresentado, é importante destacar que ainda há muitas dúvidas sobre a organização da Base Nacional Curricular Comum nas escolas. Possivelmente, muitos estudantes responderam a este questionário sem terem ainda informações suficientes sobre as mudanças curriculares, quais seriam estas mudanças e em que estas mudanças podem resultar.

O que mais se fala nos corredores das escolas, e que mais chama a atenção dos estudantes, diz respeito ao que se pode chamar de “Cardápio” de opções das disciplinas a serem aplicadas e a flexibilização do currículo. Isso porque o governo federal trabalhou bem na divulgação dessas possibilidades, que parecem atrair os jovens, porém, sem esclarecer que a escolha dos estudantes será indireta, pois passará pela predileção das instituições sobre quais itinerários formativos a escola ofertará.

Além disso, é preciso considerar que nem todas as expectativas desses jovens serão atendidas. Isso dependerá da estrutura da escola em que ele estuda, das possíveis parcerias com as quais a instituição conseguirá realizar, dos tempos e da própria escolha que esses estudantes farão, de forma indireta, além de investimentos financeiros para que a nova BNCC do Ensino médio se cumpra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma do Ensino Médio, no decorrer da história, por várias vezes apresentou uma dualidade entre a educação técnica profissionalizante, a preparação para o mercado de trabalho e a educação propedêutica, também denominada científica, para o ingresso na universidade. Além disso, o currículo sempre foi matéria de disputas de territórios, de grupos governamentais e não governamentais.

Atualmente, o Ensino Médio se configura como a última etapa da Educação Básica e tem como finalidade preparar os estudantes para uma nova fase de vida, a profissionalização técnica e o ingresso nas universidades. A organização do Ensino médio está documentada por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), PCN's, modificados significativamente a partir da Lei 13.415/2017.

No capítulo 1 desta pesquisa, foram apresentadas algumas reformas ao longo da história, legislações e decisões que nortearam a organização do ensino médio, desde o período colonial. Percebe-se que aconteceram rupturas institucionais, crises políticas e foi a partir desses conflitos que a história do ensino médio veio se construindo até os nossos dias. Além disso, as mudanças de governo, as decisões do estado acerca dos planos econômicos, o investimento em políticas sociais e as prioridades governamentais são fatores que, ao longo da história, influenciaram e continuam a influenciar uma disputa de territórios pelo currículo e suas bases organizacionais e uma divisão entre ensino técnico e propedêutico.

No capítulo 2, a ênfase foi a apresentação e considerações acerca das legislações pertinentes à educação e a influência dessas leis nas mudanças e rupturas, diante da reforma do Novo Ensino Médio. Também foram apresentados os conceitos de igualdades, diferenças e desigualdades, imprescindíveis para entender os resultados distintos desses processos de organização da sociedade, bem como suas implicações no debate das políticas educacionais e da organização dos currículos. As pesquisas bibliográficas acerca da Legislação do Ensino Médio deram um suporte no sentido de aprofundar e encontrar resposta às reflexões apresentadas inicialmente e que motivaram esta pesquisa.

Percebe-se que as questões sociais, a política liberal e o estado mínimo para os pobres, sempre colaboraram e continuam a colaborar para que as desigualdades se ampliem nos processos educacionais. A educação e seus resultados não podem ser reféns de decisões governamentais para atender a determinados grupos ou organizações.

A garantia de uma educação de qualidade deve ser instituída, a partir das lutas e da consolidação das políticas sociais que visem não apenas a resultados quantitativos, por meio de notas, provas, testes nacionais, mas por meio de oferta de ensino, políticas públicas que colaborem para as condições de permanência do educando nas escolas. Espera-se que haja condições financeiras para a materialização do processo de aprendizagem, para o investimento em estrutura, para a formação continuada dos educadores e para uma consonância entre as aspirações dos jovens, respeitando os modos de vida dos estudantes e seus tempos de aprendizagem.

Ao analisar os PCN's, a LDB, a Constituição de 1988, ficou evidente que os problemas educacionais não são uma questão de falta de legislação ou de amplo debate social. O que tem se apresentado como entrave em determinados momentos da luta pela educação de qualidade está centrado nas tomadas de decisão, de forma arbitrária, em determinados governos, na prioridade estabelecida por diferentes grupos de poder, nas narrativas que disputamos currículos e os territórios.

Dentro das tomadas de decisão mais impactantes do governo, que de forma concomitante comprometem qualquer plano bem sucedido de mudança ou de melhoria na educação, além da Reforma do Ensino Médio - homologada por meio de Medida Provisória (MP), desprezando os debates, o governo liberal de Temer, aprovou a E.C 95, autorizando o congelamento dos investimentos em programas sociais, com a desculpa de equilibrar as contas do Estado, sacrificando as camadas mais pobres e vulneráveis deste país. Das graves consequências para a educação, uma das principais será a impossibilidade de cumprir as metas do Plano Nacional de Educação - PNE, 2014-2024, uma vez que, para cumpri-las, seria necessária a ampliação de recursos por parte da união e dos estados. E o congelamento de

investimentos em políticas públicas impossibilitará qualquer possibilidade de mudanças estruturais propostas na reforma.

Também, no capítulo 2, foi possível perceber as mudanças na LDB, diante da Reforma do Ensino Médio. Uma das mais significativas diz respeito à flexibilização do currículo do Ensino Médio, à carga horária proposta e aos itinerários formativos, com a supressão de disciplinas. Uma das justificativas para essa mudança inserida na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, e prevista na Lei 13.415/17, seria a existência de 13 disciplinas obrigatórias atualmente. Os apoiadores da reforma consideram um grande volume de conteúdos e na visão deles, não desperta o interesse dos estudantes.

Essa avaliação da base governista fez com que a equipe de Temer e o ex-ministro da educação, Mendonça Filho, justificassem a Reforma do Ensino Médio com tal urgência, como se fosse esse o maior problema do Ensino Médio. Com certeza, para corroborar com a narrativa de emergência da Reforma, o governo liberal usou os dados do Ideb, do censo escolar, das avaliações municipais, estaduais e nacionais, fazendo uma análise superficial desses dados, sem considerar os problemas sociais.

O que faz a BNCC entrar em contradição, quando o governo critica um currículo extenso, é comparar a BNCC do Ensino Médio e do Ensino Fundamental, visto que a organização curricular do EF não sofreu mudanças na sua grade e mantém as 10 disciplinas, sem passar por redução. Porém, o Ensino Médio autoriza a redução curricular e este será o mote da organização dessa etapa, que traz o discurso da modernização.

Se de fato há uma preocupação do governo com um currículo extenso, sem sentido, não há receio em reduzir esse currículo. A exemplo disso, pode-se observar que não há uma discussão ou artigo, na Lei 13.415/17, que mencione investimento financeiro e reformas estruturais, nas instituições. Sabe-se que sem recursos é inviável pensar em uma reforma tão ampla.

Ademais, os reformistas falam em ampliação do currículo, mas é preciso considerar que a sua flexibilização pode levar à redução dele, uma vez que as

condições físicas e financeiras não serão iguais para todas as instituições e essa diferença levará a um encolhimento curricular, na hora da escolha dos itinerários pelas instituições mais vulneráveis, e no momento da escolha indireta dos jovens por itinerários formativos.

Outra situação controversa entre o discurso da emergência e a imposição de uma reforma, atropelando o debate social, com o discurso de melhorar a qualidade do ensino, está baseada na proposta da BNCC, de ampliação do tempo. O currículo, além de ficar reduzido - considerando a situação dos jovens de baixa renda e das instituições com situação precária, forçadas a escolherem menos itinerários - mostra que a proposta é hierarquizante e deixa como opcional a formação humana, a transversalidade na organização curricular, principalmente quando exclui o debate sobre gênero, etnia e diversidade, atendendo a uma agenda conservadora, de uma parcela da sociedade, a qual defende a escola sem partido, a militarização das escolas, a perseguição aos educadores - acusados de trabalharem com a ideologia de gênero, que, segundo o atual governo, fere a moral e os bons costumes, uma vez que, na concepção dos líderes que estão no poder, a família deve se constituir de homens e mulheres.

Outro ponto que merece destaque é a obrigatoriedade da língua inglesa como base, desprezando o espanhol e demais línguas. Há quem diga que a Língua Inglesa deve ser preferencial por exigência do mercado. Mas as vezes que defendem essa premissa se esquecem das articulações políticas, da agenda do Mercosul, que deveria reforçar a importância do espanhol no currículo do Brasil.

No capítulo 3, destacou-se a concepção de Estado e governo, a contribuição das ideias de Althusser, com relação ao conceito de aparelhos ideológicos, divisão de classes e educação. Também, foi realizada uma análise do Ensino médio hoje. Seus progressos e contradições. Além disso, a partir da análise de Dados de uma pesquisa realizada pelo Governo de Minas Gerais, acerca da Reforma do Ensino apresentando os anseios dos estudantes acerca da nova BNCC, e seu impacto na educação.

Os resultados desse trabalho apontam que para ter uma BNCC inclusiva, seria necessário ter equidade e condições sociais, de renda. A questão é que,

quando se trata de condições iguais, a lei apresenta diferenças entre as escolas públicas e privadas. Além disso, a Reforma não considera o sucateamento da educação, as escolas sem espaços para desenvolver atividades físicas e lúdicas. Na maioria das escolas estaduais, as unidades não têm laboratórios de ciências, de informática, bibliotecas, auditórios, quadras, refeitórios e, mesmo quando as unidades têm alguns desses espaços, muitos estão em situação precária, sem reformas há anos, sem verba para a manutenção mínima de suprimentos. Em algumas unidades escolares, faltam carteiras, mesas, computadores, folhas e fotocopiadoras.

Em contraponto, existem escolas que tem toda infraestrutura, todas as possibilidades de oferta das melhores condições possíveis para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Mas, para que a escola seja atrativa e o currículo também, não basta uma BNCC baseada nas mais ricas teorias, nem uma escola com os melhores espaços. Um currículo precisa ser pensado em suas várias dimensões. É preciso pensar nas diferenças sociais, nos desejos desses jovens, na estrutura das unidades escolares e no conhecimento que será adquirido.

A Base Comum se define por Língua Portuguesa e Matemática. É preciso entender como as demais disciplinas serão de fato contempladas no currículo. Amparados em quais dados os governo e os reformistas definiram a BNCC. Essa flexibilização é uma forma de desobrigar os estudantes a realizarem o percurso completo, promovendo diferenças sociais graves e reforçando um *Apartheid* curricular, que tende a aprofundar a dualidade estrutural entre público e privado, entre saber técnico profissionalizante e científico.

As reformas se cruzam nessas intencionalidades. A Reforma Trabalhista, com o sucateamento das relações de trabalho, da mão de obra barata, que ameaça a estabilidade dos servidores públicos, o corte do FGTS, do descanso remunerado, do décimo terceiro; a Reforma da Previdência, que retira direitos fundamentais, ampliando a idade e o tempo para a aposentadoria. Toda essa conjuntura precisa ter o grande encontro com uma Reforma Educacional que visa o desmonte das instituições públicas de ensino, a precarização da docência, o encurtamento do

currículo e do prazo para a formação de jovens pobres, que serão transformados em mão de obra barata para o mercado, com uma formação superficial e limitada.

Diante dessas afirmativas e questionamentos, cabe uma reflexão: será que uma Base Nacional Comum Curricular vai salvar o Ensino Médio dos resultados que foram usados para justificar a Lei da Reforma? A narrativa que vem se construindo nos últimos tempos, baseada em resultados de testes nacionais, vestibulares e ENEM é capaz de refletir a realidade? Será que diante da desvalorização dos educadores, da precarização das condições de trabalho, da falta de estrutura das instituições públicas, os educadores vão se envolver efetivamente com essa reforma? Já havia acúmulo de discussão e legislação suficiente para a construção de uma proposta sólida e mesmo de uma organização, sem a necessidade de uma base imposta.

Essa reforma e a proposta da BNCC é um projeto que amplia a distância entre a formação de qualificação para o trabalho e a formação propedêutica. Para os trabalhadores uma celeridade do currículo, atendendo ao mercado que precariza as relações de trabalho; e, para os estudantes socialmente privilegiados, uma formação integral.

Dessa forma, é preciso reafirmar as leis em vigência, as diretrizes curriculares já estabelecidas, sem a necessidade de uma urgência de mudanças ou imposições governamentais acerca do currículo do EM. O importante nesse momento é a redução das desigualdades, a partir do investimento em políticas públicas, a valorização dos docentes, o respeito à diversidade, à democracia e à autonomia das escolas e dos professores, para organizarem seus currículos sem prejuízo a nenhum estudante.

Considerando que a Reforma do Ensino Médio é uma lei recente, que ainda está em fase de implementação, cabe uma possibilidade para novos estudos e investigações futuras.

## BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

APPLE, M. W. **A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional?** In: MOREIRA, A. F; TADEU, T(Orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2001.

ARROYO, Miguel G. da. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. Módulo IV: Pobreza e Currículo: uma complexa articulação. IN: **BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI**. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <http://eqpbf.mec.gov.br/#mod>. Acesso em: 09 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: **SACRISTÁN, José Gimeno. Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/96**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10. dez.2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm), Acesso em: 10. dez.2019.

\_\_\_\_\_. Lei 13.415/2017 – **Reforma do Ensino Médio**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 10. dez.2019.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação – PNE – 2014/2024**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 10. dez.2019.

\_\_\_\_\_. **PEC – 241 – Gastos Públicos**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/505250-promulgada-emenda-constitucional-do-teto-dos-gastos-publicos/> Acesso em: 10. dez.2019.

\_\_\_\_\_. **EMENDA ONSTITUCIONAL –E.C- Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016** Disponível em: - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm) Acesso em: 10. dez.2019.

CAMPOS, Rui Ribeiro de; **Geografia**, Rio Claro, vol. 27 (3): 20-70, dezembro 2013.

CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: Quem é este aluno que chega à escola? In: DAYRELL, J; CARRANO, P; MAIA, CL (Orgs). **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SANTOS. Anderson. Cunha. **Patrimônio cultural e história local: a educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e fortalecimento do**

**sentimento de pertença à cidade de contagem.** Dissertação de Mestrado Profissional em Educação e Docência. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG. 2017.

SOUZA, Nícia. Raies Moreira et.al. **Vulnerabilidades de Educação, Trabalho e Renda em Minas Gerais.** 18º Seminário sobre Economia Mineira, em Diamantina. MG. 2019.

Franciscanos na educação brasileira. In: **STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Séculos XVI-XVIII.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004. Vol. I. p.93-107

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleçãoleitura)

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. & RAMOS, M. (Orgs.) **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

GENTILI, P. Adeus à Escola Pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: **GENTILI, P. (Org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** Tradução: Vania Paganini Thurler; Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Estudos Culturais em Educação) p. 229-252.

HORNBURG, N. SILVA, R. da. **Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança.** Vol. 3n. 10 - jan. Jun./2007. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/14745/as-frases-mais-marcantes-da-educacao-em-2018>. Acesso em:13.out.2019

KUENZER, Acácia Zeneida. **O ensino médio para os que vivem do trabalho: formar para inclusão subordinada?** Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20249/1/2016\\_ClaudioAlexandreGusm%C3%A3o.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20249/1/2016_ClaudioAlexandreGusm%C3%A3o.pdf). Acesso em: 01 jul. 2019.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História.** Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de. **Educação superior no início do século XXI: inclusão interrompida?** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia– Campinas, SP: [s.n], 2019

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Gênese do Pensamento Único em Educação: Franciscanismo e Jesuitismo na História da Educação Brasileira.** Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2003). **“Poderá o direito ser emancipatório?”** Revista Crítica de Ciências Sociais. 62, 3-76

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, T. T. da (2007). **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

VEIGA NETO, ALFREDO. **De Geometrias, Currículo e Diferenças IN: Educação e Sociedade**, Dossiê Diferenças- Campinas: CEDES, Educação e Sociedade, a.XXIII, n.79, 2002. pp. 163- 186.

## ANEXOS

### ANEXO 1. QUESTIONÁRIO DE ESCUTA PARA UM NOVO ENSINO MÉDIO

*Olá, estudante!*

**O Ensino Médio brasileiro está passando por mudanças.** Em breve, todos os estudantes da etapa poderão escolher parte dos conhecimentos que irão se aprofundar, considerando as possibilidades e características de sua escola. O objetivo desse formulário é **entender melhor os anseios e necessidades de você, estudante**, para ajudar as escolas e secretarias de educação a promover melhorias que realmente tornem sua sala de aula mais conectada com o mundo atual e com seu projeto de vida.

**PARTICIPE E AJUDE NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ENSINO MÉDIO PARA TODOS E TODAS!**

1.1 | **Quantos anos você tem?** | anos

1.2 | **Em qual Estado você mora?** (marque apenas uma resposta)

1.3 | **Em qual município você mora?** (escreva o nome do município)

1.4 | **A última etapa de ensino que você concluiu foi:** (marque apenas uma resposta)

1 Ensino Fundamental

2 Ensino Médio

3 Ensino Superior

4 Não sei / Não quero responder

1.5 | **Qual foi o último ano que você concluiu?** (marque apenas uma resposta)

1º ano

2º ano

3º ano

4º ano

5º ano

6º ano

7º ano

8º ano

9º ano

Não sei / Não quero responder

#### **INFORMAÇÕES PESSOAIS E SOCIOECONÔMICAS**

Acre (AC)

Alagoas (AL)

Amapá (AP)

Amazonas (AM)

Bahia (BA)

Ceará (CE)

Distrito Federal (DF)

Espírito Santo (ES)

Goiás (GO)

Maranhão (MA)

Mato Grosso (MT)

Mato Grosso do Sul (MS)

Minas Gerais (MG)

Pará (PA)

Paraíba

Paraná (PR)

Pernambuco (PE)

Piauí (PI)

Rio de Janeiro (RJ)

Rio Grande do Norte (RN)

Rio Grande do Sul (RS)

Rondônia (RO)

Roraima (RR)

Santa Catarina (SC)

São Paulo (SP)

Sergipe (SE)

Tocantins (TO)

Não sei / Não quero responder

1.6 | **Você está estudando atualmente?** (marque apenas uma resposta)

Sim 2 Não

1.7 | **A escola que você estuda atualmente (ou a última em que estudou) é...** (marque apenas uma)

Pública (do governo municipal, estadual ou federal)

Privada (Particular/ Comunitária/ Filantrópica)

1.8 | **Qual o nome da escola em que você estuda atualmente ou última em que estudou?** (escreva o nome completo da escola)

2.1 | **Para você, quais os principais motivos para cursar o Ensino Médio? Marque até três alternativas.**

- Entrar na faculdade;
- adquirir mais conhecimentos;
- ter um bom emprego futuramente;
- conhecer novas pessoas;
- desenvolver meu projeto de vida e saber o que eu quero fazer futuramente;
- f nenhum, são meus pais que me obrigam.

2.2 | **O Ensino Médio atual te ajuda a alcançar seus objetivos de vida?**

ESCALA 1 A 5

2.3 | **Você vê significado naquilo que estuda hoje no Ensino Médio?**

ESCALA 1 A 5

2.4 | **A sua escola te ajuda a definir o que você irá fazer no futuro e a desenvolver competências relacionadas à sua capacidade de se organizar, ser responsável, agir de forma cooperativa, compreender o ponto de vista dos outros, ter estabilidade emocional, entre outras?**

ESCALA 1 A 5

2.5 | **Como você aprende mais? Marque até três alternativas.**

- Assistindo a aulas teóricas (aquela em que o professor fala e você escuta e realiza anotações no caderno);
- estudando sozinho;
- Participando de oficinas e fazendo projetos práticos;
- trabalhando com a comunidade dentro e fora da escola;
- fazendo trabalhos em grupo;
- Participando de aulas baseadas em tecnologia.

2.6 | **Dentre as alternativas, como seria a organização da sala de aula ideal para você? Marque até três alternativas.**

- Carteiras em círculo;
- Carteiras em filas;
- Carteiras em pequenos grupos;
- pode mudar carteiras de acordo com a aula;
- Poder usar ambientes internos e externos;
- ter ambientes e móveis variados (puffs, bancadas, almofadas, sofás).

## 2 RELAÇÃO COM O ENSINO MÉDIO ATUAL

2.7 | **Que tipo de iniciativas você gostaria de ter na sua escola atual? Marque quantas alternativas quiser.**

- Possibilidade de sugerir algumas das disciplinas que irá estudar;
- Possibilidade de participar nas decisões de questões importantes para a escola, por meio de grêmios estudantis e/ou conselhos de classe;
- ter atividades que integram professores, pais e estudantes;
- Possibilidade de participar em atividades esportivas que envolvam outras escolas;
- ter projetos de interação com a comunidade escolar e melhoria de problemas do entorno da escola;
- realizar atividades fora da escola (projetos, oficinas, aulas, etc.);
- Atividades e oficinas culturais na escola, como cinema, música, dança, teatro, festivais, entre outros.

2.8 | **Quais formas de avaliação são melhores para se aprender mais? Marque até três alternativas.**

- Por meio de uma prova em cada final de período (bimestre, trimestre, etc.);

- b. por meio de várias provinhas, ao longo do período;
- c. por meio da avaliação das atividades (projetos, tarefas, trabalhos, etc.) realizadas ao longo do período;
- d. por meio de reuniões com o(a) professor(a) para discutir os conhecimentos adquiridos ao longo do período;
- e. por meio da observação do(a) professor(a) do seu desenvolvimento e dos resultados apresentados ao longo do período;
- f. Flexibilidade para professores(as) e estudantes escolherem a melhor forma de avaliação em cada situação.

**2.9 | Quais devem ser os papéis dos(as) professores(as) em sua escola? Marque até três alternativas.**

- a. Expor os conteúdos na lousa;
- b. planejar projetos e oficinas onde os estudantes aprendam os conteúdos para resolver problemas práticos;
- c. realizar perguntas e mediar debates sobre os conteúdos estudados;
- d. cobrar os estudantes sobre as tarefas de casa e verificar se estão prestando atenção na aula e copiando as anotações da lousa;
- e. buscar profissionais e recursos de fora da escola para discutir os conteúdos estudados;
- f. manter a disciplina em sala de aula;
- g. buscar conhecer os estudantes e entender suas dificuldades e aptidões;
- h. conversar com os responsáveis pelos estudantes para discutir sobre o desenvolvimento de cada um.

**3.1 | Abaixo estão listadas algumas das mudanças que irão ocorrer no Ensino Médio. Assinale aquelas que você conhecia antes de realizar esse questionário:**

- a. Possibilidade de escolher quais conhecimentos você irá aprofundar no Ensino Médio;
- b. Ampliação da carga horária mínima de, em média, 4 para 5 horas por dia;
- c. Formação técnica como parte do Ensino Médio para todos os estudantes que escolherem esse caminho;
- d. Ter uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que aponta as aprendizagens obrigatórias que todo estudante brasileiro tem o direito de desenvolver.

**3.2 | Quando você gostaria de começar a escolher parte das matérias que irá realizar no Ensino Médio?**

- a. Logo no começo do Ensino Médio;
- b. depois que eu tiver mais certeza sobre o que quero fazer em meu futuro;
- c. Depois de conhecer um pouco sobre cada uma das possibilidades que poderei escolher;
- d. Apenas no final do Ensino Médio, após passar por todos conhecimentos comuns a todos os estudantes.

**3.3 | Qual área do conhecimento você teria mais interesse em se aprofundar? Marque até duas alternativas.**

- a. Matemática e suas Tecnologias;
- b. Linguagens e suas Tecnologias;
- c. Ciências da Natureza e suas Tecnologias;
- d. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
- e. Formação Técnica e Profissional.

**3.4 | Você prefere escolher por:**

- a. Apenas matérias específicas de uma mesma área do conhecimento da Formação Técnica e profissional ou de uma única disciplina; ou;
- c. poder escolher matérias de mais de uma área do conhecimento e/ou da Formação Técnica e profissional.

**3.5 | Você prefere estudar as matérias escolhidas:**

- a. Apenas com estudantes de sua série; ou
- b. com estudantes de diferentes séries e turmas, agrupados segundo seus interesses

**3.6 | Se você tivesse a oportunidade de escolher, em qual(is) turno(s) você se matricularia?**

- a. Apenas pela manhã;
- b. apenas pela tarde;
- c. apenas pela noite (Ensino Médio Noturno);
- d. Ensino Médio Integral (todas as manhãs e todas as tardes);

- e. Ensino Médio Semi-integral (todas as manhãs e algumas tardes)
- 3.7 | **Se sua escola tivesse 1 hora a mais por dia, o que você gostaria de fazer a mais? Marque até três alternativas.**
- a. Aprofundar conteúdos;
  - b. realizar atividades artísticas e/ou esportivas;
  - c. realizar projetos pessoais na escola;
  - d. tirar dúvidas e realizar a revisão de conteúdos; fazer oficinas práticas;
  - e. f Participar de grupos de discussão, grêmios estudantis, etc.

3.8 | **Você gostaria de fazer algum tipo de Formação Técnica e Profissional (cursos técnicos e habilitações profissionais) durante o Ensino Médio?**

3.9 | **Você gostaria de fazer cursos técnicos, aqueles que levam até 2 anos para sua conclusão e no fim te dão um diploma técnico?**

Pouco Nada

### 3 NOVO ENSINO MÉDIO

3.10 | **Você gostaria de fazer habilitações profissionais de menor duração, que podem ser feitas em até 1 ano e te preparam para o mercado de trabalho, apesar de não oferecerem um diploma.**

3.11 | **Onde gostaria de fazer a Formação Técnica e Profissional?**

- a. Na minha própria escola;
- b. em outras instituições de ensino, fora de sua escola;
- c. em um ambiente de trabalho.

3.12 | **Quando gostaria de fazer a Formação Técnica e Profissional?**

- a. No mesmo período em que estuda;
- b. no contraturno (para quem estuda de manhã, por exemplo, realizaria formação técnica na parte da tarde);
- c. à noite.

3.13 | **Gostaria de ter aulas em vídeo com professores(as) especialistas em suas áreas, sempre com um professor de sua escola presente na sala de aula?**

ESCALA 1 A 5 ONDE:

**O que gostaria de aprender nessas aulas? Marque até duas alternativas**

- a. Os conhecimentos obrigatórios e comuns para todos os estudantes;
- b. aqueles conhecimentos que você escolheu se aprofundar no Ensino Médio;
- c. Conhecimentos relacionados ao desenvolvimento de seu projeto de vida e de competências relacionadas a sua capacidade de se organizar, ser responsável, agir de forma cooperativa, compreender o ponto de vista dos outros, ter estabilidade emocional, entre outras;
- d. Conhecimentos que não são oferecidos em suas escolas.

3.14 | **Você gostaria ter um tempo específico para desenvolvimento de seu projeto de vida durante o Ensino Médio?**

3.15 | **Quem você acha que deveria trabalhar o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes?**

- a. Próprio professor(a) das disciplinas;
- b. orientador(a) educacional;
- c. coordenador(a) da escola;
- d. Diretor(a) da escola;
- e. Profissional especializado;
- f. outro profissional.

3.16 | **O que deve ter no desenvolvimento do projeto de vida? Marque até três alternativas**

- a. Auxílio para escolher as matérias que irá cursar no Ensino Médio;
- b. Auxílio para escolher os caminhos que irá tomar após o Ensino Médio;
- c. Desenvolvimento de competências relacionadas a sua capacidade de se organizar, ser responsável, agir de forma cooperativa, compreender o ponto de vista dos outros, ter estabilidade emocional, entre outras;
- d. Desenvolvimento de competências relacionadas a sua capacidade de se comunicar e estabelecer relações com outras pessoas;
- e. Apoio para discutir e resolver questões pessoais que afetam sua vida escolar (questões de gênero, preconceitos, relacionamento entre os estudantes, relacionamento com sua família, etc.).

AGRADECEMOS PELAS CONTRIBUIÇÕES